

**SOBRE O VALOR DOS MODOS
CONJUNTIVO E INDICATIVO EM PORTUGUÊS**

Rui Marques

**Dissertação de Mestrado em
Linguística Portuguesa Descritiva
apresentada à
Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa**

LISBOA, 1995

ÍNDICE

1. Introdução	1
2. A distribuição do conjuntivo em português: aproximação descritiva	5
3. Análise da distribuição do conjuntivo e do indicativo: estado da questão	15
3.1. Valores do conjuntivo em português: estado da questão	15
3.1.1. O conjuntivo nas gramáticas tradicionais	16
3.1.2. Fonseca (1970)	18
3.1.3. Faria (1974)	21
3.1.4. Wherritt (1977)	28
3.1.5. Pottier et al. (1972)	31
3.2. Valores do conjuntivo noutras línguas românicas e em línguas não românicas: estado da questão	34
3.2.1. Valores do conjuntivo em francês	34
3.2.2. Valores do conjuntivo em castelhano	41
3.2.3. Valores do conjuntivo noutras línguas	58
3.3. Conclusão	71
4. Para uma hipótese de explicação da distribuição do conjuntivo e do indicativo em português	75
4.1. O modo em orações completivas finitas	76
4.1.1. O modo em orações completivas finitas de verbo	76
4.1.1.1. Orações completivas de verbos associados a valores epistémicos	80
4.1.1.2. Orações completivas de verbos associados a valores não epistémicos	100
4.1.1.3. Avaliação da hipótese em relação a outras línguas	125

4.1.2. O modo em orações completivas finitas de nome ou de adjectivo	129
4.1.3. Negação frásica e selecção de modo em orações completivas	134
4.2. O modo em orações principais	143
4.3. O modo em orações relativas	147
4.4. O modo em orações subordinadas adverbiais e em orações coordenadas	155
5. Conclusão geral	169
Bibliografia	173

1. Introdução

Não obstante os avanços da reflexão linguística em vários domínios da significação, ao longo das últimas décadas, parece manter-se com pouca alteração a extrema dificuldade de integrar a categoria gramatical **modo** em sistemas de interpretação das línguas naturais, mais ou menos formalizados. Esta dificuldade é acrescida quando esses sistemas são construídos partindo de dados de línguas (quase sempre o inglês) que, pelo menos no seu estado actual, não dispõem de formas bem marcadas de expressão desta categoria – como é o caso das línguas germânicas –, se bem que a consideração de que é enigmática a área de expressão do modo seja partilhada por especialistas em línguas que dispõem de vários modos, como as línguas românicas. De facto, se a presença de um ou outro modo nalgumas construções tem sido considerada como natural e facilmente explicável, há contextos que exibem um modo – sendo, em geral, o conjuntivo o objecto de mais atenção – e que não são abrangidos pelas explicações propostas para a distribuição deste modo. No que respeita ao conjuntivo, esta verificação tem levado alguns gramáticos a falar de um *conjuntivo ilógico*, dando assim a entender que esta é uma área onde as línguas perdem ou a sua sistematicidade ou a lógica – entendida como racionalidade – dos seus sistemas.

Pese embora esta reconhecida dificuldade de explicação da distribuição do modo, têm surgido nos últimos anos algumas propostas de tratamento semântico do modo que apontam linhas definitórias da análise deste subsistema gramatical. Tais propostas, integrando-se no ramo da semântica formal, procuram a criação de sistemas formais (ou a utilização de sistemas já existentes) que traduzam o objecto de estudo, partindo sempre duma análise intuitiva dos valores envolvidos.

Ora, se pretendermos aplicar estas hipóteses formais aos dados do português (e de outras línguas, como o francês ou o castelhano), verificamos que, logo na parte descritiva, que precede a formalização, tais análises não dão conta dos factores responsáveis pela selecção do modo em certas construções. Impõe-se, pois, a um estudo sobre a distribuição do modo em português, a revisão dos princípios reguladores da mesma distribuição, antes de se partir para a tentativa de formalização do sistema. Dentro destes horizontes, este trabalho pretende ser um contributo para a tarefa de compreensão dos factores que regulam a distribuição do modo em português.

É no tratamento que dispensam à análise do verbo que as gramáticas portuguesas tratam o modo, considerando-o como uma das categorias em que este flexiona. Tradicionalmente, são distinguidos os modos **indicativo**, **conjuntivo** e **imperativo** e ainda, quase sempre, um modo **condicional**, o qual, como assinalado em Cunha e Cintra (1984), e reiterado por Peres (1993), pode ser visto como uma forma temporal do indicativo (futuro do pretérito). Também o **infinitivo**, o **gerúndio** e o **particípio** são classificados como modos por algumas gramáticas – como por exemplo, Dias (1876) –, embora o não sejam por outras – que os consideram como "formas nominais do verbo" (cf., por exemplo, Cunha e Cintra (*op. cit.*)).

Associado ao modo, na flexão verbal, surgem as categorias **tempo** e **aspecto**, embora as diferenças entre estas duas categorias não sejam claras, existindo autores, como Peres (*op. cit.*), que defendem não ser necessário considerar como autónoma esta última categoria no quadro de uma descrição dos valores temporais veiculados pelas línguas naturais. No que respeita à expressão do tempo, a tradição gramatical distingue três "tempos naturais" (na expressão de Cunha e Cintra (*op. cit.*)), nomeadamente o passado (ou pretérito),

o presente e o futuro, consoante o facto descrito seja respectivamente anterior, sobreposto ou posterior ao tempo da enunciação, considerando uma subdivisão nos tempos do passado e do futuro. Assim, as gramáticas tradicionais distinguem dez formas temporais associadas ao modo indicativo (incluindo o modo condicional), seis formas temporais associadas ao modo conjuntivo e uma única forma temporal – o *presente* – associada ao modo imperativo, o que mostra que, de acordo com as gramáticas tradicionais, o indicativo, o conjuntivo e o imperativo são vistos como categorias associadas a valores temporais e a valores de modo. No entanto, de um ponto de vista metodológico, é possível estudar separadamente os valores temporais e os valores de modo – como demonstram os estudos sobre um e outro tipo de valores –, sem que tal signifique que não existe uma relação entre eles, pelo que neste trabalho a análise dos valores temporais expressos pelos modos não será contemplada, tendo-se em conta apenas os valores específicos do conjuntivo e indicativo.

Para a análise dos valores expressos pelos modos considerados, é preciso ter em conta os vários tipos de orações em que estes se manifestam, orações essas cujo inventário será feito no capítulo 2. No capítulo 3, será apresentada uma síntese, brevemente comentada, da literatura sobre a análise do conjuntivo e do indicativo enquanto sistemas relacionados com valores modais. Naturalmente, dada a vastidão de obras escritas sobre este assunto, serão consideradas apenas algumas das análises propostas. Finalmente, no capítulo 4 serão analisadas as construções que exibem o conjuntivo, no sentido de avançar na compreensão da obrigatoriedade de ocorrência deste modo em certos contextos e da sua exclusão de outras construções. Procurar-se-á, portanto, produzir uma contribuição para a identificação do espaço de ocorrência do conjuntivo, particularmente em português. Como é óbvio, as fronteiras deste

espaço só poderão ser conhecidas se se tiver em conta o campo de distribuição de outros modos, pelo que terão de ser tidas em conta também as construções em que ocorrem os modos indicativo e imperativo. Quanto ao condicional, não será considerado, assumindo-se que a plena apreensão dos seus valores requer a compreensão própria dos sistemas do indicativo e do conjuntivo.

A hipótese de explicação para a distribuição dos modos considerados que será proposta baseia-se numa **análise semântica** das construções em que ocorre, à semelhança do que fazem as gramáticas tradicionais, as quais, na definição que apresentam de modo, se referem à atitude que o enunciador exprime em relação ao facto que enuncia, assumindo, assim, que não está em causa na definição desta noção qualquer factor de natureza morfológica ou sintáctica, mas sim uma noção da área da pragmática ou da semântica (se bem que a fronteira entre estas duas disciplinas seja esbatida nas modernas teorias semânticas). Creio, na verdade, que será impossível dar conta da distribuição do conjuntivo e do indicativo sem se ter em conta como factor primordial valores semânticos dos verbos que seleccionam um ou o outro modo na sua oração complemento. Em abono desta opção de partida teórica, parece pertinente invocar o facto de existirem construções em que o indicativo e o conjuntivo se podem substituir mutuamente, mas com alteração de significado, como acontece, por exemplo, nas seguintes orações relativas: *ele procura um livro que trata desse assunto* e *ele procura um livro que trate desse assunto*. Na verdade, destas orações, apenas a primeira permite inferir que existe um livro que trata do assunto em questão.

2. A distribuição do conjuntivo em português: aproximação descritiva

Como já foi referido, o campo de distribuição de um modo só poderá ser conhecido se se tiver em conta os contextos de manifestação dos outros modos. Ora, o conjuntivo e o indicativo funcionam como modos complementares, sendo um seleccionado para os contextos de que o outro esteja excluído, pelo que, no inventário das construções que exibem um destes modos, bastará considerar aquelas em que ocorre o indicativo ou aquelas em que ocorre o conjuntivo. Na verdade, o facto de se saber quais as construções que exibem conjuntivo é suficiente para se saber quais as que seleccionam indicativo e vice-versa, já que o português exhibe em orações finitas um destes dois modos. A opção que aqui se fez, pela descrição dos contextos de ocorrência do conjuntivo e não dos contextos em que ocorre o conjuntivo, é, portanto, arbitrária, no sentido em que se obteriam os mesmos resultados fazendo a opção inversa. A razão para a escolha que se fez – a de inventariar as construções em que ocorre o conjuntivo e não aquelas em que ocorre o indicativo – prende-se com o facto de que, como já foi referido, tem sido assumido, mais ou menos explicitamente, que é o conjuntivo o modo que ocorre em contextos específicos, sendo o indicativo o modo neutro, seleccionado para todos os contextos que não justifiquem a presença do modo marcado.

Em português, o conjuntivo ocorre nos quatro principais grupos de orações que a gramática tradicional identifica: orações independentes e principais, orações subordinadas completivas, orações subordinadas relativas de nome e orações subordinadas adverbiais. Vejamos, a distribuição do conjuntivo em cada um destes tipos de construção.

A. ORAÇÕES INDEPENDENTES E PRINCIPAIS. O conjuntivo ocorre nos seguintes tipos de orações desta classe: orações imperativas, orações de tipo elíptico que constituem expressões fixas ou semi-fixas e em orações sob o escopo do advérbio *talvez*. Observemos alguns exemplos de cada tipo.

A₁. Orações imperativas. O imperativo é um modo defectivo em algumas formas pessoais, que são substituídas por formas do presente do conjuntivo. É o que sucede em todas as formas de *imperativo negativo* (i.e., em que as formas do imperativo ocorrem sob o escopo da negação) e nas restantes formas de imperativo, com excepção das segundas pessoas do singular e do plural se a posição de sujeito for ocupada, respectivamente, pelos pronomes *tu* ou *vós* (independentemente de esta categoria estar ou não lexicalmente realizada). Quando o pronome é diferente, as formas da segunda pessoa do imperativo são idênticas às da terceira pessoa. É o que ilustram os seguintes exemplos:

2Sg:	Fale!	Não fale!
	Fala (tu)!	Não fales!
1Pl:	Falemos!	Não falemos!
2Pl:	Falem!	Não falem!
	Falai (vós)!	Não faleis!
3Pl:	Falem!	Não falem!

A₂. O conjuntivo ocorre em certas **expressões fixas ou semi-fixas** que indicam desejo, esperança ou noções associadas, em especial de tipo imprecativo. São exemplo as seguintes frases:

- (1) Deus queira!
- (2) Assim seja!

(3) Diabos o levem!

(4) Que se lixe!

A3. A ocorrência do conjuntivo em orações modificadas pelo advérbio **talvez** é exemplificada pela seguinte frase:

(5) Talvez o João já tenha chegado.

B. ORAÇÕES SUBORDINADAS COMPLETIVAS. Considerando apenas frases afirmativas com predicados binários de complementação frásica, podemos fazer a seguinte divisão dos verbos de complementação frásica quanto à selecção do modo na oração encaixada (com listas que, obviamente, não são exaustivas):

B₁ - Seleccionam conjuntivo verbos como os seguintes:

*aborrecer, aconselhar, admirar, agradecer, aguardar, ansiar, apetecer, apreciar, atrapalhar, assustar, autorizar, bastar, causar, censurar, chatear, chocar, comover, compreender*₁ (correspondente ao inglês *to comprehend*), *consentir, convir, duvidar, envergonhar, espantar, esperar, estranhar, evitar, exigir, gostar, impedir, implicar, incomodar, lamentar, lastimar, mandar, motivar, negar, ordenar, originar, pedir, perceber*₁ (correspondente ao inglês *to understand*), *perdoar, permitir, preferir, preocupar, pretender, procurar, proibir, querer, recear, recomendar, requerer, revoltar, rogar, solicitar, sugerir, suplicar, surpreender, temer, tentar, transtornar, urgir.*

B₂ - Seleccionam indicativo verbos como os seguintes:

achar, acontecer, crescer, adivinhar, advogar, afirmar, ameaçar, anotar, antever, anunciar, aperceber-se, apostar, apregoar, assegurar, asserir,

assinalar, avisar clamar, combinar, compreender₂ (correspondente ao inglês *to realize*), *concluir, concordar* (no sentido epistémico do verbo, não deôntico), *confessar, confirmar, considerar, constar, constatar, deliberar, demonstrar, descobrir, dizer, esclarecer, esquecer, estabelecer, explicar, fingir, frisar, garantir, ignorar, indicar, inferir, informar, jurar, lembrar, mencionar, murmurar, notar, objectar, observar, parecer, perceber₂* (correspondente ao inglês *to realize*), *precisar* (equivalente a *tornar preciso*), *pressentir, proclamar, prometer, reclamar, reconhecer, recordar, referir, reparar, replicar, responder, revelar, saber, sentir, significar, sonhar, suceder, sustar, teimar, testemunhar, topar, ver, verificar,*

B₃ - Admitem ambos os modos – conjuntivo ou indicativo – na sua oração complemento os seguintes verbos:

acreditar, admitir, assumir, calcular, certificar, desconfiar, imaginar, julgar, pensar, presumir, prever, supor, suspeitar.

NOTA – Alguns verbos que seleccionam indicativo em frases afirmativas admitem conjuntivo quando ocorrem sob o escopo da negação. Tal é o caso de *achar, certificar, prever*, entre outros. Também alguns verbos que seleccionam conjuntivo em frases afirmativas admitem indicativo quando ocorrem em frases negativas. Tal é o caso, por exemplo, de *duvidar* e *negar*.

C. ORAÇÕES RELATIVAS. A possibilidade ou impossibilidade de o conjuntivo ocorrer em orações relativas é influenciada por vários factores, entre os quais se incluem o carácter restritivo ou explicativo da oração relativa, o facto de a oração ocorrer num **contexto opaco** ou **transparente** e o quantificador exibido pelo SN relativizado. Quanto à distinção entre contextos opacos e contextos

transparentes, trata-se de uma diferença tida em conta por Montague, que propôs que verbos que geram contextos opacos – ou, mais simplesmente, *verbos opacos* (em pelo menos um dos seus argumentos) – tomam como complemento a intensão de um constituinte, enquanto *verbos transparentes* têm como complemento a sua extensão. O verbo *procurar* constitui um exemplo de um verbo opaco, enquanto os verbos *encontrar* e *descobrir* são exemplos de verbos transparentes. Uma diferença entre os verbos opacos e os verbos transparentes que têm como complemento um SN é que apenas os primeiros permitem que este tenha uma **leitura não específica** – uma leitura em que não são identificadas entidades concretas –, embora não esteja excluída a possibilidade de o SN ter também uma **leitura específica** – leitura em que se identificam entidades concretas. Quanto ao SN complemento de verbos transparentes, podem ter apenas a leitura específica. Assim, dada uma frase como (6), pode deduzir-se que o João procura um determinado amigo – caso em que o SN terá leitura específica – ou que o João procura um qualquer amigo – caso em que o SN terá leitura não específica. Porém, esta leitura não existe para o SN complemento de um verbo transparente, como *encontrar* ou *descobrir*, SN esse que apenas pode ter a leitura específica:

(6) O João procura um amigo.

(7) O João encontrou um amigo.

Sem nos preocuparmos com uma tipologia exaustiva das orações relativas, podemos observar a distribuição do modo nos três subtipos destas orações a seguir discriminados.

C₁. Orações relativas explicativas. As orações relativas explicativas ocorrem num contexto transparente, em que o SN relativizado apenas pode ter leitura

específica. Podemos observar que neste tipo de orações relativas o indicativo pode ocorrer, mas o conjuntivo é excluído, como mostra a seguinte sequência:

- (8) Todo o atleta, que chegou / *tenha chegado ao fim da prova, será homenageado.

C2. Orações relativas restritivas. O conjuntivo pode ocorrer em orações relativas restritivas se estas ocorrerem num contexto opaco, em que o SN relativizado pode ter leitura não específica – como exemplificam as frases (9) - (11) –, mas não se ocorrer num contexto transparente – como exemplificam as frases (12) e (13) (onde o contexto transparente é gerado, respectivamente, pelos verbos *descobrir* e *haver*):

- (9) Todo o atleta que chegou / tenha chegado ao fim da prova será homenageado.
- (10) Falta um atleta que daria / dê a volta ao jogo.
- (11) O Paulo procura um livro que trata / trate desse assunto.
- (12) O Paulo descobriu um livro que trata / *trate desse assunto.
- (13) Há um livro que trata / *trate desse assunto.

É de notar, no entanto, que nos contextos transparentes gerados por verbos como *descobrir* ou *haver* pode ocorrer conjuntivo se o SN exibir certos determinantes, como mostram as seguintes frases:

- (14) O Paulo descobriu

poucos
no máximo três
menos de três

 livros que tratem desse assunto

- (15) Há

Poucos
no máximo três
Menos de três

 livros que tratem desse assunto.

É de notar ainda que as orações relativas de SN's que ocorrem em contextos transparentes criados por verbos como estes podem exibir conjuntivo se a frase matriz for negativa, ainda que o determinante seja diferente de *poucos*, *no máximo n* ou *menos de n*. É o que mostram as frases (16) e (17), que contrastam com as frases (18) e (19), afirmativas:

- (16) O Paulo não descobriu um livro que trate desse assunto.
- (17) Não há

muitos
mais de três

 livros que tratem desse assunto.
- (18) *O Paulo descobriu um livro que trate desse assunto.
- (19) *Há

Muitos
Mais de três

 livros que tratem desse assunto.

C2. Orações relativas livres. O conjuntivo pode igualmente ocorrer neste tipo de construções, embora não seja obrigatório. As seguintes frases são disso exemplo:

- (20) Quem tiver lido esse livro aprendeu muitas coisas.
- (21) Quem leu esse livro aprendeu muitas coisas.

D. ORAÇÕES SUBORDINADAS ADVERBIAIS. O conjuntivo ocorre nos tipos de orações subordinadas adverbiais que de seguida se discriminam.

D₁. Concessivas. São exemplo as frases:

(22) Embora seja domingo, o Paulo está a trabalhar.

(23) Ainda que chova, o Paulo vem.

(24) Mesmo que chova, o Paulo vem.

Note-se que os subordinadores ocorrentes nestas frases são considerados concessivos na gramática tradicional, mas não em trabalhos de inspiração lógica como Peres e Mória (ms.). Refira-se, aliás, que enquanto *embora* requer a verdade da proposição a que está associado, o mesmo não acontecendo com os operadores de (22) e (23).

D₂. Finais.

(25) Ele veio à festa para que tu o visses.

(26) Ele veio à festa a fim de que tu o visses.

D₃. Temporais. No que respeita às orações subordinadas adverbiais temporais, estas podem ser divididas em dois grupos consoante o operador que as introduz. Assim, as conjunções temporais *antes que* e *até que* introduzem orações cujo verbo flexiona no conjuntivo, enquanto os operadores *assim que*, *quando* e *sempre* só regem proposições cujo verbo flexiona no conjuntivo quando a esta se refere a um evento futuro. No caso de se referir a um evento anterior, é o indicativo o modo seleccionado. As frases que se seguem exemplificam este comportamento:

(27) Ela morreu antes que tivesse acabado a tese.

(28) Ela trabalha até que seja dia.

(29) Ela sai assim que o Paulo chegar.

(30) Ela sai quando o Paulo chegar.

(31) Ela comparece à reunião sempre que for convocada.

- (32) Ele saiu assim que o chamaram.
- (33) O Paulo deixou de fumar quando o médico o avisou.
- (34) A associação protestou veementemente sempre que os seus interesses foram ameaçados.

D4. Condicionais. O antecedente das orações condicionais pode ter o verbo conjugado no conjuntivo, como mostram as frases (35) e (36). No entanto, pode também flexionar no indicativo, como mostra a frase (37):

- (35) Se a Ana estivesse em casa, teria atendido o telefone.
- (36) Se a Ana estiver em casa, atende o telefone.
- (37) Se a Ana está em casa, (então) está doente.

D5. Orações coordenadas com as conjunções *quer...quer* e *ou*. Exemplos são:

- (38) Saio quer chova quer faça sol.
- (39) Saio chova ou faça sol.
- (40) Ou porque a achasse pouco necessária ou porque o preço fosse proibitivo, o governo desistiu da obra.¹

NOTA – Nalguns tipos de orações adverbiais a presença do conjuntivo parece dever-se ao facto de a oração ocorrer sob o escopo da negação. É o caso das frases (41) - (43), as duas últimas das quais contrastam com (44), que mostra que o indicativo pode ser seleccionado em orações adverbiais causais, quando estas não ocorrem sob o escopo da negação.

- (41) Ele tomou essa decisão sem que tivesse consultado os seus parceiros.

¹ Agradeço a João Peres a sugestão desta frase.

- (42) Ele saiu mais cedo, não porque a sessão tivesse terminado, mas porque estava atrasado.
- (43) Ele não saiu mais cedo porque a sessão já tivesse terminado, mas porque estava atrasado.
- (44) Ele saiu mais cedo porque a sessão já tinha terminado.

Feito o levantamento das construções em que pode ocorrer o conjuntivo, cabe perguntar se estamos perante um sistema uniforme ou se, pelo contrário, são diferentes os factores responsáveis pela selecção deste modo em cada estrutura. A análise da literatura da área considerada revela que ambas as possibilidades foram já assumidas. Existem, portanto, autores que propõem que o conjuntivo é seleccionado, em todos os contextos em que ocorre, por uma mesma razão, enquanto outros autores defendem a existência de vários conjuntivos, determinados por diferentes factores. É o que revela a análise das propostas de explicação da distribuição do conjuntivo que seguidamente se apresentam.

3. Análise da distribuição do conjuntivo e do indicativo: estado da questão

A literatura sobre a distribuição do conjuntivo e do indicativo (quanto a este último modo, refira-se que os trabalhos que tratam dos seus valores o fazem apenas por contraste com os valores do conjuntivo) fica longe de se esgotar nas análises aqui apresentadas. Dada, porém, a vastidão de obras escritas sobre o assunto, foram seleccionadas apenas algumas das que fazem uma abordagem semântica do modo, ou seja, as que explicam a distribuição do conjuntivo com base em critérios semânticos. Dentro destas, não será feita referência, também, a análises

de outros modos que não o conjuntivo (ou modo equivalente noutras línguas), como sejam, por exemplo, análises do *subjunctive* do Inglês, do modo *optativo* ou outras.

Como já foi referido, na literatura sobre os modos conjuntivo e indicativo, os valores deste último modo são considerados apenas por contraste com os valores do conjuntivo, existindo, portanto, trabalhos sobre o conjuntivo, mas não exclusivamente sobre o indicativo. Numa primeira parte deste capítulo serão apresentadas as análises feitas sobre o conjuntivo em português, após o que se terão em conta algumas propostas de análise do conjuntivo noutras línguas – românicas e não românicas.

3.1. Valores do conjuntivo em português: estado da questão

Para além das observações mais ou menos dispersas e algo assistemáticas que encontramos nas gramáticas tradicionais, penso poder-se dizer que são os trabalhos de Fonseca (1970) e de Faria (1974) que iniciam uma tentativa de tratamento semântico sistemático da distribuição do modo em português europeu. No que respeita ao português do Brasil, tem relevo particular Wherritt (1977). À análise sucinta destes trabalhos, que se vai seguir, acrescentarei ainda a de Pottier et al. (1972), que, embora não o especifique, parece ter em conta dados da variante brasileira do português.

3.1.1. O conjuntivo nas gramáticas tradicionais

Os comentários que o uso do conjuntivo (bem como do indicativo) suscitam nas várias gramáticas consultadas não são substancialmente diferentes entre si.

Jerónimo Soares Barbosa (1822), na sua *Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza*, tece o seguinte comentário sobre estes dois modos:

«[...] O segundo modo de enunciar a coexistencia do attributo no sujeito da proposição é o indicativo, assim chamado porque mostra pela sua mesma fórma, que elle é o principal e dominante no discurso, a que todos os mais verbos do periodo se referem; e que é a linguagem directa, affirmativa e determinante das mais linguagens indirectas e subjunctivas do periodo [...] O terceiro modo é o subjunctivo, assim chamado porque suas linguagens vem sempre em consequência de outras, pelas quais são determinadas. Ellas enunciam a coexistencia do attributo no sujeito da proposição de um modo affirmativo, mas sempre precario, e dependente da affirmação de outro verbo, em cuja significação vá preparada a indecisão e incerteza propria da linguagem subjunctiva. O seu character proprio é não poder figurar só no discurso sem dependencia de outra oração clara ou occulta, a que fique subordinada sempre, e ligada ordinariamente pelo conjunctivo *que*.» (p. 139)

Este autor associa, portanto, o conjunctivo à expressão da indecisão ou incerteza. A mesma ideia está presente noutras gramáticas do português, como Epiphanyo Dias (*op. cit.*) e Cunha e Cintra (*op. cit.*). O primeiro tece as seguintes considerações relativamente aos modos verbais em português:

«Os verbos portuguezes têm:

1) fórmulas que enunciam a acção como uma realidade, v. g. *Eduardo estuda*, e denominão-se – modo indicativo.

[...]

3) fórmulas que enunciam a acção como simples concepção, v. g. *Desejo que Eduardo estude*, e denominam-se – modo conjuntivo ou subjuntivo.

[...]» (p. 39 - 40)

Cunha e Cintra (*op. cit.*), por sua vez, distinguem os modos indicativo e conjuntivo da seguinte forma:

«Quando nos servimos do MODO INDICATIVO, consideramos o facto expresso pelo verbo como *certo, real*, seja no presente, seja no passado, seja no futuro.

Ao empregarmos o MODO CONJUNTIVO, é completamente diversa a nossa atitude. Encaramos, então, a existência do facto como uma coisa *incerta, duvidosa, eventual*, ou mesmo *irreal*.» (p. 463 - 464)

Observa-se, assim, que as gramáticas tradicionais do português estabelecem uma correspondência entre conjuntivo e não afirmação da verdade da proposição. Tal proposta não explica, no entanto, a selecção do conjuntivo por verbos como *lamentar*, cuja proposição complemento é assumida como verdadeira, tal como não explica, pela mesma razão, a selecção do conjuntivo por uma conjunção concessiva, como *embora*. Consideremos agora alguns estudos mais pormenorizados sobre o conjuntivo em português.

3.1.2. Fonseca (1970)

A principal questão a que esta autora procura responder é a de saber quais os valores a que pode estar associado o modo conjuntivo. A sua preocupação é, portanto, a individualização do conjuntivo face aos outros modos verbais e a sua caracterização enquanto unidade gramatical. Considera a autora que:

1. Em orações subordinadas completivas dependentes de verbos ou expressões que signifiquem ordem, proibição, exortação, permissão ou desejo, bem como em orações independentes que podem ser interpretadas como subordinadas a um verbo que expresse uma dessas ideias, embora este não esteja realizado (subjuntivo independente, segundo Cunha (1969)), o conjuntivo tem valor **optativo**. Admite, contudo, a hipótese de esse valor depender em última análise do contexto em que o conjuntivo ocorre e não ser, portanto, um valor expresso pelos morfemas de conjuntivo.

2. Em ligação com a expressão de emoções e outros sentimentos, o conjuntivo tem por única função estabelecer uma função sintáctica de dependência, não estando associado a qualquer valor modal. É o caso, por exemplo, da frase (45), que considera não ter um significado distinto de (46):

(45) É bom que estejas aqui.

(46) Estás aqui, é bom.

3. Nos casos em que o conjuntivo surge ligado a valores de carácter intelectual, a alternância entre indicativo e conjuntivo deve-se à oposição entre realidade e irrealidade / potencialidade, reservando-se apenas o indicativo para a expressão do primeiro membro dessa oposição.

4. É de rejeitar a hipótese de no estado actual da língua existir um traço comum aos três valores que o conjuntivo pode assumir. A autora considera viável, contudo, a hipótese de os vários valores actuais deste modo derivarem de um valor comum. Assim, admite que:

«O conjuntivo começou por estar vinculado, pelo seu significado modal, à expressão de situações reais de dependência; depois generalizou-se o seu uso como expressão da dependência linguística, que pode ou não

corresponder a uma dependência real, lógica. Nos casos em que corresponde, conserva-se, em maior ou menor grau, o seu valor modal, tendo portanto o conjuntivo conteúdo significativo; nos casos em que não corresponde, é uma mera forma, esvaziada de conteúdo, que exprime uma relação sintáctica de dependência.» (p. 164 - 165)

Quanto a esse valor modal, responsável pela distinção entre o conjuntivo e os outros modos verbais do português, considera a autora que é um valor de virtualidade, comprovado pela representação temporal neste modo, em que, defende, não existe uma distinção nítida de épocas. A obrigatoriedade de o conjuntivo ocorrer em contextos de subordinação sintáctica fica, assim, explicada: como o processo descrito pelo verbo no conjuntivo tem uma realidade apenas virtual, há a necessidade de o integrar num sintagma que lhe fixe a referência. O tempo referido pelas formas verbais do conjuntivo é, pois, um "tempo de relação" (usando uma expressão da autora), que pode indicar anterioridade, simultaneidade ou posterioridade em relação ao intervalo de tempo referido por outra forma verbal.

Esta análise suscita alguns comentários. Em primeiro lugar, se o conjuntivo está associado à expressão de situações de dependência, ou seja, se este é um traço individualizador do conjuntivo, não é claro como se possa explicar que também o indicativo surja em construções em que esta relação (quer real, quer apenas linguística) existe. Em segundo lugar, como foi assinalado na introdução, há exemplos de contrastes entre o indicativo e o conjuntivo em que a única diferença reside no modo do verbo. É o caso das seguintes frases, onde não é claro que exista uma relação de dependência mais forte em (b) que em (a):

- (47) a. Ele procura um livro que trata desse assunto.
- b. Ele procuro um livro que trate desse assunto.

Por outro lado, ainda, se o conjuntivo está associado a um valor de virtualidade, também não parece claro como se pode explicar a sua ocorrência em orações em que se asseve que a proposição complemento é verdadeira (como é o caso das orações completivas de verbos factivos² como *lamentar* e das já referidas orações concessivas).

3.1.3. Faria (1974)

A tradicional distinção entre "conjuntivo independente" e "conjuntivo subordinado" foi, como ficou já dito, posta em causa por Fonseca (1970). A hipótese de que não existe "conjuntivo independente" é igualmente defendida por Faria (*op. cit.*), que propõe uma análise do conjuntivo com base num modelo de gramática generativo-transformacional. Esta autora defende que as orações não subordinadas em que ocorre o conjuntivo são construções que derivam de uma estrutura profunda em que estaria presente um verbo da classe "declarativos de ordem" (classe essa constituída por verbos como *ordenar*, *estabelecer*,

² A classe de 'verbos factivos' foi introduzida na literatura por Kiparsky e Kiparsky (1968), de acordo com Karttunen (1971). Este autor, por seu turno, define propriedades lógicas desta classe, que a distinguem de outros tipos de predicados igualmente proposicionais. Assim, considera que a classe dos predicados factivos é constituída por aqueles cuja asserção compromete o enunciador com a crença de que a oração complemento é, por si só, verdadeira, o mesmo acontecendo com a asserção da sua negação. De acordo com esta definição, os predicados factivos são, portanto, aqueles que verificam a seguinte regra inferencial (onde \underline{V} representa o verbo factivo e p a sua proposição complemento):

$$(48) \quad \underline{V}(p) \Rightarrow p \wedge \neg \underline{V}(p) \Rightarrow p$$

Assim, nos predicados factivos a proposição complemento é tida como verdadeira pelo enunciador, independentemente do valor de verdade da frase matriz.

determinar, entre outros). Tal verbo, por seu turno, pode estar ou não realizado em estrutura de superfície. Caso não esteja realizado, obter-se-ão as chamadas "construções de conjuntivo independente", alternativamente, esse verbo aparece realizado em estrutura de superfície, obtendo-se uma oração completiva com conjuntivo. A razão pela qual nessas construções é obrigatório o uso do conjuntivo deve-se, segundo a autora, a razões de tempo, já que:

«[...] existem dois tempos na declaração de ordem. Um, presente, que é o tempo da declaração propriamente dita. Outro, referente à ordem (ou execução da ordem), que é sempre posterior (futuro) ao tempo da declaração.» (p. 26)

Esta questão é central à tese da autora, que considera que

«Quando o conjuntivo não depende de restrições impostas pelos verbos superiores, ele depende de qualquer forma, de elementos pertencentes ou introduzidos na frase-mais-alta [sendo esses elementos *tempo* ou NEG].» (p. 104)

Para além de construções catalogadas por Cunha (*op. cit.*) de *subjuntivo independente* – de que é exemplo a frase *Chovam hinos de Glória na tua alma!* –, Faria analisa outros contextos de ocorrência do conjuntivo e chega à conclusão de que este modo ocorre em construções não assumidas como verdadeiras. Para que tal se verifique, propõe, é necessário que a frase em que ocorre – que será sempre subordinada, de acordo com a autora – contenha ou uma disjunção (dá como exemplo construções como *quer chova quer faça sol*) ou um valor modal *potencial* (dá como exemplo construções como *custe o que custar*), ou então que a verdade dessa frase dependa da realização futura do estado de coisas descrito (dá como exemplo construções como *ordeno que pares de bater*

com a cabeça nas paredes). Considera, então, os seguintes contextos de ocorrência deste modo:

(i) Disjunção inclusiva

A autora considera como construções de disjunção inclusiva as que envolvem na sua denotação um conjunto preenchível por dois elementos que se opõem ($p \vee (\neg p)$). Apresenta como exemplo as frases:

- (49) a. Quer chova quer faça sol, saio.
- b. Queiras ou não queiras, saio.

Assume que a análise lógica destas frases não é a mesma que a das seguintes frases:

- (50) a. Chove ou não chove e / mas saio.
- b. Queres ou não queres e / mas saio.

A razão que apresenta é que nestas últimas frases, em que se usa o indicativo, as duas informações – a da disjunção ($p \vee (\neg p)$) e a da proposição "saio" (q) – são de tal forma definidas que podem ser independentes, como acontece na seguinte frase:

- (51) Chove ou não chove e / mas eu saí.

O mesmo não se passa, no entanto, nas frases (49), acima, em que, defende a autora, não pode existir independência temporal entre as duas frases. Daí a agramaticalidade de (52):

- (52) *Quer chova quer faça sol, saí.

Faria propõe, então, que frases como (49), acima, estão sob o escopo de um operador *tempo* (futuro), o que leva à selecção do conjuntivo.

Este é, portanto, um caso em que, de acordo com a proposta de Faria a selecção do conjuntivo se deve à presença na frase superior de um elemento (neste caso *tempo*) exterior ao verbo. A frase (53), abaixo, parece ser, no entanto, um contra-argumento a esta análise:

(53) Quer tenhas telefonado à Ana quer não tenhas, amanhã encontro-me com ela.

Observe-se que, como esta frase mostra, que não é necessário que a frase que exhibe conjuntivo esteja localizada no futuro (em relação ao tempo da enunciação). Por outro lado, ilustra a possibilidade de existir independência temporal entre as duas proposições – $(p \vee (\neg p))$ e (q) .

(ii) Disjunção exclusiva

Faria apresenta os seguintes exemplos de disjunção exclusiva:

- (54) a. Diga-se o que se disser, o João sempre foi honesto.
- b. Custe o que custar, ela há-de acabar por convencer-me.
- c. Doa a quem doer, ela diz sempre o que tem a dizer.
- d. Ele inventou fosse o que fosse para se safar.

Propõe que estas construções são modificadas por um modal potencial. Se esse modal for actualizado em superfície, corresponderá ao modal *poder* (obter-se-iam, assim, as frases *pode-se dizer o que se disser, pode custar o que custar ...*). Se, porém, esse modal não for actualizado em estrutura de superfície, ocorrerá o conjuntivo.

(iii) Quantificação nominal

Como exemplos de frases com quantificação nominal em que ocorre o conjuntivo, Faria apresenta, entre outras, as seguintes:

- (55) a. Não há um único polícia que se revolte contra a violência.
- b. Há pouca gente que saiba (ou *pode saber*) ouvir música.
- c. Se houver um sítio onde se esteja (ou *possa estar*) confortável, sou mulher para ir.
- d. Já viste alguém que seja (ou *possa ser*) tão duro de roer?

Nas frases de (55), considera, a frase é modificada por um modal potencial, o que implica a ocorrência do conjuntivo. Quanto à frase (55a), defende que o conjuntivo depende do elemento NEG, que transforma uma proposição existencial em universal, tornando, assim, essa frase equivalente a (56):

- (56) Todos os polícias não se revoltam contra a violência.

Esta afirmação, aparentemente, leva a pensar que a presença de NEG é incompatível com outro modo que não o conjuntivo. Contudo, nem todas as construções em que ocorre a negação exibem este modo; veja-se, por exemplo, a frase (57):

- (57) Ele não saiu.

(iv) Declarações de ordem

Um exemplo de uma frase de declaração de ordem que apresenta é (58):

- (58) Ordeno-te que pares de bater com a cabeça nas paredes.

Segundo a autora, a razão porque surge conjuntivo nestas construções deve-se ao factor tempo, como já foi dito acima, mais concretamente, o verbo superior impõe restrições de tempo, sendo que o da locução é necessariamente anterior ao da execução da ordem.

(iv) Completivas de verbos de asserção mental

Faria considera que existem vários graus de asserção mental, apresentando as seguintes classes de verbos deste tipo:

(a) verbos declarativos de ordem (médios e fracos) e de asserção mental fortes. Exemplos são *exigir, querer, desejar, esperar, pretender*.

Na presença do complementador *que*, estes verbos ocorrem apenas com conjuntivo.

(b) verbos de asserção mental médios. Exemplos são *admitir, aprovar, censurar, lamentar, preferir, rejeitar, recusar, suportar*.

Também estes verbos, na presença do complementador *que*, ocorrem apenas com conjuntivo.

(c) verbos de asserção mental fracos. São exemplos verbos como *acreditar, admitir, assumir, imaginar, supor*.

Os verbos desta classe, na presença do complementador *que*, ocorrem com conjuntivo ou com indicativo. Considera a autora que, nos casos em que o conjuntivo pode ser substituído pelo indicativo, as frases não são equivalentes. Com o indicativo, o sujeito pressupõe a verdade da frase complemento, enquanto com o conjuntivo o sujeito da frase superior pressupõe um potencial de verdade da frase complemento. Justifica esta sua posição com as seguintes frases:

- (59) a. Ela acredita que as flores são a causa da alergia.
- b. Ela acredita que as flores sejam a causa da alergia.

A frase (a), segundo Faria, pode ser parafraseada por 'As flores são a causa da alergia e ela acredita nisso', enquanto a frase (b) pode ser parafraseada por 'as flores podem ser a causa da alergia e ela acredita nisso'.

(d) Verbos de asserção mental muito fracos. Esta classe comporta predicados como *achar, estar certo de, estar convencido de, descobrir, fingir*,

saber, ter a certeza, concluir. Na presença do complementador *que*, ocorrem apenas com o indicativo.

Passam, porém, a seleccionar conjuntivo se ocorrerem sob o escopo da negação.

A presença do conjuntivo nas orações complemento dos verbos de asserção mental é explicada por uma das seguintes razões (conforme os casos):

- presença de um modal futuro;
- presença do elemento NEG em posição mais alta, sobrepondo-se às restrições semânticas do próprio verbo (que ocorre igualmente na frase mais alta), que, de outra forma, levaria à selecção do indicativo;
- existência de um modal potencial, uma vez que a opinião do falante pode ou não coincidir com a verdade real. Isto é, acrescenta, a opinião só é verdadeira se a situação descrita pelo complemento acontecer. Conclui, então, que os verbos factivos não desencadeiam uma pressuposição, o que fundamenta com a seguinte frase:

(60) O João censurou o facto de as crianças morderem.

Em (60), defende, o facto de as crianças morderem pode ser verdadeiro ou não ser. A frase poderá ser parafraseada por 'Se A acontecer, eu digo que o João pensará X'. Assim, propõe, se existir conjuntivo, também existirá um modal potencial, pelo que a verdade do complemento não será assumida. Se existir indicativo, considera, a verdade do complemento será pressuposta.

Considerando a frase (61), abaixo, prossegue, constata-se que o João acredita em A quer A seja uma proposição verdadeira quer seja falsa.

(61) O João acredita que a rapariga diz a verdade.

Ou seja, assume que ocorre indicativo quando a verdade do complemento não implica a sua assunção por parte do falante e que ocorre conjuntivo quando da potencialidade da verdade do complemento depende a sua assunção, o que corresponde à actualização do modal potencial.

Tal hipótese parece ser infirmada pelas seguintes frases:

- (62) a. O João sabe que a rapariga diz a verdade.
- b. O João gostou que a rapariga tivesse dito a verdade.

Em ambas estas frases, o falante assume a verdade do complemento dos verbos *saber* e *gostar*, respectivamente. Ainda assim, ocorre obrigatoriamente indicativo na primeira delas e conjuntivo na segunda.

A ideia central de que o conjuntivo surge em proposições que não são assumidas como verdadeiras não deixa, igualmente, de suscitar um comentário. De facto, são várias as construções em que isso acontece e que, no entanto, têm o verbo no indicativo. Tal é o caso das interrogativas (directas e indirectas), de algumas condicionais e, ainda, de frases modificadas pelos advérbios *possivelmente*, *provavelmente* ou *aparentemente*. Por outro lado, há orações cuja verdade é assumida e em que, não obstante, ocorre o conjuntivo. É o caso de orações complemento de verbos factivos que seleccionam conjuntivo e de orações concessivas. Se a oração estiver localizada temporalmente no passado, há a informação de que o evento descrito pela mesma se realizou e, portanto, a sua verdade é assumida.

Além disso, há verbos, como *prometer*, *ameaçar* e outros, que seleccionam indicativo, apesar de a oração que lhes serve de complemento ser localizada no futuro. De acordo com a proposta da autora, seria de esperar, contudo, que tais verbos regessem o conjuntivo, já que o valor de verdade da oração complemento

depende, tal como nas *declarações de ordem*, da realização futura do evento descrito.

3.1.4. Wherritt (1977)

Esta autora, contrariamente a Fonseca (1970), aceita a ideia de que há uma única regra que explica todas as ocorrências do conjuntivo em português (do Brasil). Apoiando-se em Bergen, defende que, subjacente a qualquer uso do conjuntivo, está uma reserva do enunciador face à realidade da proposição. Assim, a ocorrência do traço [+ RESERVA] num item lexical faz com que surja o conjuntivo no verbo da oração regida por esse item. Tal seria o denominador comum a todas as construções em que ocorre o conjuntivo, embora a autora as divida em grupos. Assim, em frases como as de (63), abaixo, defende a autora que o conjuntivo surge em virtude de não se asserir que a situação descrita pela proposição ocorre ou ocorreu.

- (63) a. Saíam do barco.
- b. Talvez ele apareça aí hoje.
- c. Venha sempre.
- d. Antes que faça o trabalho, avise-me.
- e. Tomara que ele venha cedo.
- f. Embora tenha dinheiro, não gosto de gastá-lo.
- g. Mesmo que venda, não faz dinheiro.
- h. Por muito que coma, não engorda.

Um outro grupo de construções que considera engloba frases como as de (67). Nestas, esclarece, o enunciador não sabe, respectivamente, quem vem à festa e qual a melhor maneira de proceder segundo o interlocutor:

- (64) a. Vou fazer uma festa para os que queiram.
- b. Faça como achar melhor.

Quanto às frases que se seguem, considera a autora que, do ponto de vista do enunciador, não parece possível que o seu interlocutor tenha alcançado o fim, no que respeita à primeira frase, e, no que respeita à segunda das frases, o enunciador teria preferido que a proposição não fosse verdadeira, daí o uso do conjuntivo.

- (65) a. É incrível que alcançasse o fim.
- b. Sinto que você esteja triste.

Já na seguinte série de frases, propõe, as orações cujo verbo surge no conjuntivo reflectem o ponto de vista do enunciador, segundo o qual a proposição não descreve um facto:

- (66) a. Pensei que fosse agora.
- b. Não há médico que tenha três carros.
- c. Ela fala como se fosse professora.
- d. Eu fiz sem que ela soubesse.
- e. Não acreditei que falasse isso.
- f. Se você perdesse a chave iria pagar por ela.

Assim, embora por diferentes razões, em nenhum destes exemplos o conjuntivo surge em orações que descrevam um facto objectivo. Em tais orações, segundo a autora, só poderá ocorrer o indicativo.

Há a notar, no entanto, que, em certas construções que a autora apresenta, a reserva do enunciador, a existir, não recai sobre a proposição que exhibe o conjuntivo, a qual pode ser assumida como um facto objectivo pelo próprio enunciador. Tal é o caso, por exemplo, das frases (63f), que permitem inferir que

o enunciador assume a verdade da proposição cujo verbo ocorre no conjuntivo, ou seja, assume que se trata de um facto ocorrido. De acordo com a proposta da autora, seria de esperar que o conjuntivo não surgisse nessas construções.

Por outro lado, embora em muitos casos o conjuntivo seja legitimado pela presença de um item lexical, a autora apresenta frases em que o conjuntivo surge em frases independentes (pelo menos se tivermos em conta apenas o material lexical). Em tais casos, põe-se a questão de saber o que desencadeia a ocorrência do conjuntivo, dada a assumpção de que este modo é desencadeado por um traço lexical.

3.1.5. Pottier et al. (1972)

Em Pottier et al. (1972), encontramos a seguinte afirmação:

«A oposição "indicativo" /v/ "subjuntivo" fundamenta-se no grau de realização que apraz ao enunciador conceder ao acontecimento. A "realidade" é apenas um estímulo, expresso através da visão do enunciador.

Visão de forte eficácia (+)	/v/	Visão de fraca eficácia (-)
-----------------------------	-----	--------------------------------

INDICATIVO		SUBJUNTIVO
"para quem <i>gosta</i> de novidades ..."		"para quem <i>goste</i> de novidades ..."
(não se põe em dúvida a existência existência: dessas pessoas)		(não se afirma a restrição)» (p. 96)

Esta hipótese explicaria, segundo os autores, porque é o verbo *dizer* interpretado como volitivo quando rege uma oração com conjuntivo (como em *disse-lhe que saísse*) e como *declarativo* quando rege uma oração com indicativo (como em *disse-lhe que saía*). O mesmo se passaria com o verbo *sentir*, que é interpretado como equivalente a *lamentar* quando rege conjuntivo (por exemplo na frase *sinto que você se vá embora*) e é interpretado como equivalente a *perceber* se reger indicativo (dão como exemplo a frase *sinto que você se vai embora*). Os autores não explicam, porém, a relação que existe entre os dois modos e essas interpretações dos verbos *dizer* e *sentir*, limitando-se a afirmar que com o conjuntivo há um menor comprometimento que com o indicativo, o que também explicaria a selecção do indicativo em frases como *creio que tem* e do conjuntivo em frases como *não creio que tenha*.

As condicionais são também construções consideradas na mesma obra a propósito do modo. Assim, consideream os autores:

«No quadro da sintaxia "se A, então B", se o enunciador quiser, pode intensificar a hipótese em A, e colocar o subjuntivo em lugar do indicativo:

"Se a população *crecesse*, a tendência *era* maior baixa de renda per capita."

O enunciador é livre e pode deixar tudo no "presente inatural":

"Se nenhuma greve *atrapalhar*, o tunel *sai* em dezembro."

Na sintaxia "quando A, então B (futuro)", A é expresso pelo subjuntivo "contar-lhe-ei quando *tenha* mais tempo" ou "contar-lhe-ei quando *tiver* mais tempo". Noutros casos, *quando* rege o indicativo: "quando *tere* de fazê-lo?", "não sei quando *começarão* as férias."

Gradação de eficácia

+ se eu *pego* esta gravação

- se eu *pegar* esta gravação
- se eu *pegasse* esta gravação
- + qualquer pessoa que *toma*
tomar
- *tomasse* » (pp. 97 - 98)

Do mesmo modo, os autores defendem que os verbos que seleccionam orações completivas estão associados a uma escala, seleccionando conjuntivo os que ocupam um grau baixo da mesma e os restantes indicativo. Assim, expressões predicativas como *querer* ou *ser impossível* estariam associadas ao grau I (o grau mínimo) dessa escala, pelo que seleccionam conjuntivo; expressões predicativas como *esperar* ou *ser provável* estariam associadas a um grau II da mesma escala, grau este que abrange a fronteira entre o conjuntivo e o indicativo. Assim, ao seleccionar o conjuntivo para esses verbos,

«[...] o locutor atribui uma carga maior ou menor de hipótese ao elemento regente. Uma forte restrição (dúvida) acarreta o subjuntivo: "É provável que por êsse tempo D. Pedro *pensasse* ficar definitivamente no Brasil"» (p. 117)

Finalmente, expressões predicativas como *ver* ou *ser evidente* estão associadas ao grau III (o mais elevado) dessa escala, pelo que só seleccionam indicativo. A mesma escala se manifesta, segundo os autores, em construções como as que se seguem:

(prospectivo, "-")		(realizado, "+")
<i>sem que tenha</i>	/v/	<i>desde que teve</i>
<i>antes que tenha</i>	/v/	<i>depois que teve</i>
<i>para que tenha</i>	/v/	<i>porque teve</i>
<i>até que tenha</i>	/v/	<i>até que teve</i>

Esta hipótese associa, portanto, o indicativo à expressão da realidade e o conjuntivo à expressão do que não é real. Não difere muito, assim sendo, das definições dos dois modos feita pelas gramáticas tradicionais. Parece, então, que esta análise depara também com o problema de explicar a selecção do conjuntivo por conjunções concessivas, como *embora*, bem como por verbos factivos, como *lamentar*, já que a oração introduzida por esses operadores descreve uma situação real. Parece igualmente ser problemático para esta análise o facto de verbos como *prometer*, *combinar* e outros seleccionarem indicativo, quando a sua oração complemento descreve um evento futuro e, portanto, irreal.

3.2. Valores do conjuntivo noutras línguas românicas e em línguas não românicas: estado da questão

3.2.1. Valores do conjuntivo em francês

A hipótese assumida pelas gramáticas tradicionais do português de que o conjuntivo é o modo do não verdadeiro foi também assumida por autores que se debruçaram sobre a distribuição deste modo em francês. Um destes autores é Grevisse (1969), que tece o seguinte comentário:

«Le **subjunctif** exprime, en général, un fait envisagé dans la pensée, avec une tension plus ou moins forte des ressorts de l'âme: mode subjunctif et mode du dynamisme psychique, il s'oppose à l'indicatif, mode objectif et statique.» (p. 578)

Esta ideia parece entroncar na tese de Gustave Guillaume (1929), que seguidamente se resume. Este autor repensa a ideia presente na gramática tradicional de que o tempo verbal se divide em *passado*, *presente* e *futuro*.

Considera que tal visão é já o resultado final de um processo do espírito humano, processo esse cuja génese, defende, é preciso conhecer. Cria, portanto, uma teoria que pretende de algum modo captar o fenómeno da criação da imagem-tempo no espírito, fenómeno a que dá o nome de *cronogénese*. Resumidamente, a sua proposta é a de que no instante inicial a cronogénese ainda não operou, sendo a imagem-tempo que abarca esse instante a do tempo *in posse* (isto é, esclarece, uma imagem que o pensamento ainda não realizou, mas que é possível realizar).

A este ponto opõe-se um instante final, em que a cronogénese já terá operado e a visão que se tem desse instante corresponde à que é descrita pelas gramáticas tradicionais. A esta visão do tempo dá o nome de tempo *in esse*.

Todos os instantes que medeiam entre o ponto inicial e o ponto final (ou seja, entre a visão do tempo *in posse* e a do tempo *in esse*) são instantes em que a cronogénese já iniciou a sua operação e a imagem-tempo presente nesse intervalo surge como um processo em formação no espírito. É o chamado tempo *in fieri*.

Esta hipótese está na base da análise que Guillaume faz dos tempos e modos do francês. Considera ser o tempo *in posse* descrito pelas formas nominais do verbo, enquanto o indicativo corresponde à imagem do tempo *in esse*, sendo o conjuntivo o modo do tempo *in fieri*,³ hipótese que fundamenta no facto de existirem mais formas temporais no indicativo que no conjuntivo. Considera que no conjuntivo, em francês, não é feita uma divisão nítida do tempo em épocas, apresentando-se este como o modo do tempo amorfo, indivisível, por oposição ao indicativo, modo do tempo formado, claramente realizado no espírito

³ Quanto ao *imperativo*, considera que é um modo "de la parole" e não "de la pensée", como os restantes modos.

e, como tal, divisível em épocas. A oposição entre os dois modos – indicativo e conjuntivo – assentaria, assim, na oposição entre **actualidade** (Indicativo), em que se considera a imagem-tempo já realizada, e **virtualidade** (Conjuntivo), em que existe a imagem-tempo em formação. Mais concretamente, Guillaume fundamenta esta sua análise na existência de quatro ideias universais necessárias ao pensamento, ideias essas expressas pelos termos *possível*, *provável*, *certo* e *real*, dos quais apenas o primeiro rege o conjuntivo, enquanto *provável*, *certo* e *real* regem o indicativo (em francês). A razão para esta distribuição está em que, propõe o autor, a noção de *possível* exclui a *actualidade*, ao passo que as noções de *provável*, *certo* e *real* a incluem, ou seja, a noção de *possível* anula a capacidade de *actualização* (possibilidade de ser), por uma capacidade idêntica contrária (possibilidade de não ser), contrariamente às outras três noções, que, num maior ou menor grau, indicam que as hipóteses de ser são superiores às de não ser.

A questão do modo, segundo o autor, reduz-se, então, ao emprego de expressões associadas a estas noções como forma de medir o trajecto imposto à visão da imagem-tempo, o que o autor fundamenta com a consideração de vários exemplos da língua. Debruça-se inicialmente sobre a construção *Je regrette que Pierre soit venu*, na qual o verbo se refere a um acontecimento que teve lugar, pelo que a expressão que mais se aproxima do sentido do verbo é a de *foi constatado*. Contudo, defende, essa expressão está longe de dizer tudo o que diz o verbo, pelo que se, em pensamento, fosse subtraída ao verbo *regretter*, não ficaria um resto zero (como aconteceria se as duas expressões fossem de significado sensivelmente igual), mas sim um quantum *q*, apreciável, que representa a distância que o pensamento ainda tem de percorrer até atingir a

actualidade. É, então, pelo facto de, com este verbo, não se atingir a realidade que o mesmo selecciona conjuntivo e não indicativo.

Considera seguidamente o verbo *croire*, como em *je crois qu'il est venu*. A expressão de medição que mais se aproxima deste verbo é *je prévois*, mas, como desta vez o significado dos dois verbos é muito próximo, o resultado da subtracção é sensivelmente igual a zero. Nada impede, portanto, que a mente atinja a actualidade e o modo seleccionado é, em consequência, o indicativo.

Quanto ao verbo *vouloir*, que também selecciona conjuntivo, não é idêntico a nenhuma das expressões consideradas, pelo que com esse verbo não se atinge a actualidade e o modo seleccionado é o conjuntivo.

Merece especial atenção o verbo *espérer*, por oposição ao verbo *désirer*. Este último selecciona conjuntivo, enquanto aquele selecciona indicativo, em francês. Dado o significado dos dois verbos ser próximo, seria, contudo, de esperar que ambos seleccionassem o mesmo modo. A razão de assim não ser, propõe o autor, é a de que *espérer* está associado à probabilidade de realização do evento, contrariamente ao que acontece com *désirer*.

As construções comparativas como *le meilleur homme que j'ai connu*, construções em que ocorre o modo conjuntivo, são também analisadas por Guillaume. Considera o autor que, em tais construções, o pensamento opera num campo de comparação de onde é seleccionado um objecto que se distingue de todos os outros. Entre o objecto seleccionado e o campo em que permanecem os restantes situa-se um intervalo que justifica a selecção do conjuntivo.

No que toca às orações relativas, defende o autor que a selecção de modo depende da *actualidade* ou da *não-actualidade* do antecedente, ou seja, da

presença ou ausência deste na linha da actualidade, sendo que da sua presença decorre o indicativo e da sua ausência o conjuntivo.

Finalmente, Guillaume considera a selecção de modo em orações introduzidas por uma conjunção. Divide as conjunções terminadas por *que* em dois grupos: as *actualisantes*, que seleccionam o indicativo, e as *virtualisantes*, que regem o conjuntivo. Distingue o autor duas fases no desenvolvimento da perspectiva aberta pela conjunção. A primeira refere-se à realização do processo no tempo – é a fase a que chama *incidentielle* –, a segunda às consequências do processo – é a fase a que chama *conséquentielle*. Considera, então, que a perspectiva só é actualizada com a abertura de uma fase consequente (*conséquentielle*), que implica o fechamento da fase anterior (*incidentielle*); ou com o fechamento desta fase, que implica a abertura da fase consequente. Decorre daqui que as conjunções *actualisantes* são as que não implicam a consideração de uma ideia ou um sentimento que se oponha ao fechamento da fase *incidentielle* e abertura imediatamente consecutiva de uma fase *conséquentielle*, enquanto as *virtualisantes* são as que implicam uma ideia ou sentimento em oposição seja com o fechamento da fase *incidentielle*, seja com a abertura de uma fase *conséquentielle*.

Pertencem ao primeiro grupo (*actualisantes*) as conjunções *pendant que, en même temps que, après que, dès que, lorsque, sitôt que, parce que, puisque, de la même manière que*, etc. Por exemplo, na locução *lorsque Pierre eut déjeuné*, o pensamento orienta-se, nas palavras do autor, para um desenvolvimento subsequente. Há, portanto, o fechamento de uma fase e a abertura de uma outra, sua consequente de algum modo. Quanto às conjunções *virtualisantes*, considera várias hipóteses:

(i) a fase *incidentielle* permanece aberta após as conjunções. É o que sucede com as conjunções *à condition que*, *pourvu que* e outras que exprimem uma ideia de hipótese;

(ii) as conjunções indicam uma ideia de previsão mais ou menos desiderativa. É o caso de *afin que*, *pour que*, *de manière que*, entre outras;

(iii) é indicada uma ideia de antecipação, de exclusão. São exemplo as conjunções *avant que* e *sans que*;

(iv) as conjunções indicam uma ideia de revogação de um ponto de vista. Tal é o caso das conjunções *loin que* e *ce n'est pas que*;

Por último, as conjunções concessivas são apresentadas como confirmação final da hipótese que Guillaume propõe para a selecção de modo por parte das conjunções. Com estas, a fase consequente, necessária à obtenção do indicativo não se abre após a sua elocução. Assim, a única fase considerada é a fase *incidentielle* e, por isso, é o conjuntivo o modo seleccionado.

A ideia apresentada por Guillaume de que conjuntivo está associado à *virtualidade* e o indicativo à *actualidade* foi seguida por diversos autores. Para citar alguns exemplos, é nessa hipótese que Warnant (1974) se baseia para explicar as diferenças entre o *imparfait du conjuntivo* em francês e em valão; Fonseca (*op. cit.*), como dito acima, propõe que a *virtualidade* é também um valor expresso pelo conjuntivo em português; Molho (1959) estabelece um paralelismo entre o valor do conjuntivo (baseando-se na teoria da *Cronogénese* de Guillaume) e o imperativo de certos verbos do francês; Yvon (1947) subscreve também esta teoria, fazendo a seguinte afirmação sobre os dois principais modos do francês:

«[...] l'indicatif présente les faits comme objectivement constatés [...], le subjonctif les présente comme conçus subjectivement, imaginés, supposés.» (p. 10)

Esta definição do conjuntivo, que, tal como a análise de Pottier et al. (*op. cit.*), não é substancialmente diferente da que é dada por algumas gramáticas tradicionais, é, obviamente, contraditória com certos usos deste modo, como, por exemplo, em orações completivas de verbos factivos como *lamentar*. Este facto não foi ignorado por Guillaume. De facto, como acima ficou dito acima, o autor defende que a ocorrência do conjuntivo nesse contexto se deve ao facto de o significado de *lamentar* não ser idêntico ao de *foi constatado* e, por conseguinte, não se atingir com esse verbo a *actualidade*. Ora, em última análise, o significado de qualquer verbo é sempre diferente do de qualquer das expressões que Guillaume considera (*certo, real, provável, possível*, ou outras). Fica, pois, por determinar por que razão a "subtracção" do significado de uma dessas expressões ao significado do verbo gera uma aproximação à actualidade, não o fazendo com outros verbos.

A selecção do conjuntivo pelo verbo *regretter* é também considerada por Moignet (1981), que se baseia igualmente na teoria de Guillaume (*op. cit.*). Faz esse autor a seguinte consideração:

«C'est à une appréciation de caractère critique que l'on doit l'emploi, normal en parlure courante, du subjonctif après les verbes dits subjectifs ou affectifs:

je regrette qu'il soit absent

il est dommage qu'il soit absent,

alors que ce sont des faits dont la réalité a été constatée qui sont ainsi traités.

Le subjonctif, avec la virtualité qu'il comporte, est le lieu chronothétique où s'exerce le plus favorablement l'activité critique de la pensée, qui consiste à équilibrer, aux fins d'appréciation, le plus et le moins. Réel, le fait peut être abstrait de la positivité que sa réalité lui confère, pour être plus efficacement pesé selon les exigences de tel ou tel type d'appréciation.» (p. 73)

No entanto, como assinala Fonseca (*op. cit.*), as frases (44) e (45), abaixo repetidas e renumeradas, não têm um significado distinto:

(67) É bom que estejas aqui.

(68) Estás aqui, é bom.

Em ambas as frases se faz uma apreciação do estado de coisas descrito, pelo que, de acordo com a afirmação de Moignet, seria de prever que apenas o conjuntivo fosse possível em ambas as frases. A presença do indicativo na frase (68), porém, contraria tal previsão.

Um outro autor que apresenta uma forma de tratar o modo não muito diferente destas é Sato (1974), que faz a seguinte consideração sobre os modos verbais indicativo e conjuntivo do francês:

«[...] *le subjonctif en français contemporain est le mode qui présente un procès dans sa "valeur absolue", autrement dit à titre de "concept pur ou absolu",* puisque présenter un fait en tant que "substance pure" ne peut être autre chose que de le présenter dans sa valeur absolue. D'autre part, nous avons défini *l'indicatif* comme le mode qui *présente un procès comme object direct de l'"information" ou du "rapport" [...]*» (p. 37)

Embora Sato não faça referência a Guillaume (*op. cit.*), as formas de ver o modo conjuntivo em francês não diferem muito de um autor para outro. Pelo menos, não é clara a diferença entre o valor de *virtualidade* de que fala Guillaume e o *valor absoluto* que Sato considera.

Por outro lado, a consideração deste autor de que o indicativo é o modo que apresenta o processo como o objecto directo da informação não esclarece por que razão é esse o modo seleccionado em certas construções não assertivas, como, por exemplo, as estruturas interrogativas.

3.2.2. Valores do conjuntivo em castelhano

O castelhano, nas suas variantes europeia e americana, é talvez a língua românica mais estudada no que respeita à distribuição dos modos verbais. Algumas das propostas apresentadas, muitas das quais não diferem substancialmente entre si, são seguidamente apresentadas. Tal como na análise da literatura sobre o conjuntivo em português e em francês, apenas serão referidas algumas das obras que analisam a distribuição do conjuntivo em castelhano.

Alguns autores, como Bybee e Terrell (1990), defendem que o modo indicativo se relaciona com a asserção, enquanto o conjuntivo se reserva para a não asserção. De acordo com estas autoras, este modo surge, assim, em orações que expressam:

– ordem (ou noções associadas), como em (69):

- (69) a. Venga muy temprano mañana.
- b. Quiero que nos quedemos un rato más.

– dúvida:

- (70) a. Dudo que hayan terminado ya.
- b. Es posible que hayan terminado ya.

– comentário:

Neste grupo engloba Bybee e Terrell construções em que o enunciador elabora um comentário sobre uma pressuposição, considerando que existem pelo menos três formas distintas de relacionar a proposição pressuposta com o verbo da oração principal. Uma delas consiste em identificar uma reacção à proposição, ou seja, emitir um juízo de valor sobre a mesma. É o caso de frases como a seguinte:

- (71) Es una lastima (bueno, malo, interesante, etc.) que María no haya podido terminar a tiempo.

Um outro tipo de comentário é aquele em que se assere que o sujeito da oração principal é afectado pelo evento descrito pela oração subordinada. É o caso de frases como (72):

- (72) Me alegro de que María haya podido acabar a tiempo.

Em ambos os casos, o enunciador, embora pressupondo a verdade das orações complemento, não as assere, pelo que não usa o indicativo.

Finalmente, as autoras consideram um outro tipo de complementos pressupostos. Trata--se dos que são subordinados a expressões predicativas como darse cuenta, aprender, tomar en consideración (entre outros), expressões que descrevem um acto mental não causado pelo evento descrito pelo complemento, mas com ele relacionado. Os complementos destas expressões,

contudo, constroem-se com indicativo, embora sejam igualmente pressuposições e não asserções. No entanto, defendem Bybee e Terrell:

«Parece que esta clase de excepción no es totalmente anómala. Es decir, las proposiciones que son complementos de actos mentales no se afirman, pero se parecen más a las oraciones assertivas que a cualquier tipo de complemento descrito con anterioridad» (p. 153)

Esta análise, pelo menos aparentemente, depara com alguns problemas. Em primeiro lugar, como foi observado anteriormente, existe um pequeno número de verbos que seleccionam indicativo e que, no entanto, implicam que o seu complemento seja falso no intervalo de tempo em que é localizado o verbo da matriz, dada a sua orientação para o futuro. A proposição complemento não é, pois, asserida. Tal é o caso dos verbos *ameaçar*, *combinar*, *decidir* e outros. A proposta aqui apresentada, porém, faria prever que se encontrasse o conjuntivo nas orações complemento desses verbos, já que não se trata de asserções. Por outro lado, como assinala Palmer (1986), esta proposta prevê que, ao contrário do que de facto acontece, o indicativo não surge em construções não assertivas, como sejam, por exemplo, frases interrogativas.

Uma outra autora que defende a ideia de que o indicativo é o modo da asserção e o conjuntivo o da não asserção é Klein (1990). Acentua, contudo, que essa é uma propriedade semântica dos próprios modos verbais (indicativo e conjuntivo), não havendo necessidade de assumir que a escolha entre um e outro modo é legitimada por propriedades de selecção de um verbo superior. Isto é, o morfema de indicativo tem o traço semântico [afirmação] e o de conjuntivo tem o traço de [não afirmação], pelo que quer um quer outro modo só ocorrem em construções em que o seu traço inerente seja coerente com os traços semânticos dos outros elementos constituintes da proposição. Assim se

explicaria por que surge o indicativo em posição de complemento de verbos «de informação e afirmação» e o conjuntivo em posição de complemento de verbos «de dúvida» ou em expressões de incerteza, factos que são ilustrados pelas seguintes frases:

- (73) a. Sostengo que aprende.
- b. Dudo que aprenda.
- c. Posiblemente aprenda.

Esta hipótese explicaria igualmente o facto de as orações de "conjuntivo independente", como (74), abaixo, serem interpretadas como manifestações de desejo ou ordens, sem recorrer ao postulado de que existe um verbo superior subjacente.

- (74) a. Aprenda.
- b. Que aprenda.

A razão, propõe, é que, não aparecendo o acontecimento em questão subordinado a qualquer outro acontecimento e não se considerando como uma afirmação, resta considerar que se trata de um desejo ou de uma ordem.

Outros argumentos apresentados por Klein para justificar que os modos em castelhano têm significado por si mesmos são os seguintes:

(i) O conjuntivo surge em posição de complemento de verbos «de desejo» e «de comentário», como ilustrado pelas frases que se seguem:

- (75) a. Deseo que aprenda.
- b. Lamento que aprenda.

Se com predicados de dúvida se pode assumir que o modo da não asserção na oração complemento se deve à incerteza da existência do facto descrito, com

verbos de desejo a não-afirmação reflecte o facto de essa existência se considerar assegurada. O mesmo que acontece, ainda segundo a autora, em expressões independentes de desejo e ordem e em expressões de «finalidade», por oposição a expressões de «causa»:

- (76) a. Le compré una guitarra porque aprende a tocar.
- b. Le compré una guitarra para que aprenda a tocar.

No que diz respeito a verbos como *lamentar*, pelo contrário, a existência do complemento é pressuposta. A não-afirmação, em construções envolvendo este verbo, pretenderia indicar que a finalidade do enunciado não é afirmar o complemento, mas apenas opinar sobre o mesmo.

Assim, embora se opte em todas estas construções pela «não asserção» por razões diferentes, nunca existe incompatibilidade entre esse traço do conjuntivo e o significado dos restantes elementos do enunciado.

(ii) Um outro argumento apresentado por Klein releva do seguinte contraste:

- (77) a. Insisto que aprende. b. Insisto que aprenda.
- a'. Siento que aprende. b'. Siento que aprenda.

Em (77a) e em (77a'), os predicados são interpretados, respectivamente, como equivalentes a *sustener* e a *percibir*, enquanto em (77b) e em (77b'), são interpretados como equivalentes a *solicitar* e a *lamentar*, respectivamente. A razão desta diferença de leituras deve-se ao facto de as interpretações dos predicados em a. e a'. serem coerentes com a afirmação, sendo as interpretações dos mesmos em b. e b'. coerentes com a não asserção. Ou seja, é o significado do modo do complemento que determina a interpretação do verbo

principal e não este que rege um determinado modo. O mesmo se pode afirmar, defende Klein, da conjunção *como* nos seguintes enunciados:

(78) a. Como te ve tu padre te portarás bien.

(Pórtate bien, que te ve tu padre.)

b. Como te vea tu padre, te portarás bien.

(Pórtate bien, que te vea tu padre.)

Em (78a), a conjunção *como* é interpretada como equivalente a *porque*, enquanto em (78b) é interpretada como equivalente a *se*, o que se deveria à diferença de modos.

(iii) Existe, também, um contraste entre complementos de verbos como *insistir* e *sentir* quando tais verbos ocorrem em frases negadas:

(79) a. Insisto que aprende.

No insisto que aprende.

Siento que aprende.

No siento que aprende.

b. Insisto que aprenda.

No insisto que aprenda.

Siento que aprenda.

No siento que aprenda.

A interpretação dos verbos em questão é a mesma numa frase negada que na afirmativa, se o modo da frase complemento for o indicativo. Se for o conjuntivo e a frase principal for negativa, *insisto* pode ler-se quer como *sostengo* quer como *pido*, enquanto que *siento* pode ler-se como *noto* ou como *lamento*. Isto é, se a frase for negada, é possível que o complemento em conjuntivo não tenha uma interpretação diferente da que tem o complemento em indicativo. A razão para tal facto, propõe Klein, é a seguinte:

«[...] al negar la cláusula principal se niega cualquier afirmación que se hiciera en lo que se refiere al hecho del complemento. Por consiguiente, un complemento en indicativo seguiría siendo coherente, en el sentido de que

la afirmación que se expresa se entiende como negada, pero esto mismo ocurrirá en un complemento en subjuntivo no-afirmativo.» (pp. 310 - 311)

A análise de Klein difere apenas da apresentada por Bybee e Terrell no facto de considerar que o modo não é seleccionado pelo verbo da frase matriz. Partilha, porém, com essa análise a dificuldade de explicar a presença do indicativo em interrogativas e em complementos de verbos como *prometer*, entre outros.

De acordo com Palmer, a hipótese de que a diferença entre os modos indicativo e conjuntivo em castelhano se baseia na distinção entre asserção (a que surge ligado o indicativo) e não asserção (a que surge ligado o conjuntivo) fora já defendida por Hooper (1975) e por Klein (1975). Esta hipótese é, contudo, rejeitada pelo próprio Palmer (*op. cit.*), que, como já ficou dito, chama a atenção para o facto de o conjuntivo não ser usado em interrogativas directas, construções claramente não assertivas. Referindo-se ao castelhano, faz a seguinte afirmação:

«The conditions under which the subjunctive is, or may be, used are thus very varied (doubt, disbelief, 'weak' commitment, unwilling commitment, possibility, etc.). The claim that these mood distinctions can be accounted for in terms of assertion and non-assertion is not very meaningful [...].

In fairly general terms, it is fairly obvious what the situation is. The indicative is used where the subject shows some positive degree of commitment to the proposition, either total as with ASSERT, or partial as with THINK. Where there is no degree of positive commitment as with BE POSSIBLE, but either non-commitment or negative commitment as with DOUBT (partial negative commitment) or *don't think* (total negative commitment), the subjunctive is

used. But 'assertion' and 'non-assertion' are no more than convenient labels for this, and do not in themselves explain the situation ...» (p. 145)

Esta explicação em termos de grau de comprometimento explicaria também o seguinte contraste que apresenta:

- (80) a. Tal vez venga mañana.
- b. Tal vez vendrá mañana.

Segundo o autor, a frase com conjuntivo indica uma maior dúvida da parte do enunciador que a frase com indicativo. Assim, o autor identifica o conjuntivo com o não comprometimento do enunciador com a verdade da proposição. Ressalva, contudo, que não se verifica que o indicativo, por seu turno, indique que o enunciador se compromete com essa verdade. Segundo ele, as orações subordinadas com indicativo apenas apresentam uma proposição, sendo neutras em termos de modalidade, uma vez que, como defende, todas as marcas de modalidade se encontram no verbo superior.

No que respeita ao contraste exemplificado em (81), abaixo, que também que se verifica em português, Palmer defende que a oração com conjuntivo, ao contrário do que acontece com a frase no indicativo, está sob o escopo semântico do verbo.

- (81) a. Busco un empleado que hable inglés.
- b. Busco un empleado que habla inglés.

Usando o conjuntivo, afirma Palmer que o enunciador não se compromete com a existência de entidades que possuam a propriedade em causa, as quais existem não no mundo real, normalmente descrito pelo indicativo, mas sim num mundo imaginário ou potencial, descritível com o conjuntivo. A mesma explicação, propõe, pode ser dada para o facto de em castelhano (como

inicialmente observado por Rivero (1970)⁴) ser usado o conjuntivo em relativas cujo antecedente tem um quantificador negativo. Tal é o caso da seguinte frase:

(82) Ningún hombre que se considere (*considera) honrado lo haría.

Outros autores há que, baseando-se em dados do castelhano, assumem também que a oposição entre indicativo e conjuntivo reflecte diferentes graus de comprometimento com a verdade da proposição. Um desses autores é Bell (1990), que adiciona novos dados em favor da hipótese referida.

Defende Bell que a escolha entre o modo indicativo e o conjuntivo está relacionada com uma escala de afirmação. Assim, o indicativo é usado em construções em que o falante transmite a sua convicção na verdade do que afirma, como é o caso das frases em (83), abaixo, em que se faz uma asserção afirmativa, e de (84), em que se faz uma asserção negativa:

(83) a. Declaro que Rafael ha ganado el premio.

b. Es evidente que Guatemala puede extender sus fronteras.

(84) a. Declaro que Rafael no ha ganado el premio.

b. Es evidente que Guatemala no puede extender sus fronteras.

Se, por outro lado, a negação tiver escopo sobre toda a construção, como em (85), abaixo, não é negada a verdade do complemento. A negação, nesse caso, terá por função diminuir na escala assertiva o grau de comprometimento do enunciador com a verdade do complemento. Em tal caso, é o conjuntivo o modo seleccionado.

(85) a. No declaro que Rafael haya ganado el premio.

b. No es evidente que Guatemala pueda extender sus fronteras.

⁴ *apud* Palmer (*op. cit.*).

Esta hipótese explicaria igualmente porque surge o conjuntivo em orações subordinadas a predicados como "duvidar", "ser possível", "esperar" e outros que estão associados à expressão de dúvida ou incerteza. Veja-se, a título de exemplo, as seguintes frases:

- (86) a. Dudo que tengamos tiempo para nadar el Helesponto.
- b. Es posible que se declare un estado de emergencia.
- c. Espero que vendan el carro.
- d. Temo que no vendan el carro.
- e. Es probable que no se venda el carro.

No que toca a determinadas frases em que ocorre indicativo, embora sejam complemento de um destes verbos, como é o caso de (87), na página seguinte, defende o autor que a enunciação de tais frases exige um contexto específico.

- (87) a. No creo que el profeta vuelve.
- b. No digo que usted tiene una cara de orangután.

Tanto a frase (87a) como a frase (87b) são possíveis apenas num contexto em que o enunciador se distancia de uma afirmação prévia, nomeadamente das declarações "El profeta vuelve" para a primeira frase e a de que o interlocutor "tiene una cara de orangután", para a segunda. Contrariamente, as suas frases congéneres em que ocorre conjuntivo, respectivamente (88a) e (88b), não necessitam de qualquer contexto específico de enunciação.

- (88) a. No creo que el profeta vuelva.
- b. No digo que usted tenga una cara de orangután.

A confirmar a sua análise, Bell apresenta, ainda, frases em que o sujeito é distinto do enunciador, como é o caso de (89):

(89) a. Isidro no cree que el profeta vuelve.

b. Isidro no cree que el profeta vuelva.

Apenas em (89a), em que surge o indicativo, o enunciador se assume como garante da verdade da frase "El profeta vuelve". Em (89b), na presença do conjuntivo, a opinião do falante não entra em consideração, apenas se fazendo uma asserção acerca da crença do sujeito.

Por último, a sua hipótese daria conta do facto de SN's relativizados serem interpretados de forma diferente consoante o verbo da relativa esteja conjugado no indicativo ou no conjuntivo, já que:

«[...] el modo indicativo requiere algo más que la presuposición de la existencia: es necesario también que el hablante conozca o sea capaz de identificar el núcleo del sintagma nominal.» (p. 96)

Um outro autor que, baseando-se igualmente em dados do castelhano, faz corresponder a oposição indicativo / conjuntivo a diferentes graus de comprometimento com a verdade da frase é Solano-Araya (1982). Defende este autor que existe um único princípio que rege a distribuição dos modos indicativo e conjuntivo. Tal princípio pode resumir-se ao seguinte: o indicativo é usado quando existe da parte do enunciador um comprometimento com a verdade ou com a falsidade da proposição, enquanto o conjuntivo indica que não existe da parte do enunciador tal comprometimento.

Para fundamentar esta sua afirmação, o autor baseia-se na análise de três tipos de construções: orações relativas, orações subordinadas adverbiais e orações completivas.

Quanto às orações relativas, um dos casos que considera é o seguinte contraste:

- (90) a. Juan quiere casarse con una muchacha que cocina bien.
- b. Juan quiere casarse con una muchacha que cocine bien

Com o verbo da oração relativa no indicativo – frase a. –, o pronome relativo, segundo o autor, reporta-se a um SN marcado como [– DEFINIDO, + ESPECÍFICO], isto é, a pessoa em causa existe e o enunciador tem-na em mente. Com o verbo no conjuntivo – frase b. –, o pronome relativo tem como antecedente um SN [– DEFINIDO, – ESPECÍFICO], a pessoa identificada pode existir ou não e o enunciador não poderia usar o nome da pessoa em vez do SN relativo.

Como o autor constata, este contraste pode ser explicado, também, em termos de pressuposição, sendo que em (90a), mas não em (90b), se pressupõe que existe um referente para o SN em causa. Contudo, ainda segundo Solano-Araya, a explicação em termos de pressuposição não explicaria a ocorrência do conjuntivo em frases como (91):

- (91) a. El hombre que mató esta monja no puede ser perdonado.
- b. El hombre que haya matado esta monja no puede ser perdonado.

Quer em (91a) quer em (91b) existe a pressuposição da existência de um referente para o SN. No entanto, visto que pode ser usado o conjuntivo na oração relativa, a explicação em termos de pressuposição não dá conta da distribuição dos modos em castelhano. O princípio defendido pelo autor, contudo, dá conta deste contraste. Como esse princípio descreve, o indicativo é usado quando é possível identificar uma pessoa particular, o conjuntivo quando não é possível fazer tal identificação.

Um outro contraste analisado por Solano-Araya diz respeito às relativas com leitura genérica. Nesse contexto, observa, se se tratar de uma relativa restritiva, só o conjuntivo pode aparecer. A frase que se segue ilustra a impossibilidade de leitura genérica com o verbo da oração relativa no indicativo:

(92) *Un caballo que es más grande que un perro obviamente come más.

Já se se tratar de uma relativa explicativa, pode surgir o indicativo:

(93) Un caballo, que es más grande que un perro, obviamente come más.

Vejamos a explicação que o autor apresenta para esta diferença de comportamento. Partindo do facto de a denotação de um SN modificado por uma oração relativa restritiva envolver a intersecção de dois conjuntos e de nada impedir que essa intersecção seja vazia, Solano-Araya conclui que não existe da parte do enunciador um comprometimento com a existência de indivíduos que pertençam a essa intersecção, o que justificaria o uso do conjuntivo e não do indicativo. No que toca às orações relativas explicativas, porém, estas denotam um conjunto que é necessariamente um subconjunto não vazio da denotação do nome a que se aplicam. Assim, qualquer indivíduo que pertença à denotação da oração relativa pertencerá também à denotação do núcleo do SN. Como se assume que tais indivíduos existem, surge o indicativo.

Outro grupo de construções analisado por este autor é o das orações adverbiais. Alguns exemplos que apresenta são orações temporais e orações condicionais. Quanto às primeiras, um exemplo por ele apresentado é o seguinte:

- (94) a. Como quando ella viene.
- b. Como quando ella venga.

Em a. assere-se que a entidade referida pelo pronome virá num determinado intervalo de tempo e que o enunciador come (ou começa a comer) nesse intervalo de tempo. Em b. não existe a asserção de que a pessoa em causa virá.

No que toca às condicionais, defende o autor que só aparentemente são contra-exemplo à sua proposta. Assim, defende, embora numa condicional em que se use o indicativo (como é (95), abaixo) não se assira que o antecedente é verdadeiro, existe uma relação de causa-efeito, já que a proposição expressa pelo conseqüente da condicional é verdadeira se o antecedente também o for.

(95) Si Juan se emborrachó, Carmen se enojó.

Se, por outro lado, se usasse o conjuntivo no antecedente, estar-se-ia a falar de mera possibilidade:

(96) Si Juan se emborrachara, Carmen se enojaría.

Outras construções que apresenta como condicionais em que surge o conjuntivo e que não envolvem igualmente a consideração de uma relação de causa-efeito são, por exemplo:

(97) a. Ojalá tuviera un Mercedes.

b. Si solo tuviera veinte dólares.

c. Todavía me acuerdo de ese incidente como si hubiera sido ayer.

Finalmente, no que toca à distribuição dos modos em orações complemento – o último grupo de construções analisado por Solano-Araya –, tem em conta na sua proposta a ocorrência do indicativo e do conjuntivo, respectivamente, nas seguintes frases:

(98) a. El dice que ella estudia todos los días.

b. El pide que ella venga.

Na primeira destas frases, o uso do indicativo justifica-se por se tratar de um facto conhecido. Quanto à outra frase, trata-se de um pedido e, visto que nada garante que seja atendido, não é tomado como um facto, daí o uso do conjuntivo.

Fazem igualmente parte da análise do autor complementos de predicados emotivos, como a seguinte:

(99) El lamenta que ella estudie tanto.

Quanto a estas construções, defende Solano-Araya, nem sempre os complementos de verbos factivos expressam um facto verdadeiro. Em primeiro lugar, do ponto de vista do interlocutor, a oração complemento pode não expressar um facto (daí que o interlocutor possa contradizer essa proposição). Em segundo lugar, uma frase desse tipo é parafraseável por uma condicional com o indicativo (como ilustram as frases em (100), abaixo), o que, segundo o autor, mostra que a proposição expressa pelo complemento refere uma mera possibilidade.

(100) a. A él le molesta que ella fume.

b. Si ella fuma, él se enoja.

Por último, um terceiro argumento aduzido contra a ideia de que o complemento de predicados emotivos expressa um facto é o de estas construções não serem usadas para informar, ou seja, não serem usadas como asserções.

Conclui, assim, que os verbos emotivos são usados para expressar um sentimento por parte do enunciador, estando fora de questão o facto de o seu complemento expressar uma proposição verdadeira ou falsa. Se existe comprometimento do enunciador com a verdade dessa proposição, tal comprometimento situa-se ao nível pragmático, consequência de máximas

conversacionais. De um ponto de vista semântico, defende, os verbos emotivos não expressam comprometimento do enunciador com a verdade do complemento, o que justifica uso do conjuntivo nessas construções.

Esta afirmação de que os predicados emotivos, como *lamentar*, não pressupõem a verdade da sua oração complemento fora já feita, como dito acima, por Faria (*op. cit.*). Frases como (101), abaixo, parecem, no entanto, mostrar que a verdade da proposição complemento de verbos como esse é pressuposta:

(101) O João (não) lamenta que as colheitas se tenham perdido.

Por outro lado, a proposta de Solano-Araya não explica, também, a presença do conjuntivo em orações concessivas, construções em que claramente o enunciador assume a verdade da proposição subordinada. De facto, de acordo com esta proposta, seria de prever que fosse o indicativo o modo seleccionado e não o conjuntivo, como na realidade é. O mesmo se pode dizer a respeito dos outros autores que fazem depender a selecção do conjuntivo da ausência de comprometimento com a verdade da proposição, que se vêem igualmente impossibilitados de explicar a selecção do conjuntivo por verbos como *lamentar* e outros cuja proposição complemento é assumida como verdadeira.

Finalmente, parece ainda de salientar que, como já foi referido acima, as teorias semânticas pós-montagueanas esbatem a fronteira entre a semântica e a pragmática, pelo que resulta pouco esclarecedora a afirmação de Solano-Araya de que o comprometimento do enunciador com a verdade do complemento se situa a nível pragmático e não semântico.

Uma proposta radicalmente diferente de todas as que foram até agora apresentadas foi feita por Fukushima (1990), que considera, também, a

distribuição do conjuntivo e do indicativo em castelhano. Defende este autor que, à semelhança do que os gramáticos propuseram para o Japonês, as frases do castelhano devem ser vistas como divisíveis em dois grandes domínios de significação: a **proposicionalidade** e a **modalidade**. Segundo ele, a proposicionalidade é constituída pelo predicado, seus argumentos e complementos circunstanciais (informação objectiva), sendo a modalidade constituída pelo juízo subjectivo do enunciador sobre o enunciado proposicional. Assim, em castelhano, as orações com modo indicativo teriam um elevado grau de modalidade e as de conjuntivo, por seu lado, um elevado grau de proposicionalidade. Ou seja, de acordo com Fukushima, em castelhano o enunciador usa o modo indicativo nas orações que transmitem informação que o enunciador modaliza, reservando o conjuntivo para as orações cuja função é apenas descrever um conteúdo proposicional. As frases abaixo ilustram a ideia do autor:

- (102) a. Creo que viene María.
- b. Deseo que venga María.
- c. Me alegro de que venga María.

Na primeira frase, a informação nova que o enunciador quer transmitir é o conteúdo da oração subordinada, não recebendo o verbo principal qualquer acento e tendo apenas, segundo Fukushima, um valor parentético.

Por seu lado, nas duas outras frases, a informação nova é expressa pelo predicado da oração principal. Em (102b), assere-se um desejo concebido pelo enunciador e em (102c), este manifesta a sua alegria. Em qualquer dos casos a proposição [que venga María] – que identifica um evento real nesta última frase, mas não na anterior – não está em posição de centro da informação que o

falante deseja transmitir, ao contrário do que se passa em (102a), o que faz com que seja usado o conjuntivo naquelas e não nesta.

É de notar que Palmer (*op. cit.*) faz a afirmação inversa, ou seja, defende que as orações com indicativo são neutras em termos de modalidade. Importa, pois, acentuar que a proposta de Fukushima introduz a inovação de tratar o conjuntivo como o modo não marcado, ao arremisso da tradição generalizada, de acordo com a qual é o indicativo que é visto como o modo neutro. Parece-me, porém, excessiva a afirmação de que na frase (102a) o verbo principal tem um mero valor parentético. Sem dúvida, tal verbo tem também um conteúdo semântico, diferente dos outros verbos que regem igualmente indicativo.

Um outro possível problema para esta proposta é o facto de o indicativo surgir em orações interrogativas indirectas. Nesse tipo de construções, de que (103), na página seguinte, é um exemplo, o grau de modalidade da oração subordinada, tal como Fukushima o define, é nulo, pelo que seria de prever que surgisse o conjuntivo e não o indicativo, como de facto acontece.

(103) O Paulo sabe se a Ana saiu.

É altura agora de considerar algumas propostas mais recentes de tratamento do conjuntivo feitas com base em dados de outras línguas românicas e de línguas não românicas.

3.2.3. Valores do conjuntivo noutras línguas

Numa recente proposta de tratamento do modo, Portner (1993) debruça-se sobre dois modos em Inglês, a que chama indicativo e 'for-infinitive', alargando depois a sua análise à distribuição do indicativo e do conjuntivo em italiano. No que toca à distribuição do modo nesta língua, Portner ignora explicitamente a ocorrência dos

modos verbais noutras construções que não as completivas, tecendo, então, os seguintes comentários:

1. O conjuntivo é o modo não marcado, ocorrendo em contextos de que o indicativo esteja excluído.
2. O indicativo só pode ser usado com um contexto modal factivo e uma força modal de necessidade⁵.

O autor postula a exigência de que seja obrigatório um contexto modal factivo para que surja o indicativo, devido ao facto de o conjuntivo poder ser introduzido por verbos *de opinião* (como o equivalente de *julgar*), ou de *desejo* (como o equivalente de *esperar*), sendo o indicativo seleccionado por verbos factivos como *sapere*. Por outro lado, considera que a exigência da força modal de necessidade para que surja o indicativo explica a ocorrência do conjuntivo em frases como a que se segue:

(104) Non dico che non avesse le sue ragioni.

Esta análise não explica, também, porque surge o conjuntivo em orações complemento dos verbos factivos como *lamentar*. Usando a terminologia de Portner, dir-se-á que estes verbos geram um contexto modal factivo, pelo que, de acordo com a sua proposta em discussão, seria de esperar que fosse o indicativo o modo seleccionado, contrariamente ao que se verifica. O mesmo problema tem a análise que Farkas (1992) faz do conjuntivo em romeno, em húngaro e em francês, que seguidamente se resume.

⁵ O autor não apresenta uma definição dos conceitos 'contexto modal' ou 'força modal'. Quanto ao primeiro dos dois, descreve-o por exemplificação. Assim, o contexto modal de uma oração encaixada no verbo *esperar*, por exemplo, é o conjunto de alternativas desejadas, enquanto que se se tratar de uma oração encaixada no verbo *dizer*, o seu contexto modal é o conjunto de situações que representam o conteúdo da interacção discursiva relatada. No caso de uma oração principal usada assertivamente, o seu contexto modal é o contexto conversacional, isto é, o conjunto de situações que representam o 'common ground' dos participantes na interacção discursiva.

À semelhança do que acontece com a grande maioria das propostas apresentadas até agora, a análise de Farkas incide também sobre as ocorrências do conjuntivo em orações completivas.

Considerando a proposta de que a escolha entre indicativo e conjuntivo em orações complemento é regulada pela distinção entre asserção / não asserção, a autora questiona-se sobre qual o conceito semântico que está na base dessa distinção. Rejeita a proposta de Hooper (*op. cit.*) – que outros autores reiteraram, conforme ficou exposto acima –, segundo a qual a diferença entre asserção e não asserção corresponde a diferentes graus de comprometimento do sujeito da frase matriz ou do enunciador com a verdade do complemento, sendo que os predicados assertivos, ao contrário dos não assertivos, comprometem o sujeito com a verdade desse complemento. Como nota Farkas, existem orações completivas de verbo em que surge o conjuntivo e que são assumidas como proposições verdadeiras pelo sujeito da frase matriz e pelo enunciador. Tal é o caso de verbos factivos, como *saber* ou *lamentar*, entre outros, alguns dos quais – é o caso de *lamentar* – regem o conjuntivo em francês (aliás, tal como em português). Por outro lado, assinala que existem predicados cuja oração complemento ocorre no indicativo, sem que, contudo, haja um comprometimento com a verdade dessa oração. Tal é o caso de verbos a que chama de *ficção*, como *sonhar* e *imaginar*.

A autora considera, no entanto, que existe algo de positivo na ideia de que o indicativo está relacionado com complementos que se consideram verdadeiros, enquanto que o conjuntivo está relacionado com os complementos cuja verdade não é assumida. A tarefa que se propõe realizar, e que aqui se resume, é, portanto, a de precisar a noção semântica subjacente a essa ideia.

Central à sua proposta é a intuição de que a noção de verdade tem de ser relativizada. A ilustrar este desiderato, apresenta o par de frases de (105), em que a frase (105a) é verdadeira para o enunciador, enquanto a mesma frase em b, é verdadeira para o indivíduo referido por 'John', mas não necessariamente para o enunciador:

- (105) a. Mary has a sister.
- b. John thinks that Mary has a sister.

Aos indivíduos segundo os quais a proposição em causa é verdadeira atribui Farkas a designação de 'âncora individual' da proposição. No que respeita às frases em (105), a âncora individual da proposição será, portanto, respectivamente, o enunciador e o indivíduo referido por *John*. Assim, verbos epistémicos, como *pensar*, estabelecem uma determinada relação entre o sujeito e a proposição que regem, ou seja, com estes verbos, a verdade do complemento é relativizada ao sujeito.

Este processo de ligação da verdade do complemento ao sujeito, no sistema apresentado por Farkas, é feito indirectamente, uma vez que as proposições são ancoradas a mundos possíveis e estes a indivíduos. O aparelho interpretativo tem, assim, de contar não apenas com o mundo que representa a realidade, mas também com mundos que representem a realidade de acordo com indivíduos particulares, o que Farkas representa por $WR(x)$, em que WR está por o modelo que representa a realidade – o mundo real – e x corresponde à âncora individual. Formalizando, os predicados como *pensar* têm a seguinte informação como parte do seu significado:

- (106) $p = 1$ em $WR(x)$

(p é a proposição complemento do verbo relevante, 1 é o valor de verdade positivo e x é o sujeito do predicado epistémico).

Uma outra noção usada por Farkas para a construção do seu sistema é a, já referida, de «common ground», ou seja, o conjunto de proposições aceites como verdadeiras por todos os intervenientes numa interacção discursiva. Cada nova asserção corresponde a uma nova proposição acrescentada ao «common ground». Os verbos assertivos, como *dizer* e *declarar*, são vistos neste sistema como denotando um acto de fala cujo agente é o sujeito da frase e cujo conteúdo proposicional é o do complemento. Segue-se que, em discurso indirecto, a âncora individual não é o enunciador, mas sim o sujeito da frase principal. Logo, numa frase como (107), abaixo, o conteúdo proposicional do complemento não é acrescentado ao «common ground» da interacção discursiva de que (107) faz parte, mas sim ao da que é relatada.

(107) John said that Mary was sick.

Conclui, então, a autora que, tanto para os verbos epistémicos como para os declarativos, o conteúdo proposicional do seu complemento é verdadeiro relativamente ao sujeito (isto é, em $WR(su)$), mas não necessariamente no que respeita ao locutor (isto é, em $WR(sp)$). Em conformidade, Farkas propõe que a escolha entre os modos indicativo e conjuntivo em orações complemento é definida do seguinte modo: se a condição (106) fizer parte do significado do verbo, este governa o indicativo, caso contrário é escolhido outro modo. Ou seja, se um verbo reger o indicativo, o referente do seu sujeito é tomado como acreditando na verdade do complemento.⁶

⁶ Farkas ressalva que é possível que não se use o indicativo no complemento, ainda que do significado do verbo faça parte a condição (106), se se quiser acentuar que a âncora individual não é o enunciador. É o que se passa em romeno, língua em que, segundo a autora, o condicional é

A generalização que acima ficou expressa prevê que em complementos de 'verbos de ficção', como *sonhar* ou *imaginar*, não seja usado o modo indicativo, já que o seu conteúdo proposicional não é apresentado como verdadeiro em WR(su). No entanto, é de facto o indicativo o modo que estes verbos regem. Quanto a este problema, defende Farkas defende que os predicados de ficção têm a propriedade de a proposição expressa pelo seu complemento ser verdadeira num determinado mundo ancorado ao sujeito. A diferença entre este tipo de verbos e verbos epistémicos, como *pensar* ou *acreditar*, reside apenas no facto de, ao contrário destes, esse mundo não ser tomado como um modelo da realidade, segundo o referente do sujeito, mas sim como um modelo irreal. Em qualquer dos casos, portanto, a entidade referida pelo sujeito assume como verdadeira a proposição complemento num determinado mundo.

O facto de uma proposição ser interpretada relativamente a um único mundo – ancoragem extensional, na terminologia de Farkas –, ou relativamente a um conjunto de mundos – ancoragem intensional –, é, propõe a autora, um factor crucial para a escolha entre indicativo e conjuntivo. Mais concretamente, ela considera uma semântica de mundos possíveis, sendo que o mundo ou mundos relativamente aos quais as proposições são interpretadas constituem a sua âncora modal. Uma frase declarativa simples tem como âncora modal o mundo que serve de modelo à realidade de acordo com o *common ground* em que a frase ocorre. Há, então, expressões linguísticas cuja função é introduzir um novo mundo possível (predicados extensionais) ou um conjunto de vários mundos possíveis (predicados intensionais), sendo as proposições que ocorrem no escopo dessas expressões interpretadas relativamente a esses mundos. Elas

usado em complementos de verbos declarativos para indicar reserva do enunciador quanto a esses complementos; ou, em francês, língua em que se pode usar o conjuntivo com verbos epistémicos.

serão, portanto, ancoradas extensional ou intensionalmente, consoante ocorram respectivamente sob o escopo de um predicado extensional ou intensional.

É deste factor que, de acordo com a autora, decorre a selecção de modo: os verbos de frases completivas ancoradas extensionalmente (i.e., regidas por um verbo extensional) flexionam no indicativo, enquanto os verbos de frases completivas ancoradas intensionalmente (regidas, portanto, por um verbo intensional) flexionam no conjuntivo.

Os predicados epistémicos como *saber* ou *acreditar* são predicados extensionais, assim como os predicados de ficção (como *sonhar* ou *imaginar*) e os declarativos (como *dizer*), pelo que a proposição que lhes serve de complemento é extensionalmente ancorada. Assim, as frases de que são predicadores diferem de frases simples declarativas apenas no facto de a âncora modal poder ser diferente da realidade. Daí decorre, de acordo com esta proposta, o facto de a sua oração complemento exibir o indicativo.

Quanto aos predicados intensionais, a autora apresenta os verbos modais como exemplos típicos desta classe. Segundo ela, são também predicados intensionais os verbos directivos como *ordenar* e os desiderativos, como *querer*, que seleccionam conjuntivo. Os primeiros, considera, introduzem um conjunto de mundos possíveis $W(f)$ que são hipotéticos futuros. Cada membro de $W(f)$ é, portanto, igual a (WR) até ao tempo da enunciação do verbo directivo, podendo o futuro ser diferente do de outros membros de $W(f)$, dentro dos limites do possível. Esse conjunto de mundos possíveis será partido em dois: o subconjunto que contém os mundos em que a directiva é cumprida (W') e o seu complemento. A directiva é vista, então, como uma instrução para que o destinatário faça com que a realidade no futuro pertença a W' .

Quanto aos predicados desiderativos, considera que introduzem um conjunto de mundos possíveis $Wd(x)$, conjunto esse que contém um subconjunto de mundos em que são satisfeitas as condições de verdade da proposição complemento. Ou seja, a intersecção de $Wd(x)$ e de Wp não pode ser vazia.

Esta análise, que estabelece uma correlação entre conjuntivo e ancoragem intensional e entre indicativo e ancoragem extensional, pode ter como contra-argumento o facto de os predicados a que Farkas chama "factivos-emotivos", como *lamentar*, não regerem exclusivamente o indicativo, uma vez que, sendo estes predicados factivos, os seus complementos são tidos como proposições verdadeiras no mundo real. Contudo, os mesmos podem ocorrer com ambos os modos, ainda que a escolha do mesmo varie historicamente (em estádios anteriores do francês regiam apenas o indicativo, hoje regem ambos os modos) e inter-linguisticamente (em romeno e em húngaro, estes verbos só regem o indicativo, segundo a autora). A explicação para o duplo comportamento deste tipo de verbos é explicada por Farkas do seguinte modo: o carácter avaliativo / emotivo destes predicados torna-os compatíveis com o conjuntivo, enquanto a sua factividade os torna compatíveis com o indicativo. Ou seja, enquanto avaliativos / emotivos, estes predicados classificam situações de acordo com um conjunto implícito de critérios, de tal modo que a atitude que eles denotam não faz com que o complemento seja ancorado a um mundo particular, sendo este aspecto que os torna compatíveis com o conjuntivo. Quanto à sua capacidade de reger o indicativo, a proposição que lhes serve de complemento tem de ter carácter factual – portanto, ser verdadeira no mundo real –, o que faz com que essa proposição possa ser ancorada extensionalmente e surja o indicativo. As línguas que dispõem dos dois modos em causa, seriam, assim, sensíveis a uma ou a outra das características destes verbos.

Esta proposta de análise, embora tenha alguns pontos em comum com as anteriormente apresentadas, tem em relação a elas a vantagem de apresentar uma formalização dos conceitos, o que permite uma maior clareza na explicitação das razões que levam à escolha entre os modos indicativo e conjuntivo. Parece, no entanto, ser igualmente problemática para a análise de Farkas o facto de conjunções concessivas regerem conjuntivo. Ainda que se aceite a explicação da autora para o facto de os verbos factivos / emotivos poderem reger conjuntivo, essa explicação não dará conta deste tipo de orações, uma vez que a noção de emotividade não está presente nessas construções.

Por outro lado, há ainda a referir que há línguas, como o italiano, em que o verbo equivalente a *acreditar* rege obrigatoriamente o conjuntivo e outras, como o português, em que pode reger ambos os modos, um facto que não é compatível com a proposta de Farkas, que prevê que tal verbo seleccione o indicativo na sua oração complemento. Finalmente, ainda de acordo com esta proposta, seria de esperar que verbos como *prometer* ou *ameaçar*, cujo significado se aproxima do de verbos desiderativos, como *querer* ou do de verbos directivos, como *ordenar*, e que, portanto, geram também um contexto de ancoragem intensional, seleccionassem o conjuntivo, à semelhança do que acontece com estes verbos. Tal, porém, pelo menos em português, não sucede.

Passemos a uma breve apresentação e comentário de uma proposta sobre o grego moderno. Trata-se da proposta de Giannakidou (1994), que explora a noção de veridicalidade para dar conta da distribuição do modo em grego moderno.

Segundo proposta da autora, a distinção entre operadores de veridicalidade e de não veridicalidade pode ser feita do seguinte modo: se a inferência (108a),

abaixo, se verificar, O é um operador de veridicalidade. Caso contrário trata-se de um operador de não veridicalidade.

- (108) a. $Op \rightarrow p$
b. $Op \text{ —/} \rightarrow p$

Repare-se que não se está a falar do operador de necessidade ou de factividade, mas antes de um operador que admite a relativização da verdade a sistemas de crença particulares. Assim, *acreditar*, embora não seja factivo, será um operador verídico, uma vez que se uma entidade acredita numa proposição, ela é verdadeira no seu sistema de crenças.

A proposta da autora é, então, a de considerar que o conjuntivo surge em orações introduzidas por um operador de não veridicalidade, apresentando como argumento principal para esta hipótese o facto de em grego moderno o conjuntivo surgir nas mesmas condições em que podem ocorrer itens de polaridade negativa (expressões que, de acordo com Valencia et al. (*op. cit.*), são legitimadas por operadores de não veridicalidade). Explica, assim, a presença do conjuntivo nas seguintes construções:

(i) orações independentes que expressem:

- a. ordens ou exortações,
- b. desejos e pragas,
- c. protesto ou indignação,
- d. condicionalidade;

(ii) orações complemento de verbos:

- a. desiderativos (*thélo* 'querer', *elpízo* 'esperar', *skopévo* 'planear'),
- b. directivos (*dhiatázo* 'ordenar', *simvulévo* 'advertir', *protíno* 'sugerir', *parakaló* 'pedir'),

- c. modais (*prépi* 'dever', nos sentidos epistémico e deôntico, *íne pithanón* 'ser impossível', *íne anagéo* 'ser necessário'),
- d. predicados epistémicos que expressem comprometimento negativo (*dhen pistévo* 'não acreditar', *dhen fandázome* 'não imaginar', *apofévgho* 'evitar'),
- e. *verba timendi* (*fováme* 'ter medo').

(iii) construções com:

- a. *prín* 'antes',
- b. *xorís/dhíxos* 'sem',
- c. *andí* 'em vez de'.

Por seu lado, o indicativo, em grego moderno e de acordo com a autora, ocorre em orações complemento de:

- a. verbos declarativos (*léo* 'dizer', *dhiavázo* 'ler', *isxirizome* 'assegurar'),
- b. verbos de ficção (*onirévome* 'sonhar', *fandázome* 'imaginar', *léo psémata* 'mentir'),
- c. verbos epistémicos (*kséro*, *ghnorízo* 'saber', *pistévo* 'acreditar', *nomízo* 'pensar'),
- d. verbos factivos (*xérome* 'estar contente', *metanióno* 'lamentar').

Giannakidou considera ainda no seu trabalho construções em que existe um predicado que selecciona uma oração equivalente a uma gerundiva. São eles:

- a. predicados aspectuais (*arxízo* 'começar', *sinexízo* 'continuar', *telióno* 'acabar/deixar de'),
- b. predicados perceptivos (*vlépo* 'ver', *akúo* 'ouvir'),
- c. predicados comissivos (*ipósxome* 'prometer', *anagázome* 'ser forçado a')

d. predicados implicativos (*katafêrno* 'conseguir').

Quer estas últimas construções quer aquelas em que ocorre o indicativo são introduzidas por um operador de veridicalidade, o que é coerente com a proposta de que o conjuntivo é seleccionado pelos operadores de não veridicalidade.

Esta proposta de tratamento do modo conjuntivo não pode, porém, ser aplicada ao português (como o não pode a outras línguas românicas), visto que depara com o clássico problema dos verbos factivos como *lamentar* e das já referidas conjunções concessivas, que, não obstante serem operadores que geram contextos de veridicalidade, que seleccionam conjuntivo. Também não explica porque é o indicativo seleccionado por verbos como *prometer* e outros, que são operadores de não veridicalidade, tal como não explica porque é o conjuntivo seleccionado pelo verbo italiano equivalente a *acreditar*, operador de veridicalidade, e porque pode este verbo reger também o conjuntivo em português, ou seja, depara com os mesmos problemas que tem a análise de Farkas (*op. cit.*).

3.3 Conclusão

A maioria das propostas aqui resumidas, se não a sua totalidade, integra, de uma ou de outra forma, a ideia básica presente nas gramáticas tradicionais de que o conjuntivo é o modo do *irreal*, do *incerto*, do *hipotético*, ou outra noção idêntica. Tal é, assumidamente, o caso de algumas análises, como as de Guillaume (*op. cit.*) ou de Fonseca (*op. cit.*), para citar apenas dois exemplos. Outros autores não estabelecem uma correspondência directa entre conjuntivo e não realidade, mas fazem-no indirectamente.

Assim, há um grupo de propostas que traçam um paralelismo entre a selecção do conjuntivo ou do indicativo e o valor de verdade da proposição. É o caso, por exemplo, das análises de Faria (*op. cit.*) ou de Giannakidou (*op. cit.*). Ambas as análises assumem que o conjuntivo não é usado em proposições tidas como verdadeiras, o que é o mesmo que dizer que o conjuntivo está associado ao irreal, ao não verdadeiro.

Há um outro grupo de propostas que não fazem uma associação tão directa entre a selecção de modo e o valor de verdade da proposição. É o caso das análises de Solano-Araya (*op. cit.*), de Palmer (*op. cit.*) e de Bell (*op. cit.*), entre outras. De acordo com estes autores, o conjuntivo é seleccionado para os contextos que não indicam um compromisso do enunciador ou do sujeito⁷ com a verdade da proposição. Assim, este tipo de análise, ao estabelecer uma associação entre conjuntivo e não compromisso com a proposição, relaciona também o conjuntivo com o irreal, já que assume igualmente que o conjuntivo ocorre quando a proposição não é objecto de conhecimento e de crença e, como tal, não é tida como verdadeira. O mesmo se pode dizer das análises de Farkas (*op. cit.*) e de Portner (*op. cit.*). Embora os dois autores recorram a diferentes teorias semânticas, têm em comum o facto de considerarem que o indicativo é o modo associado ao certo (sendo o reflexo de uma "ancoragem extensional", no sistema de Farkas, e de uma "força modal de necessidade" ou de um "contexto modal de factividade" no sistema de Portner) e o conjuntivo o modo complementar, associado, portanto, às proposições cuja verdade não é assumida.

⁷ Sempre que daí não advenha confusão, usarei o termo *sujeito* para referir a entidade identificada pelo SN com esta função sintáctica.

Por último, podemos considerar um outro grupo de análises, que trata a oposição entre indicativo e conjuntivo como associada à oposição entre **asserção** e **não asserção**. É o caso, por exemplo, das análises de Klein (*op. cit.*) ou de Bybee e Terrell (*op. cit.*). Ora, os trabalhos em que se procura o conceito semântico que está na base desta oposição entre asserção e não asserção – como é o caso de Palmer (*op. cit.*) e de Farkas (*op. cit.*) – consideram que a asserção corresponde a um compromisso com a verdade da proposição e a não asserção à ausência desse compromisso. É, portanto, também o conceito de valor de verdade da oração que está na base das análises que defendem que o conjuntivo é o modo da não asserção.

Conclui-se, assim, que todas as propostas consideradas baseiam, de uma forma ou de outra, a selecção do modo no valor de verdade da frase, assumindo uma qualquer relação entre a assunção da verdade e o indicativo e entre a não assunção dessa verdade e o conjuntivo. Por conseguinte, todas elas se vêem confrontadas com pelo menos dois problemas, que podem ser assim definidos:

- explicar a ocorrência do conjuntivo em frases cuja verdade é assumida, como é o caso com orações introduzidas por conjunções subordinativas concessivas como *embora*, *conquanto*, *se bem que* e *não obstante* (isto é, todas as que não seleccionam apenas o infinitivo) ou das orações complemento de verbos factivos como *lamentar*;
- explicar a ocorrência do indicativo em orações cuja verdade não é assumida, como é o caso das orações completivas de verbos como *ameaçar* e *prometer*.

Impõe-se, pois, num estudo sobre a distribuição do conjuntivo, a consideração destes dois problemas, os quais me parecem insolúveis para qualquer teoria que baseie a selecção do conjuntivo ou do indicativo no valor de

verdade da proposição. De facto, quer se assuma que o factor relevante para a selecção de um dos modos é o valor de verdade, sem mais, quer se assuma que a noção de verdade tem de ser relativizada, considerando-se, então, que o importante é o compromisso com a verdade da proposição, haverá casos de proposições cuja verdade é assumida, mas que exibem o conjuntivo – de que são exemplo orações complemento de verbos como *lamentar* e orações introduzidas por conjunções concessivas, como *embora* –, como haverá casos de proposições cuja falsidade é assumida (no intervalo de tempo relevante), mas que apresentam o indicativo – de que são exemplo as orações introduzidas por verbos como *prometer*. Se é verdade que em muitos casos há uma correspondência entre verdade da proposição e indicativo – como acontece nas orações complemento de verbos como *saber*, por exemplo – e entre não verdade da proposição e conjuntivo – como acontece, por exemplo, nas orações complemento de verbos como *evitar*, também é verdade que nem sempre o contraste indicativo / conjuntivo é o reflexo dessa oposição. Dado este estado de coisas, para uma hipótese de explicação da distribuição do conjuntivo dever-se-á procurar o fundamento da selecção deste modo noutro factor que não o valor de verdade da proposição. É o que se tentará fazer no próximo capítulo, em que se terá em conta as várias construções em que ocorre o conjuntivo.

4. Para uma hipótese de explicação da distribuição do conjuntivo e do indicativo em português

Uma hipótese de explicação da distribuição do conjuntivo deve partir da análise das várias construções em que este modo se manifesta – orações subordinantes e orações subordinadas, completivas, relativas ou adverbiais –, o que permitirá observar se um mesmo princípio ou uma mesma regra dá conta da distribuição

deste modo em todos os contextos em que ocorre, ou se, pelo contrário, devem ser consideradas diferentes hipóteses de explicação para a distribuição do conjuntivo em diferentes construções. Para além desta variedade de construções que há a considerar, dever-se-á ter em conta também a ocorrência de outros modos nas mesmas construções, pois, como já foi referido, só é possível conhecer os valores do conjuntivo se se verificar que não são partilhados com outro(s) modo(s).

Este capítulo está organizado da seguinte forma: na primeira secção observa-se a selecção de modo em orações completivas finitas (afirmativas e negativas) – um dos contextos de ocorrência do modo que mais problemas causa às análises do conjuntivo apresentadas no capítulo anterior; na secção seguinte avalia-se a possibilidade de explicar a distribuição do modo em orações principais com base na proposta formulada na primeira secção; na terceira secção ter-se-á em conta a distribuição do modo em orações relativas e, finalmente, na quarta secção considerar-se-á a distribuição do conjuntivo em orações subordinadas adverbiais e em orações coordenadas.

4.1. O modo em orações completivas finitas

As orações completivas finitas são um dos contextos em que ocorre o conjuntivo, como já foi referido. Este não é, porém, o único modo exibido por este tipo de orações, as quais também podem ter o verbo flexionado no indicativo. Há, então, a saber em que tipo de orações completivas ocorre um ou outro modo, já que estes não podem funcionar em variação livre.

Na análise da distribuição do modo neste tipo de orações, ter-se-á em conta inicialmente as orações completivas finitas de verbo, após o que se observará a distribuição do modo noutras orações completivas.

4.1.1. O modo em orações completivas finitas de verbo

Parece indiscutível que, como tem sido assumido na literatura, a opção pelo conjuntivo ou pelo indicativo numa completiva de verbo está relacionada com o verbo da frase matriz, pelo que uma análise do comportamento do conjuntivo neste tipo de orações deve atender às semelhanças entre os vários verbos que seleccionam o mesmo modo e às diferenças entre estes verbos e os que seleccionam o outro modo. Começamos, então, por considerar os verbos que têm como complemento uma oração completiva finita. As listas que se seguem (extraídas do capítulo 2) pretendem ser exemplificativas, não exaustivas:

L₁ - Seleccionam conjuntivo verbos como os seguintes:

*aborrecer, aconselhar, admirar, agradecer, aguardar, ansiar, apetecer, apreciar, atrapalhar, assustar, autorizar, bastar, causar, censurar, chatear, chocar, comover, compreender*₁ (correspondente ao inglês *to comprehend*), *consentir, convir, duvidar, envergonhar, espantar, esperar, estranhar, evitar, exigir, gostar, impedir, implicar, incomodar, lamentar,*

lastimar, mandar, motivar, negar, ordenar, originar, pedir, perceber₁
(correspondente ao inglês *to understand*), *perdoar, permitir, preferir, preocupar, pretender, procurar, proibir, querer, rezear, recomendar, requerer, revoltar, rogar, solicitar, sugerir, suplicar, surpreender, temer, tentar, transtornar, urgir.*

L₂ - Seleccionam indicativo verbos como os seguintes:

achar, acontecer, crescer, adivinhar, advogar, afirmar, ameaçar, anotar, antever, anunciar, aperceber-se, apostar, apregoar, assegurar, asserir, assinalar, avisar, certificar, clamar, combinar, compreender₂
(correspondente ao inglês *to realize*), *concluir, concordar, confessar, confirmar, considerar, constar, constatar, deliberar, demonstrar, descobrir, dizer, esclarecer, esquecer, estabelecer, explicar, fingir, frisar, garantir, ignorar, indicar, inferir, informar, jurar, lembrar, mencionar, murmurar, notar, objectar, observar, parecer, perceber₂* (correspondente ao inglês *to realize*), *precisar (equivalente a tornar preciso), pressentir, proclamar, prometer, reclamar, reconhecer, recordar, referir, reparar, replicar, responder, revelar, saber, sentir, significar, sonhar, suceder, suste, teimar, testemunhar, topar, ver, verificar.*

L₃ - Admitem ambos os modos – conjuntivo ou indicativo – na sua oração complemento verbos como os seguintes:

acreditar, admitir, assumir, calcular, desconfiar, imaginar, julgar, pensar, presumir, prever, supor, suspeitar.

Todos estes verbos têm como complemento uma proposição, sendo a maioria deles **verbos de atitude proposicional**, ou seja, identificam atitudes

para com proposições⁸, existindo, todavia, verbos e outras expressões de complementação frásica que não são de atitude proposicional, como é o caso de *acontecer, bastar, causar, implicar, originar, ser bom e urgir*. Quanto às atitudes identificadas pelos verbos de atitude proposicional, estas podem ser de natureza diversa. Verbos como *acreditar* expressam uma atitude de 'crença', mas há outras atitudes que podem ser expressas, como por exemplo 'conhecimento', 'desejo' e 'declaração'. Estes sistemas de valores têm sido designados na literatura como *modalidades*, distinguindo-se várias modalidades, consoante o tipo de valor expresso. Assim, Rescher (1968)⁹ distingue, entre outras, as seguintes modalidades: *epistémicas* (relacionadas com conhecimento e crença), *temporais* (relacionadas com tempo), *erotéricas* (relacionadas com desejo), *deônticas* (relacionadas com dever), *avaliativas* e *causais*.

Partindo da tradição de reflexão sobre o conjuntivo e das noções aí recorrentes de *irrealidade* ou de *verdade hipotética*, parece adequado explorar a hipótese de a distribuição dos modos estar associada aos diferentes tipos de relações entre indivíduos e proposições, expressas pelos verbos de complementação frásica, em particular aos diferentes tipos de atitude proposicional. Acontece, porém, que esta hipótese se vê confrontada, a uma primeira abordagem, com sérios problemas. De facto, se tivermos em conta os verbos que seleccionam conjuntivo, não se vislumbra um traço comum a todos eles relativamente a uma possível tipologia de "atitude", antes se apresentando como um conjunto que inclui verbos que referem diferentes tipos de atitude, tais como: desejo (como é o caso, por exemplo, do verbo *querer*), sugestão (como é

⁸ Interprete-se o termo *proposição* no sentido fregeano. No resto do texto, esse termo foi usado como equivalente a *oração*.

⁹ *apud* Oliveira (1988).

o caso dos verbos *aconselhar* ou *recomendar*, por exemplo) ou dúvida (como é o caso do verbo *duvidar*), entre outras. Se, por outro lado, tivermos em conta os verbos que seleccionam indicativo, deparamos igualmente com a dificuldade em encontrar um denominador comum a todos eles. Neste grupo, encontramos verbos associados a valores de crença (como, por exemplo, o verbo *achar*), outros associados ao conhecimento (como é o caso de *saber*), verbos declarativos (tais como *dizer*), ou verbos associados a um compromisso (como é o caso do verbo *prometer*).

A observação dos valores transmitidos pelos diferentes verbos de atitude proposicional revela, no entanto, algumas pistas que podem ser exploradas. Observe-se, em primeiro lugar, que todos os verbos que admitem os dois modos na sua oração complemento – verbos como *acreditar*, *admitir* e outros (vd. p. 69) – expressam um valor de 'crença'. Estão, portanto, associados ao que podemos designar por **modalidade epistémica**. Em segundo lugar, podemos observar que há valores expressos unicamente por verbos que seleccionam conjuntivo – como, por exemplo o 'desejo', a 'sugestão' a 'ordem', ou a 'proibição'. Parece, assim, haver uma área dos valores ditos modais que obrigam ao conjuntivo e uma outra comum ao conjuntivo e ao indicativo.

Assumirei esta plataforma de correlação de valores – valores chamados modais, de um lado, e valores de *modo*, de outro – como um indicador de que existem dependências entre os dois sistemas e, conseqüentemente, como um ponto de partida razoável para a pesquisa de uma teoria explicativa da distribuição do modo.

Começemos, então, por analisar mais detalhadamente os valores associados aos diferentes verbos de complementação frásica. Na próxima secção ter-se-á em conta os verbos associados à modalidade epistémica –

comum, como visto, a verbos que seleccionam conjuntivo e a outros que seleccionam indicativo –, considerando-se na secção seguinte os verbos associados a outras modalidades.

4.1.1.1. Orações completivas de verbos associados a valores epistémicos

Na literatura sobre modalidade epistémica são tradicionalmente distinguidos dois valores: o 'conhecimento' e a 'crença'. Em conformidade, parece pertinente a definição dos seguintes subgrupos de verbos que associados a um valor positivo ou negativo de conhecimento ou crença:

- verbos que exprimem **conhecimento** (de um facto), como, por exemplo, *adivinhar, admirar, antever, aperceber-se, compreender, constatar, descobrir, envergonhar, lamentar, notar, observar, perceber₂* (correspondente ao inglês *to realize*), *reconhecer, reparar, saber, testemunhar, topar, ver, verificar* – todos verbos factivos;
- verbos que exprimem **desconhecimento** (de um facto), como *esquecer* e *ignorar* – todos verbos factivos;
- verbos que exprimem **crença** numa proposição, como, por exemplo, *achar, acreditar, admitir, assumir, calcular, concluir, considerar, imaginar, inferir, julgar, pensar, pressentir, presumir, prever, sentir, supor* e *suspeitar*.
- verbos que exprimem **descrença** numa proposição, como *desconfiar* e *duvidar*;

Há a considerar ainda verbos que Farkas (*op. cit.*) cataloga de 'verbos de ficção', caso de *fingir* e *sonhar*, que seleccionam indicativo, e ainda verbos associados a uma declaração, por exemplo, os verbos *advogar, afirmar, anotar, anunciar, apregoar, asserir, clamar, confessar, confirmar, dizer, esclarecer,*

explicar, frisar, informar, jurar, mencionar, murmurar, negar, objectar, precisar (equivalente a *tornar preciso*), *proclamar, reclamar, referir, replicar e responder*.

Quanto aos verbos de ficção, considerarei, adoptando a proposta de Farkas (*op. cit.*), que indicam também crença na verdade da proposição complemento, embora o objecto dessa crença se situe num mundo possível que não coincide com o mundo real, o que justificará que se considerem como sendo verbos associados a valores epistémicos. No que respeita aos verbos associados a uma declaração¹⁰ ('declarativos', *lato sensu*), pode-se também considerar que veiculam um valor de modalidade epistémica, na esteira de autores como Stalnaker (1979), Heim (1982) e outros, que relacionam o conceito de *asserção* com o conceito de **common ground**, expressão que designa um conjunto de proposições assumidas como verdadeiras pelos vários participantes numa interacção discursiva. Esta perspectiva é também adoptada por outras teorias semânticas dinâmicas, que têm em comum tratarem uma asserção como um acto que instaura um estado de informação e, conseqüentemente, um verbo declarativo como a descrição da instauração desse tipo de estado. De acordo com a referida perspectiva informacional das declarações, quando um dos participantes numa interacção discursiva faz uma asserção, esta é tratada como uma nova proposição a ser adicionada ao *common ground* existente nos

¹⁰ O facto de se considerar uma classe de verbos associados à declaração não significa que não existam outros (não contemplados por este rótulo) que também podem ser usados para fazer uma asserção. Assim, se considerarmos o verbo *lamentar*, por exemplo, verificamos que este pode ser usado para indicar um determinado estado de espírito, mas também para indicar uma situação discursiva em que se asseire que o sujeito tem esse estado de espírito, como exemplifica a frase (109), se usada para relatar um acto de fala do sujeito:

(109) O ministro lamentou que a polícia tivesse demorado tanto tempo a intervir.

Contudo, nessa situação, este verbo continua a veicular o valor a que está associado quando não é usado assertivamente, ao passo que verbos mais próximos do campo lexical de *dizer* referem apenas um acto de fala declarativo.

seguintes termos: o agente da asserção compromete-se com a verdade da proposição que asseire – supondo, é claro, que o acto de fala em causa é *felicitous* (bem sucedido), no sentido de Austin (1962) –, a qual, ao ser aceite pelos interlocutores, passa a fazer parte do *common ground*. Farkas propõe que este tratamento da asserção seja alargado aos verbos declarativos, de tal modo que estes verbos identificariam um acto de fala declarativo cujo agente seria o referente do sujeito e cujo conteúdo proposicional seria o do complemento do verbo. Distinguir-se-iam, assim, das asserções simples – frases declarativas – pelo facto de envolverem um acto de fala declarativo cujo agente seria o referente do sujeito e não o locutor. Consequentemente, no caso de uma frase como (110), abaixo, o conteúdo proposicional do complemento seria adicionado ao *common ground* do discurso reportado e não ao *common ground* da interacção discursiva de que (110) faz parte, já que em frases como esta é o sujeito e não o enunciador que se compromete com a verdade da oração complemento.

(110) O João disse que a Maria está doente.

De acordo com a proposta que acabo de expor e que adopto, qualquer asserção – directa ou indirecta – envolve, assim, um compromisso com a verdade do conteúdo proposicional asserido, ou seja, a crença (do sujeito) nesse conteúdo proposicional. Neste quadro, justifica-se a consideração dos verbos declarativos como um subtipo dos verbos que veiculam valores de modalidade epistémica.

Consideremos agora o único verbo declarativo que selecciona conjuntivo: o verbo *negar*. Obviamente, este verbo não indica que o sujeito se compromete com a verdade do conteúdo proposicional do complemento, implicando, pelo

contrário, que ele se responsabiliza pela indicação de que essa proposição é falsa. Ora, se o sujeito não assume a verdade da proposição, esta não pode ser adicionada ao *common ground*, pois, como ficou dito, só pertencem ao *common ground* as proposições assumidas como verdadeiras pelo menos por uma parte dos intervenientes na interacção discursiva. Já no caso dos outros verbos declarativos, que seleccionam indicativo, há a indicação de que o sujeito assume a verdade da oração complemento e, portanto, esta pode ser adicionada ao *common ground* relevante.

A consideração dos verbos declarativos no que toca à selecção de modo sugere a formulação das duas hipóteses seguintes (dado tratar-se de hipóteses em que se tem em conta apenas a distribuição do modo num sub-tipo de verbos, referir-me-ei às mesmas como sub-hipóteses):

Sub-hipótese 1:

O indicativo é seleccionado pelos verbos que indicam compromisso do sujeito com a verdade da proposição e o conjuntivo é seleccionado pelos verbos que não indicam compromisso do sujeito com a verdade da proposição.

Sub-hipótese 2:

O indicativo é seleccionado pelos verbos que indicam uma adição do conteúdo proposicional do seu complemento a um *common ground* e o conjuntivo pelos verbos que não indicam essa adição.

Se tivermos em conta apenas os verbos declarativos, ambas as hipóteses parecem igualmente adequadas. Importa, porém, verificar se são extensíveis ao tratamento de outros verbos, que não os declarativos. A primeira destas hipóteses, que, como ficou dito acima, foi já assumida na literatura sobre o conjuntivo (por exemplo, em Solano-Araya (*op. cit.*), Palmer (*op. cit.*) e Farkas (*op. cit.*)), não permite explicar a selecção do conjuntivo, em português, por parte de verbos – factivos – que indicam que o sujeito se compromete com a verdade da proposição complemento, tais como *aborrecer, admirar, apreciar, atrapalhar, assustar, censurar, chatear, chocar, comover, compreender*₁ (correspondente ao inglês *to comprehend*), *envergonhar, espantar, estranhar, gostar, incomodar, lamentar, lastimar, originar, perceber*₁ (correspondente ao inglês *to understand*), *perdoar, preocupar, revoltar, surpreender e transtornar*.

Quanto à segunda hipótese acima enunciada – de que o indicativo é seleccionado por parte de verbos que indicam a adição de uma proposição a um *common ground* e o conjuntivo pelos verbos que o não fazem – também não parece ser generalizável, uma vez que há verbos que seleccionam indicativo e não requerem tal tipo de adição, como é o caso de *saber, esquecer, ignorar, considerar, prometer, descobrir e verificar*.

Não obstante, alguns verbos que seleccionam indicativo envolvem também no seu significado a consideração de um processo de adição, embora de natureza diferente. É o caso dos verbos *descobrir, verificar* e outros, tal como ocorrem nas frases (111) e (112):

(111) Ele descobriu que a Ana está em Paris.

(112) Ele verificou que tinha cometido um erro.

Ambas as frases permitem inferir que a proposição complemento descreve um facto conhecido pelo sujeito. Além disso, há a indicação de que o conhecimento desse facto resulta do próprio processo mental referido pelo verbo da frase matriz. Verbos como estes estão, assim, associados à adição de conhecimento (da proposição complemento) por parte do sujeito. Envolvem, pois, na sua denotação a consideração de um processo de adição, embora de natureza diferente do processo de adição a que estão associados os verbos declarativos.

Observe-se agora que todos os verbos que seleccionam conjuntivo e que também indicam que a proposição complemento é conhecida pelo sujeito – verbos como *lamentar*, *censurar* e outros – não envolvem na sua denotação o processo de adição do conteúdo proposicional do seu complemento ao conjunto de proposições conhecidas pelo sujeito.

Poder-se-á dar conta desta diferença entre predicados que indicam conhecimento da proposição complemento por parte do sujeito recorrendo a postulados de significado. Assim, verbos como *descobrir* estão associados ao seguinte postulado de significado (onde x representa o sujeito, V o verbo e p a proposição complemento, correspondendo a seta dupla ao conector lógico de implicação):

(113) $[x V p$ no intervalo de tempo $t_1]$

$\Rightarrow [x$ passou a conhecer p no intervalo de tempo $t_1]$

(e onde *passar a* pode ser interpretado nos termos de uma lógica da mudança, como a de Von Wright).

Verbos como *lamentar*, por seu turno, estão associados ao seguinte postulado de significado (onde o asterisco antes do sinal de implicação indica a ilegitimidade da inferência):

(114) [x V p no intervalo de tempo t_1].

* \Rightarrow [x passou a conhecer p no intervalo de tempo t_1]

No que respeita à selecção de modo, os verbos sujeitos ao primeiro destes postulados de significado seleccionam indicativo, enquanto os que estão sujeitos ao segundo seleccionam conjuntivo. Ora, dado que os verbos declarativos também envolvem na sua denotação um processo de adição, embora diferente, como ficou dito acima, poder-se-á colocar a hipótese de que há uma relação entre a selecção de modo e a existência de um processo de adição. Formulemos essa hipótese:

Hipótese 1:

O conjuntivo é seleccionado por verbos que não envolvem na sua denotação um processo de adição e o indicativo é seleccionado por verbos em cuja denotação intervém um processo aditivo.

Esta hipótese explica a selecção do indicativo por parte de verbos declarativos e explica por que seleccionam o indicativo alguns verbos factivos, como *descobrir*, e seleccionam o conjuntivo outros verbos factivos, como *lamentar*.

Há, no entanto, alguns verbos que seleccionam o indicativo e que não envolvem na sua denotação qualquer processo de adição, como é o caso dos verbos *considerar*, *pensar* e *prometer*. Estes verbos são não declarativos – pelo

que, a sua denotação não envolve adição da proposição complemento a um *common ground* – e não factivos – pelo que a sua proposição complemento não descreve um facto que possa ter sido em algum momento adicionado ao conjunto de dados conhecidos pelo sujeito. Quanto aos verbos factivos, uns seleccionam indicativo – como *descobrir* – e outros conjuntivo – como *lamentar*. Nenhum destes últimos está associado ao postulado de significado acima enunciado em (113), ou seja, nenhum deles envolve na sua denotação um processo de adição. Parece, então, que podemos considerar que a existência de um processo de adição é relevante para a selecção de modo por parte dos verbos declarativos e por parte dos verbos factivos, embora o não seja para os outros tipos de verbos. Teremos, assim, que o indicativo é seleccionado pelos verbos que envolvem na sua denotação um processo de adição (seja adição da proposição complemento ao *common ground* ou ao conjunto de proposições conhecidas pelo sujeito) e o conjuntivo é seleccionado pelos verbos factivos que não envolvem qualquer processo aditivo, ficando por determinar o factor responsável pela selecção de modo por parte dos verbos não factivos e não declarativos. O quadro I resume esta hipótese:

QUADRO I

+ Adição		Indicativo (ex. <i>dizer, descobrir...</i>)
– Adição	+ Factividade ¹¹	Conjuntivo (ex. <i>lamentar ...</i>)
	– Factividade	???

Esta visão dos dados não resolve, contudo, o problema da selecção de modo por parte dos verbos factivos. De facto, apesar de todos aqueles que seleccionam conjuntivo não envolverem no seu significado um processo de adição, há verbos factivos que também não envolvem qualquer dos dois processos aditivos considerados e que, não obstante, seleccionam indicativo. Tal é o caso dos verbos *saber, esquecer e ignorar*. Não parece, portanto, ser a adição o factor responsável pela selecção do indicativo por parte de alguns verbos factivos e do conjuntivo por parte de outros, pelo que outra explicação terá de ser procurada.

Dentro do quadro conceptual em que tenho estado a mover-me, impõe-se a evidência de que quer o verbo *saber* quer os verbos *esquecer e ignorar* estão relacionados com conhecimento, associados, portanto, ao que podemos designar por "modalidade epistémica". O mesmo se pode dizer dos outros verbos factivos que seleccionam indicativo – *descobrir, perceber, reconhecer* e outros, mas não

¹¹ Saliente-se que este quadro não indica que todos os verbos factivos são não aditivos, visto que os verbos factivos de adição de conhecimento integram, juntamente com os verbos declarativos, a célula [+ adição], a qual não é dividida nestas duas classes de verbos em virtude de tal distinção não parecer pertinente para a selecção de modo.

dos verbos factivos que seleccionam conjuntivo – tais como *lamentar*, *censurar* e *perdoar*. Estes estão associados a valores modais de outra natureza – valores de uma **modalidade avaliativa**, de acordo com Rescher (*op. cit.*)¹² – embora também indiquem conhecimento do conteúdo proposicional do seu complemento por parte do sujeito. O valor de conhecimento – valor de modalidade epistémica – parece, pois, estar associado apenas ao indicativo. Por outro lado, verifica-se que os valores modais a que estão associados os verbos factivos que seleccionam conjuntivo não são expressos por nenhum verbo que selecione indicativo. Parece, então, existir uma estreita relação entre selecção de modo e tipo de modalidade a que o verbo está associado, o que nos leva a formular a seguinte hipótese:

Hipótese 2:

Verbos associados a valores de conhecimento seleccionam indicativo e verbos associados a uma modalidade avaliativa seleccionam conjuntivo.

Para avaliação desta hipótese, começemos por considerar os verbos não factivos, focando em primeiro lugar os verbos que seleccionam indicativo. Destes, um grupo é constituído pelos declarativos, que, como ficou dito acima, indicam que o sujeito se compromete com a verdade da proposição, propriedade que nos permite dizer que também eles estão associados a valores de modalidade epistémica, indicando, pelo menos, a crença naquela proposição. Ora, a modalidade epistémica envolve precisamente valores de conhecimento e de crença.

¹² *apud* Oliveira (*op. cit.*).

Outros verbos há que estão associados a valores de crença numa proposição e que também seleccionam indicativo. É o caso dos verbos *achar, assumir, concluir, considerar, desconfiar, inferir, julgar, pressentir, prever e sentir*. Parece, então, existir uma correlação entre esta modalidade e o modo indicativo, já que seleccionam este modo verbos associados a conhecimento e verbos associados a valores de crença, pelo que podemos reformular a hipótese 2, obtendo a seguinte:

Hipótese 3:

Verbos associados a valores de modalidade epistémica seleccionam indicativo e verbos associados a valores de modalidade avaliativa seleccionam conjuntivo.

No entanto, o verbo *duvidar* está igualmente associado a um valor de crença e selecciona conjuntivo. Além disso, como foi notado acima, todos os verbos que admitem ambos os modos na sua oração complemento estão, também, associados a valores de crença, logo à modalidade epistémica, o que nos leva a concluir que o indicativo não é o único modo associado à modalidade epistémica. Observe-se, entretanto, que os verbos associados a esta modalidade e que seleccionam (ou admitem) conjuntivo expressam um valor de crença e não de conhecimento. Temos assim, que, pelo menos aparentemente, é relevante para a selecção de modo a distinção entre os valores epistémicos de conhecimento e de crença, sendo que os verbos associados àquele seleccionam indicativo e os que estão associados a valores de crença seleccionam um ou outro modo ou admitem os dois. Resta saber porque seleccionam alguns destes verbos só o indicativo ou só o conjuntivo e outros admitem ambos os modos. Quanto a estes

últimos, há ainda a saber se seleccionam indiferentemente um ou outro modo, ou se, pelo contrário, a selecção de um em detrimento do outro traz consequências a nível do significado. Começemos por considerar este último tipo de verbos.

O grupo de verbos que admite conjuntivo e indicativo na sua oração complemento foi já analisado por vários autores, entre os quais Faria (*op. cit.*), que tece o seguinte comentário ao comportamento deste tipo de verbos:

«[...] quando funcionam com *Indicativo*, o sujeito da frase superior pressupõe a verdade da frase complementar:

'Ela acredita que as flores *são* a causa da alergia'. (i.e., é verdade que as flores são a causa da alergia e ela acredita nisso).

[...] quando funcionam com *Conjuntivo*, o sujeito da frase superior pressupõe, pelo menos, um potencial de verdade da frase complementar.

De facto, uma frase como:

'Ela acredita que as flores *sejam* a causa da alergia'

que pode ser parafraseada por - 'As flores *podem ser* a causa da alergia e ela acredita nisso', [...] não implica «dúvida» por parte do sujeito da frase superior (afirmação que é frequentemente feita pelos gramáticos tradicionais) [...]» (p. 31 - 32).

A autora, ao que entendo, considera, assim, que a verdade da proposição complemento deste tipo de verbos é pressuposta pelo sujeito quando o seu verbo flexiona no indicativo, mas não quando flexiona no conjuntivo. No entanto, não me parece possível parafrasear uma construção como 'Ela acredita que as flores são a causa da alergia' por 'as flores são a causa da alergia e ela acredita nisso', já que esta última frase indica que o enunciador assume a verdade da proposição 'as flores são a causa da alergia', contrariamente à primeira frase, que não dá

essa informação. À parte esta observação, concordo com a autora na ideia de que o indicativo indica, em frases como esta, crença do sujeito na verdade da proposição e o conjuntivo indica uma crença mais fraca. Explica-se, assim, a preferência pelo indicativo em frases onde se indica um elevado grau de certeza da parte do sujeito (como nas frases (115) e (116), abaixo) e a preferência pelo conjuntivo quando há a indicação explícita da reduzida confiança do sujeito na verdade da proposição subordinada a um verbo como *acreditar* (c.f. frases (117 - 121)):

- (115) a. ?A polícia acredita sinceramente que ele tenha fugido para o estrangeiro.
b. A polícia acredita sinceramente que ele fugiu para o estrangeiro.
- (116) a. A polícia acredita que ele fugiu para o estrangeiro, aliás tem quase a certeza.
b. *A polícia acredita que ele tenha fugido para o estrangeiro, aliás tem quase a certeza.
- (117) a. Temos dificuldade em acreditar que ele tenha fugido para o estrangeiro.
b. ?Temos dificuldade em acreditar que ele fugiu para o estrangeiro.
- (118) a. Custa acreditar que ele saia daqui.
b. *Custa acreditar que ele sai daqui.
- (119) a. Acredito pouco que ele tenha saído do país.
b. *Acredito pouco que ele saiu do país.
- (120) a. É impossível acreditar que ele tenha fugido para o estrangeiro.
b. *É impossível acreditar que ele fugiu para o estrangeiro.
- (121) a. Não se acredita que ele tenha fugido para o estrangeiro.
b. *Não se acredita que ele fugiu para o estrangeiro.

Contudo, é atractiva a hipótese de que há uma relação entre a escolha de modo por parte de verbos como *acreditar* e a crença do enunciador na verdade da proposição complemento (ou seja, a pressuposição dessa verdade), quando se consideram frases como (122a):

(122) a. O Paulo não acredita que ele fugiu para o estrangeiro.

b. O Paulo não acredita que ele tenha fugido para o estrangeiro.

Repare-se que nenhuma destas frases dá a informação de que o sujeito acredita na verdade da oração complemento. Todavia, o indicativo pode ser usado em tais orações. Por outro lado, quando é esse o modo seleccionado, é legítima a inferência de que o enunciador acredita (ou sabe) que a proposição complemento é verdadeira. Tal facto poderá constituir um argumento em favor da hipótese de que o indicativo exprime, nestas construções, o conhecimento por parte do enunciador da verdade da oração complemento e o conjuntivo a ausência desse conhecimento. Por outras palavras, a frase (122a) funciona como contra-argumento à hipótese apresentada de que a escolha entre indicativo e conjuntivo, nas orações completivas de verbos como *acreditar*, se deve, respectivamente, a um elevado e a um reduzido grau de crença por parte do sujeito da frase matriz (e não do enunciador) na verdade da proposição complemento. Existem, portanto, argumentos a favor e contra as duas hipóteses. Este problema, para já, será deixado em aberto.

Passarei agora à consideração de outros verbos que estão igualmente associados a valores de crença. Destes, uns seleccionam exclusivamente o indicativo, como é o caso de *assumir* e *concluir*, conforme visto acima, e o verbo *duvidar* selecciona exclusivamente o conjuntivo.

Quer para os verbos associados a valores de crença que seleccionam indicativo quer para o verbo *duvidar*, está fora de questão a hipótese (que se colocava para os outros verbos associados a valores de crença) de que a selecção de modo feita por estes verbos é o reflexo do conhecimento por parte do enunciador da verdade da oração complemento, ou seja, o reflexo da pressuposição da verdade dessa oração. Quanto aos primeiros, as frases que se seguem mostram que é possível o enunciador saber que a oração complemento é falsa ou não ter conhecimento sobre o valor de verdade dessa proposição, e, ainda assim, o modo seleccionado por verbos como *concluir* será o indicativo:

(123) a. Ela concluiu que o Paulo está em Paris, mas ele está em Lisboa.

b. Ela concluiu que o Paulo está em Paris, não sei se está ou não.

Se a selecção do indicativo por verbos como estes indicasse a pressuposição de que a proposição complemento é verdadeira – ou seja, o conhecimento da verdade da proposição encaixada por parte do enunciador – e o conjuntivo a ausência dessa pressuposição, seria de esperar que fosse o conjuntivo, e não o indicativo, o modo seleccionado em frases como (123) –, já que o enunciador não expressa nessas frases o seu conhecimento da verdade da proposição em causa. Da mesma forma, considerando agora o verbo *duvidar*, seria de esperar que fosse o indicativo, e não o conjuntivo, o modo seleccionado em frases como (124), em que o enunciador indica o seu conhecimento da verdade da proposição encaixada:

(124) Ela duvida (de) que o Paulo esteja em Paris, mas de facto é lá que ele está.

A selecção de modo por parte de verbos como *concluir* ou *duvidar* parece, assim, ser independente do facto de o enunciador assumir ou não a verdade da

oração complemento. É, no entanto, inquestionável que verbos como *concluir* indicam a crença na verdade dessa oração por parte do sujeito, enquanto verbos como *duvidar* indicam a ausência dessa crença por parte do sujeito. Quer uns quer outro estão, portanto, associados à crença do sujeito e não ao conhecimento do enunciador, sendo que verbos como *assumir* e *concluir* indicam uma crença forte do sujeito na verdade da proposição complemento e verbos como *duvidar* indicam a ausência de tal crença. Este facto é confirmado pelas seguintes construções, em que ocorrem, respectivamente, verbos de um e de outro tipo:

(125) Ela assume que o Paulo saiu do país, aliás tem quase a certeza (de) que saiu.

(126) Ela duvida (de) que o Paulo tenha saído do país, aliás tem quase a certeza (de) que não saiu.

Em (125), a segunda frase (sublinhada) reforça o grau de crença do sujeito na verdade da proposição complemento. Em (126), por seu turno, o reforço é no sentido de diminuir a crença na verdade dessa proposição, embora o meio de indicar esse reforço seja o mesmo em ambas as frases, ou seja, a introdução do predicado *tem quase a certeza (de) que p.*

Atente-se agora nas seguintes frases:

(127) Ela	acha	que o Paulo saiu do país, mas admite que	não tenha saído.
	assume		*tenha saído.
	concluiu		
	considera		
	desconfia		
	presume		
	supõe		

(128) Ela duvida (de) que o Paulo tenha saído do país, mas admite que	*não tenha saído
	tenha saído

O facto de em (128) a segunda oração coordenada ter de dar a informação de que o sujeito admite a hipótese de a proposição complemento do verbo matriz ser verdadeira, enquanto em (127) se passa o inverso, é coerente com o facto de verbos como *supor* ou *considerar* indicarem uma forte crença do sujeito na verdade do seu complemento, ao passo que verbos como *duvidar* indicam a ausência de crença do sujeito na verdade da frase complemento ou, pelo menos, uma crença fraca.

Considerem-se ainda frases como (129) e (130), abaixo. As frases (129) confirmam que verbos como *achar*, *assumir*, *supor* e outros estão associados a uma crença forte do sujeito na verdade da oração complemento, enquanto o verbo *duvidar* está associado a uma crença fraca, o que justifica a contradição expressa na frase (130) e a sua conseqüente anomalia:

(129) Ela	acha assume concluiu ...	que o Paulo saiu de Portugal e acredita que ele está no Brasil.
-----------	-----------------------------------	---

(130) *Ela duvida (de) que o Paulo tenha saído de Portugal e acredita que ele está no Brasil.

Parece, então, poder-se afirmar que tanto verbos como *achar*, *assumir*, *supor*, e outros, que seleccionam indicativo, como o verbo *duvidar*, que selecciona conjuntivo, estão associados a uma escala de valores de crença do sujeito, indicando, no entanto, diferentes graus nessa escala. Nesta perspectiva, o verbo *duvidar* indica uma crença reduzida na verdade da oração complemento, enquanto verbos como *achar*, *assumir*, *supor* e outros indicam uma crença forte na verdade da proposição complemento por parte do sujeito.

O factor *crença*, associado a uma escala de valores, parece, assim, emergir como o responsável pela selecção de modo por parte de alguns verbos, uns associados a valores altos dessa escala, tais como *assumir* ou *supor*, e outros associados a valores fracos da mesma escala, como é o caso de *duvidar*. Quanto à selecção do modo, o facto de este último indicar uma crença fraca justificaria o conjuntivo, enquanto o facto de os primeiros indicam uma crença forte justificaria o indicativo.

Considerada a escala que acabei de referir, não é de estranhar que exista uma classe intermédia de verbos que não esteja associada a valores altos nem a valores baixos da escala de graus de crença, mas sim a valores intermédios (ou a uma banda da escala que não abarque só valores altos ou só valores baixos). Tal é o caso de verbos como *acreditar*, *pensar*, *julgar* e outros. Estes verbos marcam apenas a não ausência de crença por parte do sujeito na verdade da oração complemento. No entanto, como não indicam sistematicamente uma

crença forte nem uma crença fraca, podem seleccionar ora o indicativo ora o conjuntivo, consoante o grau de crença a que estiverem associados em cada enunciado assertivo.

Concluimos, assim, que tanto o indicativo como o conjuntivo estão associados a valores de crença – valores de modalidade epistémica –, estando o indicativo associado à crença forte e o conjuntivo à crença fraca. O outro valor da modalidade epistémica – o conhecimento – está associado apenas ao modo indicativo, como já ficou dito acima. Podemos, então, neste momento formular a seguinte hipótese:

Hipótese 4:

O indicativo surge associado ao valor epistémico conhecimento e também ao outro valor epistémico – a crença. Neste caso, marca a crença forte e o conjuntivo marca a crença fraca.

Não é de estranhar que seja o indicativo o modo associado à crença forte e não o conjuntivo, já que a crença forte está mais próxima do conhecimento – área exclusiva do indicativo – que o está a crença fraca.

Compreende-se agora porque seleccionam o indicativo os seguintes tipos de verbos: verbos que indicam conhecimento da proposição complemento por parte do sujeito, como *saber*, e verbos que indicam desconhecimento dessa proposição por parte do sujeito, como *ignorar* – quer uns quer outros estão associados ao conhecimento; verbos que indicam uma crença forte do sujeito na proposição complemento, como *concluir* – estão associados a um grau elevado da escala de valores epistémicos de crença; verbos declarativos, como *dizer*, –

como visto acima, indicam igualmente crença (ou conhecimento) do sujeito na verdade da proposição complemento –, e verbos de ficção, como *sonhar* e outros – como propõe Farkas (*op. cit.*), indicam também crença na verdade da proposição complemento, embora essa crença exista num mundo possível que não coincide com o mundo real.

Consideremos agora o seguinte grupo de verbos que seleccionam indicativo: *ameaçar, combinar, concordar, decidir, deliberar, estabelecer e prometer*. Nenhum destes verbos permite inferir que a sua proposição complemento é verdadeira (se não existir informação adicional), como ilustram as frases que se seguem, pelo que não faz sentido considerar que estão associados ao conhecimento da verdade da oração complemento, tal como é discutível se indicam crença nessa verdade, já que indicam que a proposição é falsa no intervalo de tempo de localização da frase matriz:

(131) Ele	ameaçou combinou concordou decidiu deliberou estabeleceu prometeu	que se demitiria. *⇒ Ele demitiu-se.
-----------	---	--------------------------------------

Todos estes verbos têm em comum o facto de a sua proposição complemento ser temporalmente localizada num intervalo de tempo posterior ao intervalo de tempo de localização da frase matriz. Porém, não são os únicos verbos que permitem fazer essa inferência, já que existem outros há que dão a mesma informação, mas que seleccionam o conjuntivo, como é o caso de *querer*,

exigir, ordenar, permitir, aconselhar, implicar, evitar e vários outros. Dado que todos estes verbos, quer seleccionem indicativo quer seleccionem conjuntivo, dão a informação de que a sua proposição complemento descreve um evento que não está realizado no intervalo de tempo em que se localiza a frase matriz, referir-me-ei a esta classe de verbos como a dos verbos *prospectivos*¹³. Cabe perguntar porque seleccionam alguns destes verbos indicativo e outros, a maioria, conjuntivo. É a esta questão que se procurará responder nos próximos parágrafos.

4.1.1.2. Orações completivas de verbos associados a valores não epistémicos

Uma diferença de comportamento que se pode observar entre os verbos prospectivos que seleccionam indicativo e os que seleccionam conjuntivo diz respeito ao tipo de predicados que admitem na sua oração complemento. Mais concretamente, os que seleccionam indicativo recusam nessa oração predicados que não atribuem o papel temático¹⁴ de *causador*, não existindo essa restrição de selecção por parte dos verbos que seleccionam conjuntivo.

A consideração de que existem verbos que atribuem um papel temático de *causador* foi feita por Peres (1984), que define esse papel temático como correspondendo a "uma entidade que desencadeia um estado-de-coisas" (p. 118). Segue-se uma lista de expressões predicativas que não atribuem essa função semântica, lista essa extraída de Peres (*op. cit.*):

¹³ Agradeço a João Peres a sugestão do termo *prospectivo* para a identificação desta classe de verbos.

¹⁴ Estou a assumir a caracterização semântica de *papel temático* proposta por Dowty (1989).

existir, comportar, custar, depender, igualar, medir, representar, parecer-se, perfazer, pesar, ser, valer por, cair, cozer, morrer, nascer, parar, dar, degenerar, descampar, redundar, resultar, transformar-se, tornar-se, conhecer, desejar, duvidar, gostar, saber, manter, acalmar, acordar, adormecer, delirar, desmaiar, ouvir, ver, desejar, sentir, crer, pertencer a, perder, ganhar, lucrar, figurar, haver, localizar-se.

Como mostram as frases que se seguem, a ocorrência de algumas destas expressões predicativas na oração complemento de um dos verbos que seleccionam indicativo e que ora nos ocupam gera agramaticalidade, o mesmo não acontecendo se o verbo matriz pertencer à classe dos que seleccionam conjuntivo:

15(132) *Ele	ameaçou	que	adormeceria.
	combinou		nasceria.
	decidiu		conheceria o Paulo.
	prometeu		gostaria da Ana.
			desmaiaria.
			acordaria.
		...	

¹⁵ Algumas das combinações de verbos da primeira coluna com orações da segunda coluna são possíveis, mas nesse caso, a frase é interpretada como existindo um causador. É exemplo a frase *Ele decidiu que conheceria o Paulo.*

(133) Ele	evitou	que	a criança adormecesse.
	exigiu		a criança nascesse.
	pediu		criança nascesse.
	quis		a Ana conhecesse o Paulo.
	suplicou		ela gostasse da Ana.
	...		o sentinela desmaiasse.
			o paciente acordasse.
			...

É de notar que algumas das expressões predicativas que não atribuem o papel temático em causa acima listadas são homónimas de outras que seleccionam, essas sim, o papel temático de *causador*. Tal é o caso de *medir* e de *parar*, por exemplo. As frases que se seguem ilustram essa homonímia:

(134) O terreno *mede* vinte hectares. / O agrónomo *mediu* o terreno.

(135) O carro *parou*. / O atleta *parou*.

Porém, verifica-se que só numa das suas interpretações é que esses predicados podem ocorrer em orações complemento de verbos como *ameaçar* ou *prometer*, nomeadamente na interpretação em que existe uma entidade causadora do evento, como mostram as seguintes frases:

(136) Ele prometeu que o agrónomo mediria o terreno.

(137) Ele decidiu que o atleta pararia.

Por outro lado, se as frases (132), acima, são agramaticais, outras há que exibem os mesmos predicados e são frases possíveis do português, como é o caso da frase (138):

(138) O anestesista prometeu que o paciente adormeceria.

Esta frase é gramatical, apesar de a oração subordinada conter uma expressão predicativa que não atribui o papel temático de causador e de o predicado da oração principal seleccionar indicativo. Contrasta, portanto, com frases como (132) – **Ele prometeu que adormeceria*. Uma diferença entre elas é que em (132), mas não em (138), existe uma cadeia referencial entre o sujeito da oração subordinada e o da frase matriz. Coloca-se, então, a hipótese de a agramaticalidade de (132) se dever exclusivamente à cadeia referencial que liga o sujeito da oração encaixada e o sujeito da frase matriz. Porém, tal hipótese pode ser infirmada ao ter-se em conta construções em que existem cadeias referenciais envolvendo os sujeitos da frase matriz e da oração encaixada em verbos prospectivos que seleccionam indicativo. As frases que se seguem são disso exemplo:

(139) Ele prometeu que sairia antes das cinco horas.

(140) Eles combinaram que se encontrariam na faculdade.

A gramaticalidade de (138), por oposição à agramaticalidade de frases como (132) – **ele prometeu que adormeceria* – não se explica, então, apenas pelo facto de naquela frase, contrariamente a (132), não existir uma cadeia referencial entre os dois sujeitos, já que, como mostram as frases (139) e (140), é possível com este tipo de predicados existirem cadeias referenciais envolvendo os dois sujeitos. Terá, portanto, de ser procurada outra razão para a agramaticalidade de frases como (132).

Tomando em consideração, novamente, a frase (138), acima, podemos observar que tal frase é equivalente a (141):

(141) O anestesista prometeu fazer com que o paciente adormecesse.

O facto de as frases serem equivalentes é uma prova de que em (138) há a informação de que o sujeito da frase matriz se responsabiliza por causar o evento descrito pela oração complemento. Existe, portanto, um papel temático de *causador* em frases como essa, tal como nas frases (139) e (140). No entanto, em (138), há a informação de que a entidade que causa o estado de coisas descrito pela oração complemento não é a que o SN sujeito dessa oração identifica, pelo que esse SN não tem o papel temático de *causador*. Já em frases como (132) – **ele prometeu que adormeceria* –, há a informação de que o causador do estado de coisas – identificado pelo SN sujeito da frase matriz – coincide com a entidade que o sofre – identificada pelo SN sujeito da frase encaixada, visto que os dois SN's sujeito estão ligados por uma cadeia referencial. Ora, essa informação é contraditória com a que é dada por verbos como *adormecer* de que o seu SN sujeito não tem o papel temático de causador, o que justificaria a agramaticalidade de (132), por oposição a (138).

Analisado o comportamento dos verbos prospectivos que seleccionam indicativo, podemos agora voltar a atenção para os membros da mesma classe que seleccionam conjuntivo. Como assinalado acima, estes, contrariamente aos que seleccionam indicativo, podem ocorrer livremente com predicados que não atribuem o papel temático de *causador* na sua oração complemento, como ilustram as frases (133) abaixo repetidas e renumeradas como (142):

(142) Ele	evitou	Qu	a criança adormecesse.
	exigiu	e	a criança nascesse.
	pediu		a Ana conhecesse o Paulo.
	quis		ela gostasse da Ana.
	suplicou		o sentinela desmaiasse.
	...		o paciente acordasse.
			...

Em todas estas frases, os sujeitos da oração encaixada e da frase matriz não estão em cadeia referencial. Como ficou dito acima, quando tal sucede em frases cujo verbo principal – prospectivo – selecciona indicativo, nada impede, também, que na oração encaixada ocorra um predicado que não atribui o papel temático de *causador*. Assim, coloca-se a hipótese de o facto de frases como estas não serem agramaticais se dever à mesma razão pela qual são possíveis frases como (138) – *o anestesista prometeu que o paciente adormeceria*. Ou seja, pode colocar-se a hipótese de verbos prospectivos, independentemente de seleccionarem indicativo ou conjuntivo, excluírem da sua oração complemento um predicado que não atribua o papel temático de *causador*, excepto se os sujeitos das duas orações não estiverem ligados entre si por uma cadeia referencial. No entanto, verifica-se que nas frases com um verbo prospectivo que selecciona conjuntivo não pode existir uma ligação referencial entre os SN's sujeito da frase matriz e da encaixada, mesmo que nesta ocorra um predicado que atribui o papel temático de *causador*, como mostra a seguinte frase:

(143) Ele_i queria que *[pro]_j / ela saísse.

Parece, assim, que uma diferença entre os verbos prospectivos que seleccionam indicativo e os que seleccionam conjuntivo é a de que apenas os

primeiros permitem a criação de cadeias referenciais entre os SN's sujeito das frases matriz e encaixada, embora nesse caso exista a obrigatoriedade da identificação de um causador na oração encaixada.

Quanto às construções em que não há uma cadeia referencial entre os sujeitos da frase matriz e da oração encaixada, podemos também observar uma diferença entre os verbos prospectivos que seleccionam indicativo e os que seleccionam conjuntivo: aqueles indicam que o sujeito da frase matriz assume a realização do estado de coisas descrito pela oração complemento, contrariamente aos que seleccionam conjuntivo. Decorre daí o facto de a frase (138), abaixo repetida e renumerada como (144) ser equivalente a (141), abaixo repetida e renumerada como (145), tal como a frase (146) é equivalente a (147), enquanto as frases (148) e (150) não são equivalentes a (149) e a (151), respectivamente:

- (144) O anestesista prometeu que o paciente adormeceria. \equiv (145) O anestesista prometeu fazer com que o paciente adormecesse.
- (146) Ele prometeu que a fábrica reabriria. \equiv (147) Ele prometeu fazer com que a fábrica reabrisse.
- (148) Ele quer que o paciente adormeça. \equiv/\equiv (149) Ele quer fazer com que o paciente adormeça.
- (150) Ele quer que a fábrica reabra. \equiv/\equiv (151) Ele quer fazer com que a fábrica reabra.

Com base nestes comentários, podemos formular a seguinte sub-hipótese¹⁶:

Sub-hipótese 3:

O indicativo é seleccionado pelos verbos prospectivos que indicam que a entidade identificada pelo sujeito da frase matriz é causadora do estado de coisas descrito na oração complemento e o conjuntivo é seleccionado pelos verbos prospectivos que não dão essa informação.

Um contra-argumento a esta hipótese poderá ser indicado pelas seguintes frases:

¹⁶ Mais uma vez, refiro-me a esta hipótese como sub-hipótese, visto que descreve a selecção de modo por parte apenas de um tipo de verbos de complementação frásica – neste caso, o dos *verbos prospectivos*.

(152) Essa situação implica que ele tenha de se demitir.

(153) Essa situação originou que ele se demitisse.

Estes verbos também indicam que o sujeito é causador do estado de coisas descrito na oração complemento e, apesar disso, seleccionam conjuntivo, quando a hipótese faria prever que seleccionassem indicativo. Porém, como já foi assinalado mais acima, estes, contrariamente aos verbos prospectivos que seleccionam indicativo, não são verbos de atitude proposicional, pelo que não envolvem na sua denotação a consideração de uma relação entre uma entidade – o enunciador ou o sujeito – e o conteúdo proposicional da sua oração complemento. Assim, uma diferença entre as frases (152) e (153), por um lado, e frases como (146) – *ele prometeu que a fábrica reabriria* – por outro, é que naquelas, contrariamente a frases como esta, não é identificada uma entidade que se responsabilize por causar o estado de coisas descrito pela oração complemento.

A indicação da existência de uma entidade que se compromete com a realização de um estado de coisas parece-me ser feita por todos os verbos prospectivos que seleccionam indicativo, que se distinguem neste ponto dos que seleccionam conjuntivo. De facto, como foi observado, os verbos prospectivos que seleccionam indicativo, sendo verbos de atitude proposicional, identificam um ser humano numa dada relação com o conteúdo proposicional da oração complemento. Essa relação parece-me ser a de comprometimento com a realização do estado de coisas descrito pela oração complemento (o que justificaria o facto de darem a informação de que o sujeito da frase matriz é o causador do estado de coisas descrito na oração complemento). Quanto aos verbos prospectivos que seleccionam conjuntivo, alguns não são verbos de atitude proposicional – como é o caso, por exemplo, de *implicar* e *urgir* –, pelo

que não identificam um ser que se possa comprometer e outros, como por exemplo *querer* e *exigir*, dão a indicação de que o sujeito da frase matriz não é o causador do estado de coisas descrito pela oração complemento, pelo que permitem concluir que este não se compromete com a realização desse estado de coisas.

Com base nestas observações, podemos reformular a hipótese de explicação da distribuição do modo em orações completivas finitas de verbos prospectivos, obtendo a seguinte:

Sub-hipótese 4:

O conjuntivo é seleccionado por verbos que não indicam que o sujeito se responsabiliza pela realização do estado de coisas descrito na oração complemento e o indicativo é seleccionado pelos verbos que dão essa informação.

Pode agora compreender-se porque não pode o sujeito de uma oração completiva de um verbo que seleccione conjuntivo entrar numa cadeia referencial com o sujeito da frase matriz, como na frase (143) – *ele_j queria que *[pro]_i / ela saísse*. Em tal frase, há a informação de que há uma entidade – identificada pelo sujeito – que se auto-responsabiliza pela realização do estado de coisas descrito na oração complemento. Tal informação é contraditória com o facto de ser seleccionado o conjuntivo, modo que não marca uma responsabilização da parte do sujeito da frase matriz. Se, por outro lado, os dois SN's sujeito (o da frase matriz e o da encaixada) não estiverem ligados entre si por uma cadeia referencial, há a informação de que a entidade responsável pela realização do

estado de coisas descrito pela oração subordinada não é a mesma que o SN da frase superior identifica. Não se assere, assim, que esta é responsável pela realização do estado de coisas em causa, pelo que o conjuntivo pode ser seleccionado.

Atente-se agora no verbo *decidir*. Como ilustram as frases que se seguem, este verbo admite na sua oração complemento o indicativo e o conjuntivo:

(154) Ele decidiu que os prisioneiros seriam interrogados.

(155) Ele decidiu que os prisioneiros fossem interrogados.

A selecção dos modos indicativo e conjuntivo por parte do verbo *decidir* não é, no entanto, independente de uma contrapartida de significado. De facto, segundo creio, as frases (154) e (155) não são equivalentes, sendo que a primeira, em que *decidir* rege uma oração com o verbo no indicativo, indica uma maior certeza quanto à realização do evento descrito pela oração complemento que a que é indicada pela frase (155), em que *decidir* rege uma oração com conjuntivo. A primeira dessas frases parece-me parafraseável por (156), abaixo, o mesmo não se passando com a frase (155), que se aproxima mais de (157):

(156) Ele decidiu fazer com que os prisioneiros fossem interrogados.

(157) Ele decidiu autorizar / permitir que os prisioneiros fossem interrogados.

Assim, penso ser defensável uma correlação entre graus de certeza da realização de um evento (o que é descrito pela oração complemento) e selecção do indicativo ou do conjuntivo por parte do verbo *decidir*, marcando o indicativo um maior e o conjuntivo um menor grau de certeza. Tal hipótese explicaria o contraste exemplificado pelas seguintes frases:

(158) a. ?Ele decidiu que as escavações continuariam, mas sabia que não o iriam permitir.

b. Ele decidiu que as escavações continuassem, mas sabia que não o iriam permitir.

Na primeira destas frases, como é seleccionado o indicativo, é indicado que o sujeito se compromete com a continuação das escavações, ou seja, assume a realização desse estado de coisas. Porém, a frase dá também a informação de que o sujeito conhece a impossibilidade de continuar as escavações, informação essa que é incompatível com a anterior, o que explicaria a anomalia da frase. Já na segunda frase, como é seleccionado o conjuntivo, não há a indicação de que o sujeito garante a continuação das escavações, o que não é incompatível com a informação de que sabia que não iriam continuar.

Para todos os verbos prospectivos, independentemente de seleccionarem indicativo ou conjuntivo, parece ser mais importante a realização do evento descrito pela sua proposição complemento que a crença nessa proposição ou o conhecimento da mesma. Alguns destes verbos indicam a imposição da realização desse evento, como é o caso dos verbos *ordenar*, *mandar* ou *exigir*, outros indicam a proibição da realização do mesmo, como é o caso de *proibir*, *evitar*, *impedir*. Estão, portanto, associados ao que tem sido designado na literatura como valores de **modalidade deontica**. Quanto aos verbos prospectivos que seleccionam indicativo, foi proposto que referem um comprometimento com a realização do evento descrito pela sua oração complemento, distinguindo-se de verbos como *exigir* ou *mandar* por esse comprometimento ser assumido pelo sujeito e não ser imposto a outrem. Fora esta diferença, tanto verbos como *mandar* ou *exigir* como verbos como *ameaçar*

ou *prometer* indicam algo próximo da obrigação da realização de um estado de coisas. Considerarei, por isso, que tanto uns como outros estão associados a valores modais deônticos.

Já para verbos como *querer* não parece fazer muito sentido considerar que também veiculam valores de modalidade deôntica, na medida em que não indicam a imposição ou a proibição da realização de um evento. Considerarei que verbos como este estão associados a valores de uma modalidade **erotérica**, seguindo, mais uma vez Rescher (*op. cit.*), citado por Oliveira (*op. cit.*). Outro tipo de verbos, como *implicar* ou *impedir*, estariam associados a uma **modalidade causativa**, também de acordo com Rescher (*op. cit.*), podendo ainda identificar-se outras modalidades a que estão associados os verbos em análise. No que respeita à selecção de modo, não parece, porém, relevante considerar estes valores modais, já que os verbos associados a modalidades erotéricas, causativas, avaliativas e outras seleccionam todos o mesmo modo – o conjuntivo. Todavia, este não está associado apenas a estas modalidades, já que também seleccionam conjuntivo verbos associados à modalidade deôntica – como é o caso do verbo *mandar* – ou à modalidade epistémica – como é o caso do verbo *duvidar*. Assim, parece que o conjuntivo é um modo associado a vários tipos de modalidade, contrariamente ao indicativo, que só é seleccionado por verbos que expressam valores epistémicos ou deônticos.

O quadro geral de distribuição de indicativo e conjuntivo em orações completivas de verbos de atitude proposicional parece, então, ser o seguinte:

Hipótese 5:

O indicativo surge ligado a valores epistémicos de conhecimento, a valores epistémicos de crença e a valores deônticos, partilhando

estas duas últimas áreas de valores com o conjuntivo. Quando o verbo está associado a valores de crença ou a valores deônticos, é relevante o grau de força (de crença ou de responsabilização, respectivamente) veiculado: se estiver em causa um valor forte, é seleccionado o indicativo e se estiver em causa um valor fraco, é seleccionado o conjuntivo. Sempre que está em causa um valor modal de outra natureza é seleccionado o conjuntivo.

De acordo com esta hipótese, o campo de valores modais a que surge associado o conjuntivo é, assim, muito mais rico que aquele onde se manifesta o indicativo, modo associado apenas à modalidade epistémica e à modalidade deôntica. A distribuição do indicativo e do conjuntivo em orações completivas, de acordo com a discussão feita até agora, pode ser visualizada no quadro II, na página seguinte.

QUADRO II

			Indicativo	Conjuntivo	
	Conhecimento		+	(ex.: descobrir, saber, ignorar)	
+ Epistémico	Crença	Valor Forte	+	(ex.: pensar, dizer)	
		Valor Fraco		+	(ex.: duvidar, negar)
- Epistémico	+ Deôntico	Valor Forte ¹⁷	+	(ex.: prometer)	
		Valor Fraco		+	(ex.: proibir)
	- Deôntico			+	(ex.: lamentar)

Como se pode observar, o conjuntivo aparece não como o modo marcado, associado a valores modais específicos, mas sim como o modo que ocorre sempre que não se verificam as condições bastante específicas que regem o uso do indicativo, o qual surge ligado a valores deônticos quando é expressa uma responsabilização forte pela realização de um evento e a valores epistémicos de

¹⁷ O valor deôntico será forte ou fraco consoante indique uma responsabilização forte ou fraca pela realização do estado de coisas descrito pela oração complemento.

conhecimento ou de crença forte. Ora, como já foi observado mais acima, existe uma ligação mais estreita entre conhecimento e crença forte que entre conhecimento e crença fraca. Podemos, então, pensar se não haverá uma forma de associar os dois valores epistémicos a que surge associado o indicativo – conhecimento e crença forte.

Para tanto, reconsideremos os verbos associados a estes dois valores epistémicos, na tentativa de encontrar um denominador comum aos membros dos dois grupos. Quanto aos verbos epistémicos associados a conhecimento, são exemplo os seguintes: *adivinhar, antever, aperceber-se, constatar, descobrir, notar, observar, reparar, saber, testemunhar, ver, verificar, esquecer e ignorar*. Os verbos epistémicos que expressam uma crença forte são, para além dos declarativos, verbos como *achar, assumir, concluir, considerar, desconfiar, inferir, julgar, prever, sonhar*, entre outros. Uma diferença entre os dois grupos de verbos é que apenas os que estão associados ao conhecimento são factivos. Ou seja, apenas estes desencadeiam a pressuposição de que a sua oração complemento é verdadeira segundo o enunciador, tal como propõe Karttunen (*op. cit.*). Significa isto que, com os predicados factivos, quer exista a informação de que o sujeito da frase matriz acredita na proposição complemento – como é o caso dos verbos *saber, descobrir* e outros – quer não exista essa informação – como é o caso do verbo *ignorar* –, pode deduzir-se que o enunciador assume a verdade da mesma, dedução que não é, porém, legítima quando se trata de um verbo de crença forte, visto estes não serem factivos. Tais verbos, contudo, dão a informação de que o sujeito (da frase matriz) acredita na verdade da oração complemento. Assim sendo, uma frase com um verbo associado ao valor epistémico **conhecimento** ou ao valor epistémico **crença forte** permite inferir que a verdade da oração complemento é assumida pelo menos por uma das

duas entidades – sujeito e enunciador. Contrariamente, os verbos epistémicos que expressam crença fraca e que, como visto acima, seleccionam conjuntivo, não dão essa informação. Assim, parece que o que leva alguns verbos epistémicos a seleccionarem indicativo e outros a seleccionarem conjuntivo é o facto de apenas os primeiros indicarem que a sua proposição complemento é verdadeira de acordo com uma entidade.

Penso podermos dar conta da uniformidade de comportamento dos dois tipos de verbos epistémicos que seleccionam indicativo – os que veiculam um valor de conhecimento e os que veiculam um valor de crença – recorrendo ao conceito de **veridicalidade**, tal como é definido em Giannakidou (*op. cit.*). Este conceito, aparece pelo menos em Montague (1969), onde o uso que lhe dá pode ser representado por uma fórmula como a seguinte (em que *O* representa o operador e *p* a proposição sobre a qual tem escopo):

$$(159) \quad Op \rightarrow p$$

De acordo com esta regra, portanto, um operador é verídico se permitir inferir a verdade da proposição que introduz, pelo que o conceito de veridicalidade se aproxima do conceito de **factividade** (cuja representação formal, proposta por Karttunen (*op. cit.*), inclui a fórmula (159)). Giannakidou (*op. cit.*), sentindo necessidade de um conceito que incluísse a factividade, mas que fosse mais lato, traça uma correspondência entre o conceito de veridicalidade e o conceito de **ancoragem extensional**, introduzido por Farkas (*op. cit.*), assumindo que os operadores verídicos indicam que a proposição que introduzem é verdadeira segundo uma entidade, mas não é necessariamente verdadeira no mundo real. Assim, de acordo com esta definição, há entre os conceitos de factividade e de veridicalidade uma relação de inclusão (do segundo no primeiro), sendo que os

operadores factivos indicam que a proposição que introduzem é verdadeira no mundo real, enquanto os operadores verídicos indicam que a proposição que introduzem é verdadeira de acordo com uma entidade, podendo não o ser no mundo real. Como refere Giannakidou (*op. cit.*),

«The boundaries of extensionality and factuality are clearly delimited: factual operators are simply regarded as a special case of veridical operators. Veridical operators need not be factual, that is, the anchor world introduced by a veridical predicate need not model reality or anybody's version thereof.» (p. 13)

Deste modo, um operador pode ser não factivo, mas ser verídico, como é o caso dos verbos de crença forte, que, embora não indiquem que a sua proposição complemento é de facto verdadeira, indicam que o sujeito assume a verdade dessa proposição. Os verbos de conhecimento, por seu turno, sendo factivos, são também verídicos, enquanto os verbos de crença fraca, que seleccionam conjuntivo, são operadores **não verídicos**, uma vez que não permitem inferir que a proposição que introduzem é verdadeira de acordo com alguma entidade. Parece, assim, existir um traço comum aos verbos epistémicos que seleccionam indicativo e que os distingue dos que seleccionam conjuntivo: o traço [veridicalidade] (entendendo-se por veridicalidade, diga-se uma vez mais, a propriedade que têm os operadores (verbais ou outros) de permitirem inferir que a proposição que introduzem é assumida como verdadeira por alguma entidade. No que respeita à selecção de modo por verbos epistémicos, temos que os verídicos seleccionam indicativo, enquanto os não verídicos seleccionam conjuntivo.

Reconsideremos agora os outros verbos que também seleccionam indicativo e que foram catalogados como verbos deonticos fortes. Foi observado que estes

verbos seleccionam indicativo em virtude de indicarem que o sujeito se responsabiliza pela realização do estado de coisas descrito pela proposição encaixada. Ora, se esses verbos indicam que o sujeito se compromete a realizar esse estado de coisas, indicam também que ele acredita na verdade da proposição complemento, assumida a teoria de actos de fala de Austin e Searle, já que, ao comprometer-se a realizar esse estado de coisas, compromete-se a tornar verdadeira a proposição. Assim, também estes verbos dão a informação de que o sujeito acredita na verdade da proposição complemento, embora essa crença seja projectada num intervalo de tempo futuro (em relação ao intervalo de tempo de localização da frase matriz). Por outras palavras, verbos como estes – *prometer, ameaçar, combinar* e outros – dão a informação de que o sujeito acredita na verdade futura da proposição complemento. Também são, portanto, operadores verídicos, tal como parece defensável que estejam igualmente associados a valores epistémicos, na medida em que indicam um valor de crença.

Chegamos, assim, à conclusão de que todos os verbos que seleccionam indicativo em português são verídicos, o que nos leva a formular uma hipótese próxima das que são defendidas por Farkas (*op. cit.*) e por Giannakidou (*op. cit.*):

Hipótese 6:

O indicativo é seleccionado pelos operadores verídicos e o conjuntivo pelos operadores não verídicos.

Porém, como já foi assinalado, esta hipótese ainda não permite explicar integralmente a distribuição de modo nas orações completivas finitas em português, na medida em que há verbos que seleccionam conjuntivo e que

também são verídicos, como é o caso de verbos factivos como *lamentar*. No entanto, dado que em português, alguns verbos verídicos seleccionam conjuntivo e outros indicativo, parece que esta língua é sensível também a outros factores que não a veridicalidade. Ora, os verbos factivos que seleccionam conjuntivo são os únicos verbos verídicos que veiculam valores de modalidade **avaliativa**. Indicam, portanto, algo próximo de um juízo que o sujeito faz em relação ao facto descrito pela proposição complemento. Assim, com esses verbos, não parece ser relevante o facto de indicarem o conhecimento da verdade da sua proposição complemento, já que veiculam um valor que se situa num plano extra-epistémico, de tal modo que a verdade da proposição complemento é assumida, mas essa assunção decorre, de algum modo, do tipo de atitude – não epistémica – que expressam. Quanto aos outros verbos verídicos, expressam uma atitude de conhecimento ou de crença na verdade da proposição complemento. Estão, portanto, associados a valores de modalidade epistémica. Dado que estes verbos verídicos seleccionam indicativo e que os restantes verbos verídicos seleccionam conjuntivo, parece que é feita uma distinção no grupo dos verbos verídicos entre verbos associados à modalidade epistémica e verbos associados à modalidade avaliativa, seleccionando aqueles indicativo e estes conjuntivo. Como também seleccionam conjuntivo os verbos não verídicos, podemos formular a seguinte hipótese:

Hipótese 7:

O indicativo é seleccionado pelos verbos verídicos associados a valores epistémicos e o conjuntivo é seleccionado pelos restantes verbos.

A ser assim, existirão dois factores responsáveis pela selecção do indicativo nas orações completivas de verbo: a veridicalidade e a expressão da modalidade epistémica, tal como ilustra o quadro III:

QUADRO III

+ Verídico	+ Epistémico (ex.: <i>descobrir, saber, ignorar, pensar, dizer, sonhar, prometer</i>)	INDICATIVO
	– Epistémico (ex.: <i>lamentar</i>)	CONJUNTIVO
– Verídico (ex.: <i>bastar, convir, duvidar, evitar, querer, proibir, permitir</i>)		

De um ponto de vista descritivo, este quadro capta os factores responsáveis pela selecção nas construções em análise. Chegados aqui, perante o sistema proposto no quadro III, podemos tentar um arranjo diferente dos valores que eventualmente nos permita avançar para uma hipótese ainda mais simples e elegante. Repare-se que os verbos que seleccionam indicativo veiculam um valor de modalidade epistémica, pelo que se pode pensar ser este, e não a veridicalidade, o factor primordial para a selecção de modo. No entanto, há a ter em conta que nem todos os verbos associados a valores epistémicos seleccionam indicativo, já que os verbos *duvidar* e *negar* também expressam uma atitude do foro epistémico, mas seleccionam conjuntivo e verbos como *acreditar* ou *admitir*, igualmente epistémicos, aceitam quer o indicativo quer o conjuntivo na sua oração complemento, o que evidencia que não é só o factor

epistémico que regula a distribuição de modo. No entanto, recordemos que verbos como *acreditar* seleccionam conjuntivo quando não há a indicação de que a verdade da proposição complemento é assumida e seleccionam indicativo quando existe essa assunção. Quanto aos verbos *duvidar* e *negar* também não indicam que a verdade da sua proposição complemento é assumida, contrariamente aos verbos epistémicos que seleccionam indicativo. Parece, assim, que a assunção da verdade da proposição – veridicalidade – permite estabelecer uma divisão no grupo dos verbos epistémicos: os verbos epistémicos verídicos seleccionam indicativo e os não verídicos seleccionam conjuntivo. Obtemos, assim, o quadro IV:

QUADRO IV

+ Epistémico	+ Verídico (ex.: <i>descobrir, saber, ignorar, pensar, dizer, sonhar, prometer</i>)	INDICATIVO
	– Verídico (ex.: <i>duvidar</i>)	CONJUNTIVO
– Epistémico (ex.: <i>bastar, convir, evitar, lamentar, querer, proibir, permitir</i>)		

Tal como o quadro III, acima apresentado, este quadro deixa transparecer a evidência de que a selecção do modo resulta de uma combinação dos factores [valor epistémico] e [veridicalidade]. No entanto, o quadro IV torna claro que a distinção entre epistémico e não epistémico não é feita só no grupo dos verbos verídicos, mas é um dos factores primordiais da selecção de modo em orações

completivas finitas de verbo, embora não se possa, aparentemente, abandonar o factor veridicalidade, visto que nem todos os verbos epistémicos seleccionam o mesmo modo. Assim, parece que nestas construções, o indicativo denuncia a marcação de uma atitude epistémica para com a verdade da proposição e o conjuntivo é seleccionado nos casos em que não há a expressão de uma atitude epistémica ou em que essa atitude não é para com a verdade da proposição.

Creio que atingimos um patamar de reflexão do objecto em análise que permite dar o passo pretendido no sentido de maior elegância e simplicidade. Para isso, retomemos um problema que acima foi deixado em aberto. Trata-se da possibilidade de verbos como *acreditar* seleccionarem indicativo quando não há a indicação de que o sujeito assume a verdade da oração complemento. É o que ilustra a frase (122a), abaixo repetida e renumerada como (160a). A frase (160b), por seu lado, mostra que na mesma construção pode ocorrer o conjuntivo:

(160) a. O Paulo não acredita que ele fugiu para o estrangeiro.

b. O Paulo não acredita que ele tenha fugido para o estrangeiro.

Uma diferença entre as frases (160a) e (160b) é a de que a primeira, pelo menos no que parece ser a sua interpretação mais consensual, permite inferir que a oração complemento de *acreditar* é realmente verdadeira, enquanto a segunda não permite fazer tal inferência, como também não permite inferir que o sujeito acredita na verdade dessa oração, como já foi observado. Por outras palavras, em (160a) a verdade da proposição complemento é assumida – pelo enunciador –, mas não o é em (160b), sendo que em ambas as frases é evidenciada, pelo verbo *acreditar*, uma atitude epistémica. No entanto, apenas em (160a) essa atitude de algum modo implica a verdade da proposição complemento, uma vez que em (160b) essa verdade não é assumida por

qualquer entidade. Assim, tal como a proposta acima formulada faria prever, apenas na primeira das frases é seleccionado o indicativo.

A frase (160a) mostra, então, que é possível o indicativo marcar uma atitude de descrença na verdade existente, embora a atitude de descrença, por si só, não seja marcada com o indicativo, como provam a frase (160b) e os verbos *duvidar* e *negar*. Temos, pois, que o indicativo parece marcar as atitudes de crença – visto ser seleccionado por verbos como *pensar*, *dizer*, *sonhar* e *prometer* – e de conhecimento – visto ser seleccionado por verbos como *saber* e *descobrir* –, tal como parece marcar as atitudes opostas: desconhecimento – visto ser seleccionado pelo verbo *ignorar* – e descrença – como mostra a frase (160a). Em qualquer dos casos, só é possível o indicativo ser seleccionado se existir um contexto verídico, isto é, se a verdade da oração complemento for assumida – ou pelo sujeito (como na expressão do conhecimento e da crença) – ou pelo enunciador (como na expressão do desconhecimento e da descrença). Ora, quando é uma destas duas atitudes – desconhecimento e descrença – a ser marcada, há a indicação de que o enunciador – embora não o sujeito – conhece a verdade da proposição complemento. Portanto, também nesses casos é marcada a expressão do conhecimento, o que nos permite atingir a desejada simplificação dos factores responsáveis pela selecção de modo em orações completivas finitas, assumindo a seguinte hipótese:

Hipótese 8:

O indicativo é seleccionado pelos verbos que indicam uma atitude de conhecimento ou de crença e o conjuntivo pelos restantes verbos.

De facto, não é necessário fazer intervir uma conjugação dos factores modalidade epistémica e veridicalidade para explicar a distribuição do modo nas construções em análise, já que todos os verbos que seleccionam indicativo indicam uma atitude de crença ou de conhecimento, quer seja do sujeito quer seja do enunciador. Mais concretamente, verbos como *saber* e *descobrir* indicam uma atitude de conhecimento do sujeito, verbos como *pensar*, *dizer*, *sonhar* e *prometer* indicam uma atitude de crença do sujeito, e verbos como *ignorar* indicam conhecimento do enunciador, tal como construções negativas em que verbos como *acreditar* seleccionam indicativo. Quanto aos verbos que seleccionam conjuntivo, alguns expressam uma atitude epistémica, mas não indicam conhecimento nem crença – como é o caso dos verbos *duvidar* e *negar* – e outros não indicam uma atitude de conhecimento ou de crença, quer permitam inferir a verdade da proposição complemento – como é o caso de verbos factivos, como *lamentar*, *censurar* e outros – quer não permitam fazer essa inferência – como é o caso dos verbos *querer*, *permitir*, *evitar*, *proibir* e outros.

É esta a hipótese nuclear que defendo para explicar a distribuição do conjuntivo e do indicativo, hipótese que pode ser visualizada no quadro V:

QUADRO V

<p>[+ Conhecimento] (ex.: <i>descobrir, saber, ignorar</i>)</p> <p>ou</p> <p>[+ Crença] (ex.: <i>pensar, dizer, sonhar, prometer</i>)</p>	<p>INDICATIVO</p>
<p>[– Conhecimento; – Crença] (ex.: <i>bastar, convir, duvidar, evitar, lamentar, querer, proibir, permitir</i>)</p>	<p>CONJUNTIVO</p>

4.1.1.3. Avaliação da hipótese em relação a outras línguas

Importa agora verificar como funciona esta análise em relação a outras línguas que também têm conjuntivo. Os dados apresentados na literatura sobre o conjuntivo revelam que a distribuição destes dois modos nas orações completivas é idêntica em português e nas outras línguas românicas ocidentais consideradas – o castelhano, o francês e o italiano – e que em romeno, húngaro e grego moderno seleccionam indicativo os equivalentes dos verbos factivos que em português seleccionam conjuntivo. Assim sendo, nessas línguas, os verbos factivos seleccionam apenas indicativo, independentemente de estarem associados ou não à modalidade epistémica. Quanto aos outros verbos, seleccionam os mesmos modos que os seus equivalentes das línguas românicas ocidentais.

Parece, pois, existir uma variação paramétrica na distribuição do modo em orações completivas finitas, manifesta (pelo menos) nos verbos factivos. Podemos descrevê-la nos seguintes termos: há línguas em que todos os

membros desta classe seleccionam indicativo, como é o caso do romeno, do húngaro e do grego moderno, e línguas em que uns seleccionam indicativo – os epistémicos – e outros conjuntivo – os não epistémicos –, como é o caso das línguas românicas ocidentais. Assim, parece que línguas como as do primeiro grupo não são sensíveis à expressão da modalidade epistémica, elegendo antes a veridicalidade como único factor responsável pela selecção de modo, enquanto nas do primeiro grupo, que inclui o português e as restantes línguas românicas ocidentais – a avaliar pelos dados apresentados na literatura considerada –, a distribuição do modo em orações completivas finitas de verbo está relacionada com o facto de ser ou não expressa uma atitude epistémica, pelo que num plano universal, em que se tem em conta as várias línguas consideradas, teremos o panorama que o quadro VI resume:

QUADRO VI

		romeno, húngaro, grego moderno	português, francês castelhano, italiano
+ Verídico	+ Epistémico (ex.: <i>descobrir,</i> <i>saber, ignorar,</i> <i>pensar, dizer,</i> <i>sonhar, prometer</i>)	INDICATIVO	
	– Epistémico (ex.: <i>lamentar</i>)	INDICATIVO	CONJUNTIVO
– Verídico (ex.: <i>bastar, convir, duvidar,</i> <i>evitar, proibir, permitir, querer</i>)		CONJUNTIVO	

Como já foi dito e este quadro evidencia, enquanto nas línguas românicas ocidentais é o factor epistémico que regula a distribuição do modo em orações completivas finitas, as restantes línguas consideradas exibem uma correlação entre veridicalidade e indicativo. Ora, o conceito de veridicalidade está associado à modalidade **alética**, que, como revela a própria etimologia do termo identificador, também envolve fundamentalmente a noção de verdade. Tal modalidade é expressa, segundo Oliveira (*op. cit.*), por predicados como 'é necessariamente verdadeiro (ou falso) que p', 'é possivelmente verdadeiro (ou falso) que p' e 'é realmente verdadeiro (ou falso) que p'.

Se pensarmos numa associação entre valores aléticos e verbos de complementação frásica, teremos que um grupo de verbos – os factivos – indica que a proposição complemento é realmente verdadeira, um outro grupo de verbos dá a informação de que a proposição complemento é realmente falsa – como é o caso dos verbos *evitar* e *impedir* – e os restantes indicam que a sua proposição complemento é possivelmente verdadeira. Pensando agora numa associação entre valores de modalidade alética e selecção de modo, teremos que todos os verbos que indicam que a sua proposição complemento é falsa – isto é, uma parte dos não verídicos – seleccionam conjuntivo em todas as línguas consideradas; quanto aos que indicam que a sua proposição complemento é realmente verdadeira, seleccionam indicativo em línguas como o romeno, o húngaro e o grego moderno e indicativo ou conjuntivo nas línguas românicas ocidentais, consoante, respectivamente, sejam ou não epistémicos; e, finalmente, os que indicam que a sua proposição complemento é possivelmente verdadeira seleccionam em todas as línguas consideradas ou o indicativo ou o conjuntivo, consoante, respectivamente, indiquem ou não que a verdade da sua proposição

complemento é assumida, havendo casos (como *acreditar*) que admitem as duas possibilidades.

Estes dados levam-nos a concluir que não há uma correlação estrita entre valores de modalidade alética (e, portanto, de factividade) e selecção de modo, mesmo em línguas como o romeno, o húngaro ou o grego moderno, apesar de a verdade – associada à veridicalidade – da proposição complemento ter um papel fundamental na selecção de modo nestas línguas. Verifica-se, de facto, que o que determina o modo seleccionado, nestas línguas, não parece ser a indicação de a proposição ser ou não verdadeira, mas sim o tipo de **atitude** expressa para com o valor de verdade da proposição. Mais concretamente, se a proposição for aceite como verdadeira por alguma entidade – isto é, se for verídica –, é seleccionado o indicativo, caso contrário, será seleccionado o conjuntivo. A ser assim, nestas línguas o modo evidencia uma atitude para com a verdade da frase, portanto, uma atitude para com um valor de verdade (portanto, uma atitude com alcance alético), enquanto nas línguas românicas ocidentais, como já ficou visto, o indicativo marca a expressão de uma atitude epistémica, seja ela de conhecimento ou de crença. Em qualquer das línguas consideradas, o indicativo e o conjuntivo estão, portanto, associados à expressão de uma atitude (embora se trate de diferentes tipos de atitude) para com a proposição, ou seja, à expressão de valores de modalidade.

A distribuição de funções entre o indicativo e o conjuntivo – com o primeiro a marcar uma atitude de conhecimento ou crença, nas línguas românicas ocidentais, e uma atitude de aceitação da verdade nas demais línguas consideradas – sugere a revisão da consideração tradicional do conjuntivo como o modo marcado, aquele que assinala valores salientes (por oposição ao indicativo, a que não está associado um valor modal específico). Parece, na

verdade, legítimo afirmar que, ao contrário do que propõem as gramáticas tradicionais, o conjuntivo não é o modo marcado – associado, por exemplo, a um valor como o de 'irrealidade' –, sendo antes o indicativo o modo forte, capaz de marcar a atitude modal considerada relevante, a qual, aparentemente, pode variar de acordo com as línguas.

De acordo com a conjugação de factores que aqui se definiu, pode dizer-se que nas línguas românicas ocidentais, o modo forte, aquele que marca a atitude relevante, é o indicativo, sendo o conjuntivo um modo complementar. Tal parece ser também o caso das línguas do outro grupo considerado, embora seja de admitir a existência de línguas que disponham de outros modos para marcar uma atitude relevante, ou que disponham de outros mecanismos, que não a flexão modal, para marcarem o tipo de atitude expresso.

Resta saber se esta hipótese explica também a distribuição do modo noutras construções que não as orações completivas finitas de verbo. Para isso, observar-se-á de seguida a selecção de modo em orações completivas de nome e em orações completivas de adjectivo, após o que se fará uma breve observação da interacção da negação com a selecção de modo em orações completivas. Nas secções posteriores, ter-se-á em conta a selecção de modo noutra tipo de estruturas, que não as orações completivas.

4.1.2. O modo em orações completivas finitas de nome ou de adjectivo

Sem pretender fazer uma análise exaustiva das orações completivas de nome ou de adjectivo, podemos observar que a hipótese de explicação da distribuição do modo formulada na secção anterior também explica a distribuição do modo neste

tipo de construções. Assim, comecemos por considerar os seguintes conjuntos de nomes que têm como complemento uma oração completiva finita:

Nomes que subcategorizam uma oração completiva finita e seleccionam indicativo: *afirmação, certeza, conclusão, confissão, convicção, conhecimento, crença, denúncia, descoberta, ignorância, impressão, promessa, verificação.*

Nomes que subcategorizam uma oração completiva finita e seleccionam conjuntivo: *aceitação, autorização, desejo, dúvida, interesse, medo, necessidade, pena, proibição, rejeição.*

As frases que se seguem ilustram a selecção do indicativo por parte de nomes como *certeza* e do conjuntivo por parte de nomes como *autorização*:

(161) O Paulo tem a certeza de que a Ana está em Paris.

(162) O Pedro teve autorização dos pais para que fosse passar férias com os amigos.

Há ainda alguns nomes que admitem ambos os modos – indicativo e conjuntivo – na sua oração complemento, tais como *ideia, hipótese* e *suspeita*, como ilustram as seguintes frases:

(163) A ideia de que a Ana está / esteja doente assusta-me.

(164) A hipótese de que a Ana está / esteja doente assusta-me.

(165) A suspeita de que a Ana estava / estivesse doente preocupou-me.

Quanto aos nomes que seleccionam indicativo, podemos observar que alguns expressam uma atitude de conhecimento, como é o caso dos nomes *conhecimento, descoberta, verificação* e também *ignorância*; outros expressam uma atitude de crença na verdade da proposição complemento, como é o caso de nomes como *crença, conclusão* e *impressão*; alguns outros expressam uma

atitude de declaração, que, como visto acima, implica também crença do sujeito na verdade da oração complemento – é o caso dos nomes *afirmação*, *confissão* e *denúncia*. Por sua vez, nomes como *promessa* expressam uma atitude de compromisso do sujeito com a realização do estado de coisas descrito pela oração complemento, que, assumida uma teoria de actos de fala, como proposto acima, implica também a crença do sujeito na verdade (futura) da proposição complemento. Assim, todos os nomes que seleccionam indicativo expressam uma atitude de conhecimento ou de crença, o tipo de atitudes que em português são marcadas com o modo forte – o indicativo.

Observemos agora os nomes acima listados que seleccionam conjuntivo. Destes, apenas o nome *dúvida* está associado a uma atitude epistémica, não indicando, no entanto, uma atitude de conhecimento ou de crença na verdade da proposição complemento; pelo contrário, indica a ausência dessa crença. Quanto aos outros nomes, estão associados a atitudes de outro tipo – erotéricas, como *desejo*, deônticas, como *autorização* ou *proibição*, avaliativas, como *pena*, ou outras. Dado que, como proposto na secção anterior, o indicativo marca apenas as atitudes de conhecimento ou de crença, sendo o conjuntivo seleccionado para os outros casos, seria de esperar que estes nomes seleccionassem conjuntivo, como de facto se verifica.

Por último, há a considerar nomes que admitem ambos os modos na sua oração complemento – como é o caso de *ideia*, *hipótese* e *suspeita*. Todos estes nomes estão relacionados com uma atitude de crença. Quanto ao nome *suspeita*, como observa João Peres (c.p.), o indicativo parece marcar uma maior certeza da verdade da oração complemento que o conjuntivo, da mesma forma que o verbo morfologicamente relacionado com este nome – *suspeitar*, tal como outros verbos associados a valores de crença – como *acreditar*, admitem o indicativo e

o conjuntivo na sua oração complemento, dependendo do grau de crença veiculado, tal como proposto na secção anterior. O mesmo se pode dizer, parece-me, a respeito dos nomes *ideia* e *hipótese*, embora este último, como também observa João Peres (c.p.), quando selecciona indicativo, mais facilmente se interprete como referindo uma hipótese previamente admitida. É de notar, porém, que o nome *hipótese* seleccionando conjuntivo pode também ser recuperado anaforicamente, como ilustra o seguinte diálogo:

A: Agrada-me a hipótese de que o Paulo tenha férias nessa altura.

B: Sim, mas a hipótese de que o Paulo tenha / ?terá férias nessa altura não passa de uma mera hipótese.

Com base nestes dados, podemos conjecturar que o nome *hipótese* selecciona indicativo ou conjuntivo consoante indique, respectivamente, um elevado e um reduzido grau de crença na verdade da sua proposição complemento, sendo que, quando é feita referência a uma hipótese prévia, é seleccionado um ou outro modo consoante o grau de crença expresso na hipótese previamente assumida. Trata-se de uma correlação que, como já vimos, tem motivação independente dos factos aqui referidos.

Atentemos agora em adjectivos que têm como complemento uma oração completiva finita. São exemplo os seguintes:

Adjectivos que subcategorizam uma oração completiva finita e seleccionam indicativo: *ciente, consciente, convencido, convicto, evidente, informado*.

Adjectivos que subcategorizam uma oração completiva finita e seleccionam conjuntivo: *cansado, desejoso, esperançado, farto, interessado, necessitado, temente*.

Quanto aos adjectivos que seleccionam indicativo, alguns estão associados à expressão de uma atitude de conhecimento – como é o caso de *ciente* e *consciente* – e outros à expressão de uma atitude de crença – como é o caso dos adjectivos *convencido*, *convicto*, *crente* e *informado*. As frases que se seguem ilustram a selecção do indicativo por estes adjectivos:

- (166) Os engenheiros estão cientes / conscientes de que a barragem não aguentará a pressão da água.
- (167) Estou convencido / convicto / crente / informado de que a barragem não aguentará a pressão da água.

Quanto aos adjectivos que seleccionam conjuntivo, estão associados a modalidades que não cabem no foro do epistémico. Não estão associados, portanto, à expressão de uma atitude de conhecimento ou crença. As frases que se seguem ilustram que é o conjuntivo o modo seleccionado por estes adjectivos:

- (168) Estou deseioso / esperançado de que esta fábrica volte a funcionar.

Assim, podemos constatar que o indicativo é seleccionado pelos adjectivos que expressam uma atitude de conhecimento ou de crença e o conjuntivo pelos adjectivos que expressam outro tipo de atitude, tal como a hipótese formulada na secção precedente faria prever. Resta saber se esta hipótese dá conta da distribuição do modo apenas em orações completivas, ou se também pode explicar a distribuição do conjuntivo e do indicativo nouro tipo de construções. Porém, antes de passarmos à análise dessas construções no que aqui nos interessa, será conveniente atentar na influência que a negação opera na selecção de modo. De facto, vários autores têm chamado a atenção para o facto de a selecção de modo em orações completivas finitas ser influenciada pela presença do operador de negação frásica na frase matriz. Consideremos, então,

a selecção de modo pelos verbos de atitude proposicional, quando estes ocorrem em frases negativas.

4.1.3. Negação frásica e selecção de modo em orações completivas

A influência da negação frásica na selecção de modo em orações completivas manifesta-se apenas nas orações completivas de verbo, pelo que não serão tidas em conta nesta secção as orações completivas de nome ou de adjectivo. Quanto aos verbos que têm como complemento uma oração completiva finita, começaremos por considerar os que expressam uma atitude de conhecimento. Todos estes seleccionam o indicativo quer em frases afirmativas, como visto acima, quer em frases negativas, como mostram as frases que se seguem:

- (170) a. Ela não sabe que ele fugiu para o estrangeiro.
- b. Ela não descobriu que ele fugiu para o estrangeiro.
- c. Ela não ignora que ele fugiu para o estrangeiro.

...

Em frases afirmativas, alguns destes verbos indicam que o sujeito conhece a verdade da proposição complemento – como é o caso de *saber* e *descobrir*, entre outros –, enquanto verbos como *ignorar* indicam que o sujeito não conhece essa verdade. Em frases negativas, porém, o comportamento é inverso: frases em que ocorrem verbos como *saber* ou *descobrir* passam a indicar que o sujeito não conhece a verdade da proposição complemento, enquanto frases em que ocorrem verbos como *ignorar* passam a indicar que o sujeito conhece essa verdade. Em qualquer dos casos, é sempre indicado que o enunciador conhece a verdade da proposição complemento, independentemente de existir ou não a

informação de que o sujeito também conhece essa verdade, ou seja, é sempre indicada uma atitude de conhecimento, pelo que é seleccionado o indicativo. Assim, verbos como *saber* seleccionam indicativo em frases negativas pela mesma razão que *ignorar* selecciona indicativo em frases afirmativas e este verbo selecciona indicativo em frases negativas, pela mesma razão que verbos como *saber* seleccionam indicativo em frases afirmativas: quer em frases afirmativas quer em frases negativas, estes verbos expressam uma atitude de conhecimento (do sujeito ou do enunciador), pelo que seleccionam indicativo. Para além de uma atitude de conhecimento, este modo marca também uma atitude de crença, como visto nas secções antecedentes, sendo seleccionado por verbos como *pensar*, *sonhar*, *dizer* ou *prometer*. Vejamos, então, a influência que a negação opera na selecção de modo por parte de verbos que indicam uma atitude de crença.

Foi já observado que verbos como *acreditar* admitem o indicativo e o conjuntivo quando ocorrem sob o escopo da negação, tal como quando ocorrem em frases afirmativas, tendo sido proposto que a selecção do indicativo ou do conjuntivo por parte deste tipo de verbos reflectiria a indicação de uma atitude de crença do sujeito – em frases afirmativas – ou de conhecimento (do enunciador) – em frases negativas. Seria de esperar, então, que em frases negativas em que o sujeito coincide com o enunciador, verbos como *acreditar* seleccionassem apenas conjuntivo, já que nessas frases há a indicação explícita de que o sujeito não acredita na verdade da oração complemento e, como o enunciador coincide com o sujeito, não pode ser indicado que aquele conhece a verdade da proposição em causa. Como mostra a sequência (171), abaixo, os dados parecem confirmar essa previsão:

(171) Eu não acredito que ele fugisse / ?fugiu para o estrangeiro.

No entanto, frases como (172) mostram que é possível ser seleccionado o indicativo se o verbo da matriz flexionar num tempo do passado:

(172) Eu não | acreditava | que ele | tinha | fugido para o estrangeiro.
 | acreditei | | tivesse |

Uma diferença entre as frases (171) e (172) é que nesta o intervalo de tempo de localização da frase matriz é anterior ao intervalo de tempo da enunciação, contrariamente ao que sucede em (171). Uma outra diferença entre as duas frases é que em (172), quando é seleccionado o modo indicativo, há a informação de que a proposição 'ele fugiu para o estrangeiro' foi verdadeira num intervalo de tempo anterior ao tempo da enunciação, informação que não é disponibilizada por frases como (171). Assim, frases como (172), quando é seleccionado o indicativo na oração completiva, dão a informação de que há um intervalo de tempo anterior ao da enunciação em que o enunciador (que coincide com o sujeito) não acreditava na proposição complemento e a de que há um outro intervalo de tempo – o da enunciação – em que conhece essa verdade. Podemos, assim, colocar a hipótese de ser seleccionado o indicativo ou o conjuntivo consoante o foco seja colocado, respectivamente, no intervalo de tempo da enunciação – em que há a indicação de que o enunciador conhece a verdade da proposição – ou no intervalo de tempo de localização da frase matriz – em que há a informação de que o enunciador não conhece essa verdade nem acredita na mesma. A favor desta hipótese estão frases como as que se seguem:

(173) a. #Eu não acreditava que a ponte ia cair e, de facto, não caiu.

b. #Eu não acreditei que a ponte ia cair e, de facto, não caiu.

(174) a. Eu não acreditava que a ponte caísse e, de facto, não caiu.

b. Eu não acreditei que a ponte caísse e, de facto, não caiu.

Em (173), o enunciador asserere (com a frase sublinhada) que a proposição *a ponte caiu* é falsa no passado, havendo, portanto, incompatibilidade entre esta asserção e a indicação – dada pelo indicativo – de que aquele acredita na verdade dessa proposição, daí resultando a anomalia das frases. Já em (174), ao usar o conjuntivo, o enunciador não assume a verdade da proposição complemento – *a ponte ter caído*, o que é coerente com a sua asserção de que tal proposição é falsa.

Consideremos agora o papel da negação na selecção de modo pelos outros verbos que também evidenciam uma atitude de crença. Tomemos em primeiro lugar verbos como *pensar* ou *achar*, que seleccionam indicativo em frases afirmativas. Quando ocorrem sob o escopo da negação, estes verbos passam a admitir o conjuntivo na sua oração complemento, visto que há a indicação de que o sujeito não acredita na verdade da oração complemento. É o que mostra a frase (175):

(175) O inspector não acha que ele tenha fugido para o estrangeiro.

No entanto, o indicativo pode também ocorrer na oração complemento de verbos como este, como mostra a seguinte frase:

(176) O inspector não acha que ele fugiu para o estrangeiro.

Numa das interpretações desta frase, há a indicação de que o enunciador assume a verdade da proposição complemento, pelo que é expressa uma atitude de conhecimento, que justificaria a presença do indicativo. Porém, a frase pode ter uma outra interpretação: aquela em que a frase (176) corresponde a uma rectificação de uma asserção prévia. Ou seja, se existir a informação de que é verdadeira a frase *o inspector acha que ele fugiu para o estrangeiro*, essa informação pode ser corrigida, passando a indicar-se que é falso que o sujeito

acredite na proposição complemento, com a frase (176). Dado, porém, que se faz uma rectificação, tem de ser recuperada a frase cuja verdade é negada. Ora, em tal frase, no caso presente, há a indicação de que o sujeito acredita na verdade da proposição complemento, pelo que é expressa uma atitude de crença e, conseqüentemente, é seleccionado o indicativo. Como em (176) se recupera esta frase, é o indicativo o modo exibido pela oração complemento, pois já era esse o modo presente na frase recuperada.

Um outro grupo de verbos que também indica uma atitude de crença é, como visto acima, o dos verbos declarativos. Estes evidenciam, também, uma influência dos valores temporais a que estão associados na selecção de modo em frases negativas. As frases que se seguem mostram que, nestas construções, verbos como *dizer* seleccionam conjuntivo se estiverem flexionados no presente do indicativo, mas seleccionam indicativo se exibirem as desinências de pretérito perfeito ou de pretérito imperfeito:

(177) (Eu) não *digo* que seja urgente ...

(178) (Eu) não *disse* / *dizia* que era urgente ...

Os comentários feitos a propósito da selecção de modo em frases negativas pelos verbos acima considerados são extensíveis aos verbos declarativos (que também evidenciam uma atitude de crença). Assim, temos que em frases como (177) é seleccionado o conjuntivo em virtude de não ser expressa uma atitude de crença do sujeito na verdade da oração complemento. Frases como (178), por seu turno, só são interpretáveis fazendo apelo a um intervalo de tempo anterior ao da enunciação, intervalo esse em que é localizada a frase afirmativa correspondente a (178). Ou seja, frases como esta são interpretadas como a

rectificação da frase *eu disse / dizia que era urgente*, o que parece ser confirmado pela equivalência entre frases como (178) e frases como (179):

(179) (Eu) não disse isso.

Nesta construção, ocorre uma anáfora frásica – *isso*. Tal anáfora recupera o conteúdo proposicional veiculado pela oração complemento do verbo matriz da frase (178). Assim, parece possível considerar que, ao asserir uma frase como (178), o enunciador corrige a informação prévia dada pela frase afirmativa correspondente – *eu disse que era urgente*. Esta é, portanto, recuperada quando se constrói a frase (178) e, dado que era o indicativo o modo seleccionado, é também este o modo exibido nas frases que indicam a rectificação.

Por último, nos verbos que indicam uma atitude de crença, há a considerar verbos prospectivos como *prometer* ou *ameaçar*. Como ilustra a frase (180), quando ocorrem sob o escopo da negação, estes verbos admitem o conjuntivo na sua oração complemento:

(180) Não prometo que os livros cheguem a tempo.

Esta frase não evidencia um compromisso do sujeito com a realização do estado de coisas descrito pela oração complemento e, conseqüentemente, com a verdade dessa oração. De facto, tal frase indica apenas que o sujeito não elimina a hipótese de se verificar a verdade da oração. Seria, pois, de esperar que, como se verifica, fosse seleccionado o conjuntivo.

No entanto, o indicativo pode também ocorrer em orações complemento de verbos como *prometer* quando estes estão sob o escopo da negação, como ilustra a frase (181):

(181) Não prometo que te telefono todos os dias.

Nesta frase, o verbo *prometer* é esvaziado do seu valor compromissivo, tornando-se equivalente a um declarativo; ou seja, com a asserção da frase, o enunciador informa que não telefonará todos os dias. O modo seleccionado é, pois, o mesmo que seleccionam os verbos declarativos.

Analisada a influência da negação na selecção de modo por parte dos verbos que seleccionam indicativo em frases afirmativas, podemos agora considerar o comportamento dos verbos que seleccionam conjuntivo em frases afirmativas, quando estes ocorrem sob o escopo da negação. A maioria destes verbos selecciona conjuntivo também em frases negativas, como mostram as frases que se seguem:

- (182) a. Ela não lamenta que o Paulo se tenha demitido.
b. Ela não quer que o Paulo se demita.
c. Ela não proibiu que o filho fosse ao cinema.
d. A barragem não impediu que o terreno fosse alagado.

Foi proposto acima que estes verbos seleccionam conjuntivo em frases afirmativas em virtude de não indicarem uma atitude de crença ou de conhecimento. Ora, em frases negativas, verbos como estes não expressam também uma dessas duas atitudes, que, como proposto, são as atitudes marcadas em português pelo indicativo. Como tal, seleccionam conjuntivo, também em frases negativas, como seria de esperar. Porém, há verbos que seleccionam conjuntivo em frases afirmativas e passam a admitir indicativo se ocorrerem sob o escopo da negação. Tal é o caso dos verbos *duvidar* e *negar*, como mostram as seguintes frases:

- (183) O Paulo não duvida / nega que a Ana está em Paris.

Este facto não é surpreendente, dado que, como visto acima, a negação altera o valor de crença indicado por verbos como *achar*, *acreditar* e outros, o que tem como consequência que em frases negativas em que ocorrem verbos como esses não seja indicada uma atitude de crença do sujeito na verdade da proposição complemento e passe a ser seleccionado o conjuntivo. Quanto a verbos como *duvidar* ou *negar*, indicam uma atitude de ausência de crença do sujeito. Ao negar-se a verdade de uma frase com um desses verbos, então, passa a ser indicado que o sujeito acredita na verdade da oração complemento. Seria, pois, de esperar que esses verbos passassem a seleccionar o indicativo quando ocorrem em frases negativas, como de facto se verifica.

Os verbos *duvidar* e *negar* admitem também o conjuntivo na sua oração complemento quando ocorrem sob o escopo da negação. A frase (184) é disso exemplo:

(184) Eu não nego / duvido (de) que ele se demita.

Frases como esta parecem-me só ser possíveis se houver a informação de que previamente foi asserida a proposição 'ele vai demitir-se', sendo que, com a asserção de (184), o enunciador informa que admite a verdade dessa oração, embora não seja assumido que é o sujeito que dá a informação em causa; ou seja, o sujeito desresponsabiliza-se, de algum modo, da afirmação da verdade da oração, sendo a sua crença na verdade da oração complemento menos marcada que em frases como (183).

Parece, portanto, podermos concluir que a negação altera o grau de crença veiculado pelos verbos associados a este valor epistémico. Mais concretamente, a negação de uma frase em que seja expressa uma atitude de crença indica a ausência dessa crença, enquanto a negação de uma frase em que seja expressa

uma atitude de descrença indica que a crença existe. A selecção de modo por estes verbos em frases negativas, assim, é explicável pelas mesmas razões que dão conta do comportamento dos mesmos (no que aqui nos interessa) em frases afirmativas: se for expressa uma atitude de crença é seleccionado o indicativo, caso contrário, é o conjuntivo o modo seleccionado. Há, porém, a ter em conta os casos em que a frase negativa tem uma função rectificativa. Nessas construções, é recuperada a frase afirmativa correspondente, pelo que o modo exibido pela oração completiva é o mesmo que está presente na afirmativa. Quanto aos verbos que não expressam uma atitude de crença, continuam a expressar uma atitude de conhecimento e, portanto, a seleccionar indicativo, ou uma atitude que não é de crença nem de conhecimento e, portanto, a seleccionar conjuntivo.

Analisada, sumariamente, a influência da negação na selecção de modo em orações completivas finitas, surge agora a questão de saber se a distribuição dos modos conjuntivo e indicativo noutras construções que não as orações completivas pode ser explicada da mesma maneira que o é em orações completivas finitas. Será esse o tema das próximas secções, em que se terá em conta a ocorrência dos dois modos em análise em orações principais, relativas e adverbiais.

4.2. O modo em orações principais

No que respeita à distribuição do modo em orações não subordinadas, terei em conta apenas as orações imperativas e as frases declarativas, as únicas em que o conjuntivo ocorre.

Começemos por considerar as orações imperativas. Como ficou dito acima, as formas verbais exibidas neste tipo de orações são homónimas das formas do conjuntivo, com excepção das formas de segunda pessoa, do singular e do plural, se o pronome seleccionado for, respectivamente, *tu* e *vós*. Nos casos em que não é este o pronome seleccionado, a forma do imperativo é idêntica à da terceira pessoa do singular e do plural, respectivamente. As frases que abaixo se repetem ilustram este facto:

2Sg: *Fale!*

Fala (tu)!

3Sg: *Fale!*

1Pl: *Falemos!*

2Pl: *Falem!*

Falai (vós)!

3Pl: *Falem!*

Quer se aceite que as frases imperativas são contextos de subordinação a um verbo que veicula um valor deôntico, como por exemplo *obrigar*, tal como propõe Faria (*op. cit.*), seguindo a proposta de teóricos da Semântica Generativa, quer não se aceite essa análise sintáctica, como propõe Klein (*op. cit.*), parece claro que em tais construções não é expressa uma atitude de conhecimento da verdade da proposição nem de crença nessa verdade. Como tal, seria de esperar

que não fosse seleccionado o modo que marca essas atitudes – o indicativo –, mas sim o seu complementar – o conjuntivo –, tal como se verifica.

Consideremos agora outro tipo de orações não subordinadas – as orações declarativas –, que exibem o indicativo, como mostra a frase (185):

(185) O Paulo vive em Lisboa.

Como já foi observado, nas teorias semânticas dinâmicas, as frases declarativas que um enunciador asserir são tidas como proposições a acrescentar ao *common ground* existente. O enunciador, ao asserir a frase, apresenta a sua crença na verdade da proposição, condição necessária para que a mesma seja adicionada ao *common ground*. As frases declarativas expressam, portanto, crença do enunciador na verdade da proposição que descrevem. Assim, em frases como estas é expressa uma atitude de crença – a crença do enunciador na verdade da proposição –, pelo que é seleccionado o modo que marca essa atitude – o indicativo.

Porém, o conjuntivo pode surgir também em frases declarativas, se estas estiverem sob o escopo do advérbio *talvez*, sendo, nesse caso, o único modo disponível, como mostram as seguintes frases:

(186) Talvez o Paulo tenha saído.

(187) *Talvez o Paulo saiu.

A razão de ser deste contraste é evidente, uma vez que o advérbio *talvez* é um operador modal que indica uma não certeza da parte do enunciador, justificando-se assim que as frases em que o mesmo ocorre não indiquem que o enunciador assume a verdade da proposição, o que leva a que seja seleccionado o conjuntivo.

Porém, existem outros advérbios que também dão a indicação de que o enunciador não assume a verdade da proposição e, ainda assim, é seleccionado o indicativo em frases modificadas pelos mesmos, como é o caso dos advérbios *possivelmente*, *provavelmente* e *aparentemente*. Como estes advérbios dão a indicação de que a frase que modificam não descreve uma proposição assumida como verdadeira pelo enunciador, seria de esperar que tal frase exibisse o conjuntivo, tal como acontece quando a frase está sob o escopo do advérbio *talvez*. Os dados contrariam, contudo, esta previsão. No entanto, os dois tipos de advérbios – *talvez*, por um lado, e *possivelmente*, *provavelmente* e *aparentemente*, por outro – não têm o mesmo comportamento sintáctico. Como ilustram as frases que se seguem, advérbios como *possivelmente* podem ocorrer em praticamente qualquer posição da frase, contrariamente ao advérbio *talvez*, que tem um número mais reduzido de posições que pode ocupar na frase:

- (188) a. Possivelmente, o Paulo telefonou à Ana.
b. O Paulo, possivelmente, telefonou à Ana.
c. O Paulo telefonou à Ana, possivelmente.
d. O Paulo telefonou, possivelmente, à Ana.
- (189) a. Talvez o Paulo tenha telefonado à Ana.
b. O Paulo, talvez tenha telefonado à Ana.¹⁸
c. ?O Paulo telefonou à Ana, talvez.
d. ?O Paulo telefonou, talvez, à Ana.

De um ponto de vista semântico, por outro lado, como observa João Peres (c.p.), no que respeita aos advérbios *possivelmente*, *provavelmente* e

¹⁸ Esta frase parece-me só ser possível, com uma pausa bastante marcada, pelo que a posição mais natural do advérbio *talvez* é a de pré-sujeito.

aparentemente, é semanticamente pertinente o tratamento destas expressões como predicados que tomam proposições como argumento, se bem que, sintacticamente, envolvam estruturas de encaixamento, pelo menos directo. Quanto ao advérbio *talvez*, parece admissível considerar que constitui um operador intra-frásico – digamos, mais baixo que as expressões em *-mente* que considerámos – o que justificaria a sua distribuição mais rígida. Assim, dado advérbios como *possivelmente*, *provavelmente* e *aparentemente* são exteriores a essa frase, esta é construída sem o predicado que indica uma ausência de certeza da parte do enunciador, seguindo, por essa razão, o paradigma da selecção de modo das frases declarativas simples.

Parece, assim, que a distribuição do modo em orações não subordinadas é explicável pela mesma razão que dá conta da sua distribuição em orações completivas: nos casos em que é indicada uma atitude de crença é seleccionado o indicativo, enquanto o conjuntivo é seleccionado nas construções que não indicam uma atitude de crença ou de conhecimento. Observemos agora a distribuição do modo em orações relativas, no sentido de avaliar a adequação da mesma hipótese à explicação da distribuição do modo nestas construções.

4.3. O modo em orações relativas

No capítulo 2 foi observado que não admitem conjuntivo as orações relativas explicativas, tal como as orações relativas restritivas que ocorrem em contextos transparentes, contrariamente às orações relativas que surgem em contextos opacos. Repetem--se abaixo os dados aí apresentados:

- (190) O atleta, que chegou / *tenha chegado ao fim da prova, será homenageado.

- (191) O atleta que chegou / tiver chegado ao fim da prova será homenageado.
- (192) Falta um atleta que daria / dê a volta ao jogo.
- (193) O Paulo procura um livro que trata / trate desse assunto.
- (194) O Paulo descobriu um livro que trata / *trate desse assunto.
- (195) Há um livro que trata / *trate desse assunto.

A primeira frase deste grupo ilustra a impossibilidade de o conjuntivo ocorrer em orações relativas explicativas. Quanto às orações relativas das frases (191) - (193), mostram que o conjuntivo pode ocorrer em orações relativas restritivas que ocorrem em contextos opacos (nas frases (192) e (193), o contexto opaco é gerado pelos verbos *faltar* e *procurar*, respectivamente), embora tais orações também possam exibir o indicativo. Finalmente, as frases (194) e (195) mostram que apenas o indicativo pode ser seleccionado em orações relativas restritivas que ocorrem em contextos transparentes (gerados pelo verbo *descobrir* na frase (194) e pelo verbo *haver* na frase (195)).

Como já foi observado, os SN's de que fazem parte as orações relativas explicativas têm obrigatoriamente leitura específica, o mesmo não acontecendo com os SN's de que fazem parte as orações relativas restritivas. Quanto a estes, se ocorrerem num contexto transparente terão apenas leitura específica, ao passo que se ocorrerem num contexto opaco podem ter leitura específica ou não específica. No que respeita à distribuição do modo em orações relativas, observa-se que o conjuntivo ocorre apenas naquelas que integram SN's com leitura não específica, ficando, portanto, excluído das orações relativas explicativas e das orações relativas restritivas que ocorrem em contextos transparentes.

Observe-se agora que os SN's que têm leitura específica dão a informação de que as entidades que referem existem, já que são identificadas entidades concretas, enquanto os SN's cuja oração relativa flexiona no conjuntivo não dão essa informação. De facto, uma frase como *todo o atleta que tenha chegado ao fim da prova será homenageado* é verdadeira ainda que não exista nenhum atleta que tenha chegado ao fim da prova, mas nessa situação, se a oração relativa exibisse o indicativo – *todo o atleta que chegou ao fim da prova será homenageado* – a frase seria falsa, dado que neste caso é identificado um atleta concreto. Temos, assim, que o indicativo ocorre nas orações relativas de SN's que dão a informação de que as entidades referidas existem e o conjuntivo ocorre nas orações relativas de SN's que não permitem fazer essa dedução. No entanto, como observado por João Peres (c.p.), o indicativo pode também ser usado em orações relativas de SN's que não dão a informação de que as entidades que referem existem, como mostram as frases (196) e (197), de sua autoria:

(196) Um atleta que chega ao fim da prova merece ser homenageado.

(197) Esta situação impede o Paulo de juntar dinheiro para a casa que ele queria construir.

Nem a frase (196), em que o SN relativizado tem leitura de espécie, nem a frase (197) permitem inferir que a entidade referida existe, o que mostra que o indicativo também pode ser usado em orações relativas de SN's que não identificam entidades existentes. Todavia, sempre que numa oração relativa restritiva ocorre conjuntivo, o SN relativizado tem leitura não específica, ou seja, não é identificada uma entidade concreta.

A hipótese de que este modo ocorre em orações relativas de SN's que não permitem inferir que necessariamente as entidades referidas existem é confirmada pelas orações relativas sem antecedente expreso¹⁹, que seguidamente se tomam em consideração.

Foi referido no capítulo 2 que ambos os modos – conjuntivo e indicativo – são possíveis nesse tipo de construções, como exemplificam as frases abaixo repetidas:

- (198) a. Quem tiver lido esse livro aprendeu muitas coisas.
- b. Quem leu esse livro aprendeu muitas coisas.

Na primeira das frases, em que ocorre conjuntivo, não há a indicação de que o enunciador assume a existência de alguém que leu o livro, contrariamente a frases como (198b), que permitem inferir que existe alguém que de facto leu o livro, pelo que também estas frases confirmam que os SN's cuja oração relativa exhibe o conjuntivo não permitem inferir que as entidades referidas existem.

Constatamos, assim, que a mesma explicação pode ser apresentada para a ocorrência do conjuntivo e do indicativo nos vários tipos de orações relativas considerados – relativas restritivas, com ou sem antecedente expreso, e relativas explicativas. Ou seja, todas estas construções evidenciam que o conjuntivo não ocorre em orações relativas de SN's que permitem inferir que as entidades identificadas existem. Seria de esperar, então, que fosse impossível o conjuntivo ser seleccionado em orações relativas que ocorrem em contextos transparentes. Porém, é possível o conjuntivo ser exibido por esse tipo de

¹⁹ Uso o termo 'orações relativas sem antecedente expreso', sugerido em Mória (1992), em vez da designação 'relativas livres' ou 'relativas sem antecedente'.

orações se o determinante do SN relativizado for *poucos*, *no máximo n* ou *menos de n*, como mostram as frases abaixo repetidas e renumeradas:

(199) O Paulo descobriu

poucos	livros que tratem desse assunto.
no máximo três	
menos de três	

(200) Há

poucos	livros que tratem desse assunto.
no máximo três	
menos de três	

À possibilidade de ocorrência do conjuntivo neste tipo de construções, talvez não seja alheio o facto de os determinantes dos SN's relativizados serem quantificadores $MON\downarrow$ ²⁰, já que as frases se tornam agramaticais²¹ quando o determinante é substituído por um quantificador $MON\uparrow$, como mostram as seguintes frases:

(201) *O Paulo descobriu um livro que trate desse assunto.

(202) *Há

pelo menos três	livros que tratem desse assunto.
mais de três	

No entanto, a inserção da negação na frase matriz, dado inverter a monotonia, legitima a presença do conjuntivo neste tipo de construções, como mostram as seguintes frases:

(203) O Paulo não descobriu um livro que trate desse assunto.

²⁰ Assumindo que os determinantes são quantificadores, como propõe Van Benthem (1986).

É de notar que no que respeita ao quantificador *poucos*, é discutível se é $MON\downarrow$ ou se não tem qualquer propriedade de monotonia.

²¹ João Peres aceita menos bem a frase 'o Paulo descobriu **poucos** livros que tratem desse assunto', o que está de acordo com a sua ideia de que tal quantificador não é $MON\downarrow$, mas sim neutro quanto à Monotonia, visto que considera que *poucos* implica *pelo menos um*.

(204) Não há | pelo menos três | livros que tratem desse assunto.
| mais de três |

Começemos por considerar a impossibilidade de o conjuntivo ser seleccionado em orações relativas como as que ocorrem em (201) e (202). Dado que *descobrir* e *existir* são verbos transparentes, os SN's em causa podem ter apenas leitura específica, ou seja, uma interpretação em que são identificadas entidades concretas, logo existentes, o que justifica que seja o indicativo o modo seleccionado. Assim, a hipótese de explicação para a distribuição do indicativo e do conjuntivo em orações relativas acima formulada explica também a agramaticalidade de frases como (201) e as de (202), pelo que há a explicar apenas a possibilidade de o conjuntivo ocorrer nas orações relativas exibidas por frases como as de (199), (200), (203) e (204). Ora, nas frases de (199) e (203) não se afirma que o Paulo tenha descoberto pelo menos um livro que trate do assunto em questão e, como tal, não se afirma que ele conheça pelo menos um desses livros, tal como não se afirma que o enunciador assume a existência dos mesmos. De igual forma, nas frases de (200) e (204) não se afirma que existe pelo menos um dos livros referidos. Assim, em nenhuma dessas frases se afirma a existência das entidades em causa, pelo que é seleccionado o conjuntivo.

Parece, assim, que estas frases confirmam que o conjuntivo ocorre nas orações relativas de SN's que não permitem inferir que as entidades referidas existem. Quanto ao indicativo, é o modo seleccionado para as relativas de SN's que identificam entidades que de facto existem, embora seja possível o SN ter uma leitura em que não identifica entidades reais, como mostram as frases (196) e (197), abaixo repetidas e renumeradas:

(205) Um atleta que chega ao fim da prova merece ser homenageado.

(206) Esta situação impede o Paulo de juntar dinheiro para a casa que ele queria construir.

Quanto à frase (205), esta pode indicar que o enunciador acredita na existência da espécie referida, enquanto SN's cuja oração relativa exhibe o conjuntivo não permitem fazer essa inferência. De facto, uma frase como *o Paulo procura um livro que trate desse assunto* pode ser verdadeira sem que o Paulo acredite que exista de facto um livro como o que procura. Assim, a distribuição do modo em orações relativas parece poder ser descrita recorrendo ao conceito de veridicalidade, na interpretação proposta por Giannakidou (*op. cit.*), embora aqui o que está em causa é não a verdade de uma frase, mas sim a existência de entidades. Mais concretamente, as orações relativas de SN's que permitem inferir que a entidade em causa existe ou que alguém acredita na sua existência – SN's verídicos – exibem o indicativo, enquanto o conjuntivo ocorre nas orações relativas de SN's que não dão essa informação – SN's não verídicos. Formulamos essa hipótese:

Sub-hipótese 5:

O indicativo é seleccionado para as orações relativas de SN's verídicos e o conjuntivo para as orações relativas de SN's não verídicos.

Esta hipótese parece ser confirmada por frases como (207):

(207) Ele acredita que uma cobra que saiu / * tenha saído do mato lhe envenenou o cavalo.

Esta frase não permite inferir que de facto existe uma cobra que saiu do mato, mas dá a informação de que o sujeito acredita na existência dessa cobra, o que será coerente com o facto de apenas o indicativo poder ser seleccionado para a oração relativa. No entanto, a frase (206), acima, não permite inferir que a casa que o Paulo queria construir existe ou que alguém acredita na sua existência e, contudo, é seleccionado o indicativo. Porém, nessa frase é feita referência a um objecto concreto que, embora não exista no mundo real, existe num determinado mundo mental, ou seja, também essa frase indica uma atitude epistémica, embora relativizada a um mundo possível não coincidente com o mundo real.

Parece, assim, confirmar-se que a distribuição do modo em orações relativas pode ser explicada pela seguinte correlação: se for dada a informação de que as entidades referidas existem ou que alguém acredita na sua existência – no mundo real ou noutro mundo possível –, é seleccionado o indicativo. Caso contrário, é o conjuntivo o modo seleccionado. Ora, nos casos em que se pode inferir que de facto as entidades existem, há a indicação de que tais entidades são, de um ou de outro modo, conhecidas – pelo enunciador, como acontece por exemplo em frases como *há pelo menos três livros que tratam desse assunto*, ou pelo sujeito, como acontece por exemplo na frase *o Paulo descobriu um livro que trata desse assunto* – ou então que alguém acredita na sua existência – como acontece em frases como *ele acredita que uma cobra que saiu do mato lhe matou o cavalo*. Assim, também em orações relativas o indicativo marca o conhecimento ou a crença, embora não se trate do conhecimento da verdade de uma proposição ou da crença nessa verdade, mas do conhecimento da existência de entidades ou da crença nessa existência, enquanto o conjuntivo,

também em orações relativas, é seleccionado quando não é expressa uma das atitudes marcadas pelo indicativo – o conhecimento e a crença.

As orações relativas confirmam, portanto, a hipótese de explicação para a distribuição do conjuntivo e do indicativo proposta com base na análise de orações completivas. Analisemos agora a adequação dessa hipótese à distribuição destes dois modos em orações subordinadas adverbiais e em orações coordenadas.

4.4. O modo em orações subordinadas adverbiais e em orações coordenadas

Foi observado no capítulo 2 que o conjuntivo ocorre nos seguintes tipos de orações adverbiais: concessivas, finais, temporais, condicionais e em proposições introduzidas por *sem que* ou *não que*.

Começemos por considerar as **orações finais**. Foram apresentadas como exemplo as seguintes frases:

(208) Ele veio à festa para que tu o visses.

(209) Ele veio à festa a fim de que tu o visses.

Estas frases não permitem inferir que a proposição 'tu viste-o' é verdadeira ou que alguém acredita nessa verdade. Por conseguinte, não estão associadas à expressão de uma atitude de conhecimento ou de crença, pelo que é seleccionado o conjuntivo. O mesmo se pode dizer a respeito da ocorrência do conjuntivo nas orações que seguidamente se repetem, renumeradas:

(210) Ele tomou essa decisão sem que tivesse consultado os seus parceiros.

(211) Ele saiu mais cedo, não porque a sessão tivesse terminado mas porque estava atrasado.

Estas construções também não indicam que a oração introduzida pela conjunção adverbial é verdadeira ou que alguém acredita na sua verdade. Ou seja, também não denunciam uma atitude epistémica de conhecimento ou de crença, o tipo de atitudes que em português são marcadas com indicativo. Como tal, é seleccionado o modo complementar – o conjuntivo.

A mesma explicação pode também ser proposta para a selecção do conjuntivo em orações, classificadas pela gramática tradicional como **concessivas**, introduzidas pelas conjunções **ainda que** e **mesmo que**, que também não permitem inferir a verdade da oração que introduzem, tal como não permitem inferir que alguém acredita nessa verdade, pelo que levam à selecção do conjuntivo. São exemplo as seguintes frases:

(212) Ainda que chova, o Paulo vem.

(213) Mesmo que chova, o Paulo vem.

Embora a gramática tradicional atribua a este tipo de construções o rótulo de *concessivas*, o mesmo é analisado por Peres e Mória (ms) como integrando o grupo das orações condicionais. Mais concretamente, estes autores observam uma classificação tripartida de orações condicionais, sendo uma das subclasses constituída pelo grupo de orações *de condição suficiente*, que se subdivide em *orações de condição suficiente não tautológica* e *orações de condição suficiente tautológica* ou *incondicionais*, grupo em que se integram as orações exemplificadas em (212) e (213). Outros tipos de oração também classificados pelos autores citados como *orações incondicionais* são exemplificados pelas seguintes frases (apresentadas pelos autores):

- (214) a. O Paulo vem, quer chova quer não chova.
b. O Paulo vem, chova ou não chova.
c. O Paulo vem, mesmo se chover.
d. O Paulo vem, quaisquer que sejam as dificuldades.
e. O Paulo vem, aconteça o que acontecer.
f. O Paulo vem, dê (lá) por onde der.

Em todas estas frases, de acordo com a análise dos autores citados, há a informação de que a proposição correspondente ao conseqüente da condicional – no caso das frases apresentadas, a proposição 'o Paulo vem' – será verdadeira quaisquer que sejam as circunstâncias, irrestricção que é expressa pela proposição correspondente ao antecedente, que exhibe o conjuntivo. No entanto, se para as frases (212) e (213) a selecção do conjuntivo se pode explicar pelo facto de a verdade da proposição não ser assumida, o mesmo se não pode dizer no que respeita à selecção do conjuntivo em frases como as de (214). De facto, tomando como exemplo a frase (214b), verificamos que o antecedente da condicional – a proposição *chova ou não chova* – é uma tautologia, ou seja é obrigatoriamente verdadeira, pelo que não faz sentido dizer que a verdade de tal proposição não é assumida (o mesmo se passando com as restantes, despidas do conjuntivo: *as dificuldades são quaisquer; acontece o que acontece; (as coisas) dão por onde dão*). No entanto, parece-me despicienda neste tipo de construções a questão de saber se a proposição é ou não verdadeira ou se alguém assume essa verdade, já que, como foi referido, frases como as que estão presentes em (212) - (214) indicam que a proposição correspondente ao conseqüente será verdadeira independentemente do valor de verdade do antecedente. Ou seja, o valor de verdade do antecedente é irrelevante para a computação do significado da estrutura condicional. Sendo assim, não há

necessidade de marcar o conhecimento da verdade dessa proposição ou a crença nessa verdade, pelo que não é seleccionado o modo marcado – o indicativo –, mas sim o modo complementar – o conjuntivo.

Consideremos agora outro tipo de orações condicionais, começando pelas orações classificadas por Peres e Mória (*op. cit.*) como **orações condicionais de condição suficiente não-tautológica**. Apresentam como exemplo desta classe as seguintes frases:

- (215) a. Curas-te, se deixares de fumar.
- b. Se deixares de fumar, curas-te.

Como se pode constatar, o verbo da oração correspondente ao antecedente da condicional (a oração que está sob o escopo do operador *se*) flexiona no conjuntivo. Ora, frases como estas não permitem inferir que alguém assume a verdade da proposição correspondente ao antecedente da condicional, pelo que não pode ser seleccionado para esse contexto o modo que indica conhecimento dessa verdade ou crença na mesma. Daí a selecção do conjuntivo. No entanto, como mostra a frase (216), abaixo, o indicativo pode ser seleccionado para uma oração correspondente ao antecedente de uma condicional de condição suficiente não-tautológica:

- (216) Se a Ana está em casa, (então) está doente.

A semântica desta frase, contudo, é algo diferente da de frases como (215), acima, em que ocorre o conjuntivo, já que ao asserir a frase (216), o enunciador parte, de algum modo, da informação de que a Ana está em casa. Aceita, portanto, a verdade da proposição, pelo que é seleccionado o modo que indica essa atitude de crença. Contudo, como observado por João Peres (c.p.), nem

sempre que o indicativo ocorre neste tipo de orações se pode inferir que o enunciador conhece a verdade da proposição, como mostra a frase (217):

(217) Se a lista X ganha as eleições, o projecto fica na gaveta.

Esta frase pode ser asserida num contexto em que não se parte da informação de que a lista X vai ganhar as eleições, tal como a frase (218), que difere da anterior apenas no facto de exhibir o conjuntivo:

(218) Se a lista X ganhar as eleições, o projecto fica na gaveta.

Parece-me, no entanto, que existe entre estas duas frases uma diferença de significado que passo a tentar descrever. Em (218), a proposição 'a lista X ganhar as eleições' é dada como mera hipótese, de algum modo com tanta probabilidade de vir a ser verdadeira quanto outras proposições suas contraditórias. Já em (217) é, de certa forma, criado um mundo possível em que é verdadeira a proposição 'a lista X ganhar as eleições', não o sendo, por conseguinte, as suas proposições contraditórias. Ou seja, penso que a frase (217) acentua a crença do enunciador na verdade da proposição correspondente ao antecedente da condicional, embora essa crença não seja na verdade da proposição no mundo real, mas sim num determinado mundo possível. Assim, dado existir uma atitude de crença, é seleccionado o indicativo, contrariamente a frases como (218), em que essa atitude não é expressa.

Atentemos agora noutros tipos de orações condicionais considerados pelos autores citados, nomeadamente, as **orações condicionais de condição necessária** e as **orações bicondicionais**. Exemplos que apresentam são, respectivamente, as frases (219) e (220):

(219) a. Só te curas se deixares de fumar.

b. Só se deixares de fumar (é que) te curas.

- (220) a. Curas-te se e só se deixares de fumar.
- b. Saio, desde que esteja bom tempo.
- c. Saio, a menos que / a não ser que esteja a chover.
- d. Faremos a filmagem amanhã, excepto se chover.

Neste tipo de condicionais, é também o conjuntivo que ocorre na oração correspondente ao antecedente. Ora, tais orações não são tidas como verdadeiras, pelo que não é expresso o conhecimento da sua verdade, tal como não é indicado que alguém acredite nessa verdade. Em conformidade, é seleccionado o modo que não marca as atitudes de conhecimento ou de crença – o conjuntivo.

Analisada sumariamente a distribuição do conjuntivo em orações condicionais, passemos agora à observação da ocorrência deste modo noutros tipos de orações adverbiais. Considere-se em primeiro lugar as **orações concessivas**. Como já ficou dito acima, a classificação da gramática tradicional inclui neste grupo alguns tipos de orações classificadas como *condicionais* por Peres e Mória (*op. cit.*). Porém, tal não é o caso das orações introduzidas pelas conjunções *embora*, *conquanto*, *se bem que* e *não obstante*, que também exibem conjuntivo, como exemplifica a seguinte frase:

- (221) O Paulo ficou em casa, embora a Maria o tivesse convidado.

No mesmo texto, é observada uma semelhança entre a semântica deste tipo de construções e as orações de *coordenação adversativa*, de que (222) é um exemplo:

- (222) A Maria convidou o Paulo, mas ele ficou em casa.

Resumidamente, a semelhança a que me refiro consiste no facto de os dois tipos de construções envolverem na sua denotação uma informação assumida e

uma afirmação que contraria tal informação. No caso concreto, as frases (221) e (222) estão associadas à seguinte assunção: [Se a Maria convida o Paulo, então ele vem]. Em ambas as frases, também, assere-se que [a Maria convidou o Paulo] e que [o Paulo ficou em casa]. Ou seja, num caso e noutro assere-se que a consequência que, de acordo com a informação assumida, decorreria do facto de a Maria ter convidado o Paulo não se verifica.

Não obstante esta semelhança entre a semântica dos dois tipos de construções, podemos observar que o operador de coordenação adversativa – *mas* – leva à selecção do indicativo na proposição que introduz, enquanto os operadores de subordinação concessiva regem uma oração com conjuntivo. Dado que os dois tipos de proposições são semanticamente próximos, há que tentar explicar porque são seleccionados diferentes modos para cada tipo de construção.

Quer a proposição introduzida por um operador de subordinação concessiva quer a que é introduzida pelo operador de coordenação adversativa são assumidas como verdadeiras, sendo, portanto, a sua verdade conhecida pelo enunciador. No entanto, penso que esse conhecimento é relevante para a computação do significado das orações coordenadas adversativas, mas não para a computação do significado das orações subordinadas concessivas. De facto, embora, como mostra (223), abaixo, ambos os tipos de construções envolvam a assunção – possivelmente, resultado de uma implicatura convencional – de uma condicional ($[p \rightarrow q]$) e uma proposição contraditória com o consequente dessa condicional ($[\neg q]$), a proposição introduzida pelo operador *mas* corresponde à proposição que marca um contraste com o consequente da condicional, enquanto a conjunção *embora* – ou outra conjunção concessiva, obviamente –

rege a oração correspondente ao antecedente da condicional – proposição essa cuja verdade não é negada:

(223) a. informação assumida (em ambos os tipos de construções):

[p → q];

b. informação asserida em orações de coordenação adversativa:

p, mas não q;

c. informação asserida em orações de subordinação concessiva:

embora p, q.

Na verdade, em construções como (221) – *o Paulo ficou em casa, embora a Maria o tivesse convidado* –, a contradição é expressa pela proposição que não ocorre sob o escopo da conjunção *embora*, enquanto em frases como (222) – *a Maria convidou o Paulo, mas ele ficou em casa* – é a proposição que ocorre sob o escopo da conjunção *mas* que marca uma contradição. Assim, verificamos que a proposição introduzida pelo operador *mas* marca um contraste com uma informação assumida, contrariamente à proposição introduzida pela conjunção *embora*, proposição esta que, aliás, pode já ser conhecida antes de serem enunciadas frases como (221). Por outras palavras, é relevante a indicação de que a proposição introduzida pelo operador *mas* é verdadeira, na medida em que marca um contraste com uma informação assumida, sendo dada, portanto, como informação nova, enquanto o conhecimento da verdade da proposição introduzida pelo operador de subordinação concessiva não é importante para a semântica da frase, visto que tal proposição não marca qualquer contraste e não é necessariamente asserida como informação nova. Poderá ser essa a razão de tal proposição exibir o conjuntivo, enquanto o operador *mas* leva à selecção do modo marcado – o indicativo

Pode, assim, compreender-se por que razão operadores idênticos (como sejam os operadores de coordenação adversativa e os operadores de subordinação concessiva) seleccionam modos diferentes para as orações sobre as quais têm escopo. Quanto às outras orações que também ocorrem nas construções coordenadas adversativas e nas subordinadas concessivas, mas que estão fora do escopo dos operadores referidos, exibem o modo indicativo (vejam-se as frases, acima apresentadas, o Paulo ficou em casa, embora a Maria o tivesse convidado e a Maria convidou o Paulo, mas ele ficou em casa). Tais orações, num e noutro caso, são simples frases declarativas, pelo que o modo que exibem é o que é seleccionado para tais construções.

Posto isto, há a considerar a distribuição do modo em orações introduzidas por um conector temporal – orações a que a gramática tradicional chama **orações subordinadas adverbiais temporais**. Na consideração dos dados feita no capítulo 2, foi observado que os diferentes conectores temporais do português que introduzem uma oração finita não seleccionam, para essa oração, o mesmo modo. Por conveniência expositiva, recordam-se a seguir os dados enunciados no capítulo inicial.

Um primeiro grupo individualizado é constituído pelos conectores temporais que têm no seu escopo uma oração finita cujo verbo pode flexionar apenas no conjuntivo. Tal é o caso dos operadores *antes que* e *até que*, como mostram as seguintes frases:

(224) a. Ela morreu antes que tivesse acabado a tese.

b. *Ela morreu antes que acabou a tese.

(225) a. Ela trabalha até que seja dia.

b. *Ela trabalha até que é dia.

Um outro grupo de conectores temporais é constituído por aqueles que introduzem uma oração com o verbo flexionado no conjuntivo ou no indicativo, dependendo a selecção de um ou de outro modo do facto de a proposição estar ou não localizada no futuro. Tal grupo é constituído pelos operadores *assim que*, *quando* e *sempre*. As frases que abaixo se repetem ilustram os factos descritos:

- (226) Ela sai assim que o Paulo chegar.
- (227) Ela sai quando o Paulo chegar.
- (228) Ela comparece à reunião sempre que for convocada.
- (229) Ele saiu assim que o chamaram.
- (230) O Paulo deixou de fumar quando o médico o avisou.
- (231) A associação protestou veementemente sempre que os seus interesses foram ameaçados.

Nas frases (226) - (228), o estado de coisas descrito pela oração *subordinada temporal* é localizado num intervalo de tempo futuro em relação ao tempo da enunciação e o verbo dessa oração flexiona no conjuntivo. Nas frases (229) - (231), pelo contrário, o estado de coisas descrito pela oração *subordinada temporal* é localizado num intervalo de tempo passado em relação ao tempo da enunciação e o modo seleccionado é o indicativo.

Consideremos em primeiro lugar o modo exibido pelas frases (224) e (225). Estas frases mostram que apenas o conjuntivo pode ocorrer nas orações introduzidas pelos operadores temporais *antes que* ou *até que*. Ambos estes operadores são não verídicos no segundo argumento, tal como foi demonstrado por Valencia et al. (*op. cit.*). Ou seja, não se pode inferir a verdade da proposição sobre a qual têm escopo. O mesmo é dizer que não há, nessas orações, a indicação de que o enunciador assume a verdade da dita proposição. Como as

frases também não dão a informação de que alguém acredita nessa verdade, o modo seleccionado só pode ser o conjuntivo.

Consideremos agora a distribuição do modo nas frases (226) - (231). As três primeiras exibem o conjuntivo na oração subordinada temporal, enquanto as três últimas exibem o indicativo. Nestas, o estado de coisas descrito pela oração subordinada temporal é localizado num intervalo de tempo anterior ao tempo da enunciação, pelo que qualquer uma das frases dá a informação de que a proposição introduzida pelo conector temporal é verdadeira, conhecida pelo enunciador. Como as orações subordinadas temporais podem ser usadas para acrescentar informação nova ao *common ground*, aproximam-se das frases declarativas, ou seja, indicam uma atitude de conhecimento da verdade da proposição, pelo que é seleccionado o indicativo.

A possibilidade de inferir a verdade da oração que ocorre sob o escopo de um dos operadores temporais *assim que*, *quando* e *até que* desaparece, porém, quando o estado de coisas descrito pela proposição que introduzem é localizado no futuro, como acontece nas frases (226) - (228), acima. Em tal caso, portanto, não há a indicação de que o enunciador assume a verdade da proposição, tal como não há a informação de que alguém acredita nessa verdade, pelo que é seleccionado o modo que não marca o conhecimento e a crença – o conjuntivo. Assim, podemos propor que, em orações subordinadas temporais, o conjuntivo é seleccionado quando não existe a informação de que a proposição é verdadeira, sendo seleccionado o indicativo quando tal informação existe.

É interessante considerar ainda as seguintes frases:

(232) a. Quando há reunião da comissão, é enviada uma convocatória aos membros.

b. Sempre que há reunião da comissão, é enviada uma convocatória aos membros.

(233) a. Quando houver reunião da comissão, será enviada uma convocatória aos membros.

b. Sempre que houver reunião da comissão, será enviada uma convocatória aos membros.

Todas estas frases descrevem uma regra e não propriamente a localização de dois estados de coisas. No que toca à distribuição do modo nestas construções, as frases em (232) exibem indicativo, enquanto as frases em (233) exibem conjuntivo na oração subordinada adverbial temporal. De acordo com a análise do modo nas construções temporais acima considerada, tal situação dever-se-ia ao facto de em (232) a proposição que ocorre sob o escopo de *sempre que* ou de *quando* ser assumida como verdadeira pelo enunciador, o mesmo não acontecendo na frase (233). Tal hipótese poderá ser confirmada pelo facto de (232) permitir inferir que já houve pelo menos uma reunião da comissão, inferência que não é legítima dada a frase (233). Assim, na primeira, o enunciador assumiria que já teria existido pelo menos um intervalo de tempo em que a regra fora verificada, o que legitimaria o seu conhecimento da verdade da proposição e a conseqüente selecção do indicativo. É de notar que a mesma inferência pode ser feita a partir de frases como (234), abaixo:

(234) a. Quando houve reunião da comissão, foi enviada uma convocatória aos membros.

b. Sempre que houve reunião da comissão, foi enviada uma convocatória aos membros.

Estas frases distinguem-se das de (232) por permitirem inferir que a regra descrita já não é válida no intervalo de tempo da enunciação, enquanto as frases de (232) permitem inferir o inverso – que a regra é válida no intervalo de tempo da enunciação. À parte essa diferença, num e noutro caso, o enunciador assume igualmente que já houve uma instanciação da regra, pelo que é seleccionado o indicativo.

Tendo em conta os comentários feitos para todas as orações coordenadas e subordinadas adverbiais, podemos descrever do seguinte modo a distribuição do modo neste tipo de construções:

O conjuntivo ocorre nos seguintes tipos de orações adverbiais:

- orações em que não é expresso o conhecimento da verdade da frase (como é o caso, por exemplo, de orações condicionais de condição suficiente, das orações condicionais de condição necessária e de orações temporais);
- orações em que o conhecimento da verdade da frase existe, mas não é relevante (como é o caso das orações *concessivas*).

O indicativo ocorre nas orações cuja verdade é assumida e que podem ser consideradas como frases declarativas, na medida em que podem ser adicionadas a um *common ground*, ou seja, ocorre nas construções em que é expressa uma atitude de conhecimento da verdade da proposição.

A distribuição do modo em orações subordinadas adverbiais e em orações coordenadas confirma, assim, que em português o indicativo é o modo reservado à marcação de uma atitude de conhecimento, enquanto o conjuntivo é o modo não marcado, seleccionado para as construções que não podem exibir indicativo.

5. Conclusão geral

Tendo em conta as várias construções do português que exibem o modo conjuntivo, penso ter concluído em primeiro lugar que a categoria **modo** está indissociavelmente ligada à expressão de valores de **modalidade** e, em segundo lugar, que, ao invés do que tem sido mais ou menos explicitamente assumido pela tradição gramatical, o conjuntivo não está associado a valores específicos, antes funcionando como um modo complementar, seleccionado para as construções em que não pode ocorrer o indicativo. Por outras palavras, segundo penso, o indicativo é o modo marcado, associado à expressão de uma **atitude epistémica de conhecimento ou de crença**, enquanto o conjuntivo é o modo não marcado, associado a uma maior variedade de valores modais, em virtude de ser seleccionado para todos os contextos de que está excluído o indicativo. Não se encontra, portanto, um valor ou conjunto de valores específicos a que esteja associado o conjuntivo, pelo que a hipótese tradicional de que este é o modo do irreal terá de ser revista. De facto, tal hipótese dá conta da ocorrência do conjuntivo nos contextos em que não há a indicação de que alguma entidade assume a verdade da proposição em causa, mas não explica a ocorrência do conjuntivo em construções que dão a informação de que essa verdade é aceite, como é o caso, por exemplo, das orações completivas de verbos factivos como *lamentar*, ou das orações concessivas. Pelo contrário, uma hipótese que fundamente a distribuição do modo no tipo de atitude modal expresso para com a proposição, como a proposta que aqui se apresenta, permite compreender a ocorrência do conjuntivo tanto nestes últimos contextos como também nas construções que a hipótese anterior explicava.

A hipótese modal sobre o valor da oposição de modo indicativo / conjuntivo em favor da qual argumentei é extensível, como creio ter ficado provado, às

restantes línguas românicas ocidentais, permitindo também para estas explicar num sistema integrado construções como a do francês que a tradição gramatical a que procurei opor-me designou por *conjuntivo ilógico* (que seriam, por exemplo, as dos complementos – obrigatoriamente conjuntivos – de nomes como *fait*). Por outro lado, permite compreender o facto de, em certas línguas, como o romeno, o húngaro e o grego moderno, o indicativo ser seleccionado em contextos que em português e noutras línguas românicas exibem o conjuntivo, como é o caso das orações completivas de verbos factivos. De facto, também para essas línguas podemos continuar a afirmar não só que o modo está associado à expressão de uma atitude, mas também que o indicativo é o modo que marca a atitude relevante e o conjuntivo é o modo complementar. O que acontece e distingue os dois grupos de línguas é que, enquanto em português, castelhano, francês e italiano a atitude marcada com o modo forte – o indicativo – parece ser a de conhecimento ou crença, em romeno, em húngaro e em grego moderno essa atitude parece ser a de aceitação da verdade da proposição, pelo que o indicativo é seleccionado para as proposições cuja verdade é assumida.

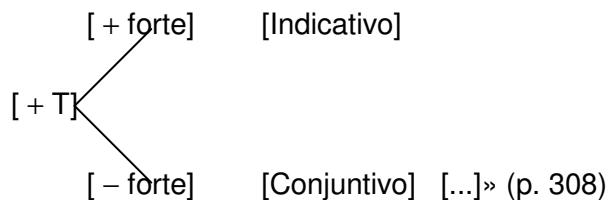
A assunção de que é o indicativo o modo marcado e não o conjuntivo, contrariamente ao que propõem as gramáticas tradicionais do português, foi já feita, em termos semânticos, pelo menos por Fukushima (*op. cit.*), para o castelhano, como visto no capítulo 3. Este autor defende que o indicativo tem um elevado grau de modalidade e o conjuntivo um elevado grau de proposicionalidade. No entanto, a análise das construções em que ocorrem um e outro modo mostra que ambos os modos podem veicular valores modais, pelo que a oposição entre indicativo e conjuntivo não reflecte a oposição entre presença e ausência de modalidade, como propõe Fukushima, tal como não reflecte a oposição entre dois (ou mais) tipos de modalidade, já que, como ficou

visto, o conjuntivo surge associado também a valores de modalidade epistémica – única área de valores onde em português o indicativo se manifesta –, como prova a selecção do conjuntivo por verbos que veiculam valores epistémicos, tais como *duvidar* e *acreditar*, embora este último também aceite o indicativo na sua oração complemento. Também não se dá o caso de os dois modos serem o reflexo de diferentes graus de modalidade, como proposto, por exemplo, por Palmer (*op. cit.*). Tal só acontece quando estão em causa valores de modalidade epistémica, existindo porém, outros valores a que surge associado o conjuntivo.

Gostaria de assinalar ainda que Ambar (1992), baseando-se em motivação sintáctica, propõe também que o conjuntivo é marcado com um traço [– forte], contrariamente ao indicativo, marcado com o traço [+ forte], assumindo tal proposta como um axioma assim definido (onde T está por Tempo e CONC por Concordância – dois dos constituintes sintácticos que a autora assume existirem:

«Admitamos também que [± T] e [± CONC] podem ser [± fortes].

Teríamos então as seguintes possibilidades de combinação:



Na proposta que apresento, a aceitação de que o indicativo é o modo forte – marcado – e o conjuntivo o modo fraco – não marcado – é tida como ponto de chegada, pelo que, de alguma forma, os resultados de índole semântica que penso ter atingido com a elaboração desta dissertação constituirão fundamento para proposições assumidas em trabalhos de outras sub-áreas da Linguística, o que evidenciará a utilidade de realização de estudos envolvendo diferentes componentes da gramática.

É evidente que um estudo sobre o modo em português só ficaria completo se se tivessem em conta, para além do conjuntivo e do indicativo, as outras formas verbais catalogadas por algumas gramáticas do português como expressões de *modo*: o imperativo, o condicional, o infinitivo, o gerúndio e o particípio passado. Todavia, há a ter em conta que, no que respeita ao condicional, ao infinitivo, ao gerúndio e ao particípio passado, nem todas as gramáticas do português os consideram como modos. Como já foi assinalado, em Cunha e Cintra (*op. cit.*) refere-se o infinitivo, o gerúndio e o particípio passado como "formas nominais do verbo" e não como "modos verbais", tratando-se o condicional como uma forma temporal do modo indicativo, embora se possa discutir se pelo menos o infinitivo não é, de facto, um modo do português, se se tiver em conta que há vários contextos em que as orações infinitivas comutam com as orações que exibem o indicativo ou o conjuntivo. A análise destas formas verbais não foi feita neste trabalho, visto que se pretendia estudar principalmente a distribuição do conjuntivo. O facto de se ter tratado também o indicativo deve-se a, como assinalado acima, não se poder definir o campo de distribuição do conjuntivo sem fazer apelo ao indicativo. De facto, estes dois modos funcionam, como por várias vezes ficou assinalado, de uma forma complementar. Resta saber qual o papel dos outros modos – se se considerar que existem – no sistema modal do português e como se relacionam com o conjuntivo e com o indicativo.

BIBLIOGRAFIA²²

AMBAR, M. (1992); *Para uma sintaxe da inversão sujeito – verbo em português*; ed. Colibri; Lisboa.

AUSTIN, J. (1962); *How to do things with words*; 2ª ed.; Oxford University Press; 1976.

BARBOSA, J. S. (1822); *Grammatica philosophica da Lingua Portugueza ou Princípios da Grammatica Geral Aplicados à Nossa Linguagem*; 7ª ed.; Lisboa: Academia Real das Sciencias; 1881.

BARWISE, J. e R. Cooper (1981); "Generalized Quantifiers and Natural Languages"; *Linguistics and Philosophy* **4**; 159-220.

BELL, A. (1990); "El modo en español: consideración de algunas propuestas recientes"; in Ignacio Bosque (ed.); *Indicativo y subjuntivo*; Taurus Universitaria.

BYBEE, J. e T. D. Terrell (1990); "Análisis semántico del modo en español"; in Ignacio Bosque (ed.); *Indicativo y subjuntivo*; Taurus Universitaria.

CASTRONOVO, B. J. (1984); *A critical analysis of interpretations of the spanish subjunctive from Bello to the present day*; dissertação de doutoramento; Wisconsin-Madison University.

²² Alguns dos títulos indicados na bibliografia pertencem a textos referidos ao longo da dissertação, mas a que não tive acesso. Alguns outros correspondem a textos não referidos na dissertação, mas relacionados com o tema.

- CUNHA, C.** (1969); *Gramática do Português Contemporâneo*; ed. Bernardo Álvares, Belo Horizonte.
- CUNHA, C. e L. Cintra** (1984); *Nova Gramática do Português Contemporâneo*; 9ª ed.; Edições Sá da Costa; Lisboa; 1992.
- DIAS, A. E. S.** (1876); *Grammatica Portugueza Elementar*; 9ª ed., revista; A. Ferreira Machado & Cª; Lisboa; 1894.
- DIAS, A. E. S.** (1917); *Sintaxe Histórica Portuguesa*; 5ª ed. Livraria Clássica Editora; Lisboa; 1970.
- DOWTY, D.** (1989); "On the Semantic Content of the Notion of 'Thematic Role'"; in G. Chierchia, B. Partee e R. Turner (eds); *Properties, Types and Meaning*; Kluwer Academic Publishers; Dordrecht; pp. 69 - 167.
- DUARTE, I.** (1992); "Oficina gramatical: contextos de uso obrigatório do conjuntivo"; in Delgado Martins *et al.*; *Para a Didáctica do Português. Seis Estudos de Linguística*; Lisboa; Ed. Colibri.
- FARIA, I. H.** (1974); *Conjuntivo e a restrição da frase-mais-alta*; separata do «Boletim de Filologia»; Tomo XXIII; Centro de Estudos Filológicos; Lisboa.
- FARKAS, D.** (1992), "On the semantics of subjunctive complements"; in P. Hirschbühler e K. Koerner (eds); *Romance Languages and Modern Linguistic Theory*; John Benjamins; pp. 71 - 104.

FONSECA, I. (1970); *Para o Estudo dos valores do Conjuntivo em Português Moderno*"; dissertação de Licenciatura; Coimbra.

FONSECA, I. (1994); "Subjonctif et impératif: Une contribution à l'étude de la configuration linguistique du SOUHAIT, de l'ORDRE, du REGRET et du REPROCHE; in F. I. Fonseca; *Gramática e Pragmática Estudos de Linguística Geral e de Linguística Aplicada ao Ensino do Português*; colecção Linguística, 2; Porto Editora; Porto; pp. 29 - 36.

FUKUSHIMA, N. (1990); "Sobre la cláusula superregente"; in Ignacio Bosque (ed.); *Indicativo y subjuntivo*; Taurus Universitaria.

GIANNAKIDOU, A. (1994); "The semantic licencing of NPIs and the Modern Greek subjunctive"; in *Language and Cognition 4, yearbook of the Research Group for Theoretical and Experimental Linguistics*; University of Groningen.

GREVISSE, M. (1969); *Le Bon Usage cours de Grammaire Française et de Langage Française*; 5^a ed.; Paris; Paul Gauthner; 1953.

GUILLAUME, G. (1929); *Temps et verbe: Théorie des aspects, des modes et des temps*; La Société de Linguistique de Paris - XXVII; Paris.

HARRIS, M. (1974); "The subjunctive mood as a changing category in Romance"; in J. Anderson e J. A. Creore (eds); *Historical Linguistics*; Proceedings of the 1st International Conference; Edinburgh 73; Amsterdam; North Holland.

HEIM, I. (1982); *The Semantics of Definite and Indefinite Noun Phrases*; dissertação de doutoramento; University of Massachusetts; Amherst.

- HENGEVELD, K.** (1988); "Illocution, Mood and Modality in a Functional Grammar of Spanish"; *Journal of Semantics* **6**; pp. 227 - 269.
- HOOPER, J. B.** (1975), "On assertive predicates"; in P. Kimball (ed.); *Syntax and Semantics 4*; New York; Academic Press; pp. 91 - 124.
- KASPER, W.** (1992); "Pressupositions, Composition, and Simple Subjunctives"; in *Journal of Semantics* **9**; pp. 307 - 331.
- KARTTUNEN, L.** (1971); *The Logic of English Predicate Complement Constructions*; Indiana University Linguistics Club.
- KEMPCHINSKY, P. M.** (1986); *Romance subjunctive clauses and logical form*; dissertação de doutoramento; University of California; Los Angeles.
- KIPARSKY, P. e C. Kiparsky** (1968); "Fact"; in Bierwisch e Heidolph (eds.) *Recent Advances in Linguistics*; The Hague Mouton & Co.
- KLEIN, F.** (1975), "Pragmatic constraints in distribution: the Spanish subjunctive"; *Papers from the 11th regional meeting*; *Chicago Linguistic Society*; 353 - 65.
- KLEIN, F.** (1990), "Restricciones pragmáticas sobre la distribución del subjuntivo en español"; in Ignacio Bosque (ed.); *Indicativo y subjuntivo*; Taurus Universitaria.
- MÓIA, T.** (1992); *A sintaxe das orações relativas sem antecedente expresso do português*; dissertação de mestrado; Universidade de Lisboa.

- MOIGNET, G.** (1981); *Systématique de la langue française*; Paris; Klincksieck.
- MOLHO, M.** (1959); "Impératif, indicatif, subjonctif"; in *Le Français Moderne*; vol. 27; pp. 199 - 203.
- MONDADORI, F.** (1971); "Remarks on Tense and Mood: the Perfect Future"; *Studies in Formal Semantics*; pp. 223 - 248; North-Holland Publishing Company.
- MONTAGUE, R.** (1969); "On the Nature of Certain Philosophical Entities"; *The Monist* 53, pp. 159 - 194.
- MOURIN, L.** (1959); "Définition de l'imparfait et du plus-que-parfait de l'indicatif et du subjonctif, et des deux formes du conditionnel en portugais moderne"; in *Romania Gadensia* 7; pp. 105 - 202.
- OLIVEIRA, F.** (1988); *Para uma semântica e pragmática de DEVER e PODER*; dissertação de doutoramento; Universidade do Porto.
- PALMER, F. R.** (1986), *Mood and Modality*; Cambridge Textbooks in Linguistics; Cambridge.
- PERES, J.** (1984); *Elementos para uma Gramática Nova*; Livraria Almedina; Coimbra.
- PERES, J.** (1993); "Towards an Integrated View of the Expression of Time in Portuguese"; *Cadernos de Semântica* 14; Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

PERES, J. (1994); "Concordância negativa através de fronteiras frásicas"; *Actas do X Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*; Évora.

PERES, J. e T. Mória (1989); *Conexões Frásicas*; (ms.).

PORTNER, P. (1993); "The Semantics of Mood, Complementation, and Conversational Force"; [não publicado]

PORTNER, P. (1992); *Situation Theory and the Semantics of Propositional Expressions*; dissertação de doutoramento; University of Massachusetts.

POTTIER, B., A. Audubert e C. T. Pais (1972); *Estruturas Linguísticas do português*; Difusão europeia do livro; São Paulo.

RANSOM, E. (1986); *Complementation: its meanings and forms*; John Benjamins Publishing Company; Amsterdam.

RESCHER, N. (1968); *Topics in Philosophical Logic*; D. Reidel Pub. Comp.; Dordrecht.

RIVERO, N. (1970), "A surface structure constraint on negation in Spanish"; in *Language* 46: 640 - 66. 219.

SATO, F. (1974); "Valeur modale du subjonctif en français contemporain"; in *Le Français Moderne*; vol. 42; pp. 34 - 41.

SOLANO-ARAYA, J. (1982); *Modality in Spanish: An Account of Mood*; dissertação de doutoramento; University of Kansas.

STALNAKER, R. (1979); "Assertion"; in P. Cole; *Syntax and Semantics*; vol. 9; New York Academic Press; pp. 315 - 332.

VALENCIA, V. S., T. van der Wouden e F. Zwarts (1993); "Polarity, veridicality, and temporal connectives"; in *Proceedings 9th Amsterdam Colloquium*; Universiteit van Amsterdam; pp. 587 - 606.

VAN BENTHEM, J. (1986); *Essays in Logical Semantics*; D. Reidel, Dordrecht.

WARNANT, L. (1974); "Le subjonctif imparfait en français et en wallon"; in *Le Français Moderne*; vol. 42; pp. 42 - 69.

WHALEN, G. H. (1979); *A study of the two imperfect subjunctive variants in spanish*; dissertação de doutoramento; Cornell University.

WHERRITT, I. (1977); *The Subjunctive in Brazilian Portuguese*; dissertação de doutoramento; The University of New Mexico.

WRIGHT, G. H. (1963); *Norm and Action*; Humanities Press.

YVON, H. (1947); "Le subjonctif imparfait, mode de l'irréel"; in *Le Français Moderne*; vol. 15; pp. 6 - 16.